

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO EM HISTÓRIA

DANIELA GARCES DE OLIVEIRA

**COTIDIANO E PRIVAÇÃO: AS MULHERES DOS CAMPOS DE CIMA DA SERRA  
(1910-1930)**

Porto Alegre

2010

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

DANIELA GARCES DE OLIVEIRA

**COTIDIANO E PRIVAÇÃO: AS MULHERES DOS CAMPOS DE CIMA DA SERRA  
(1910-1930)**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Margaret Marchiori Bakos

Porto Alegre

2010

### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

O48c Oliveira, Daniela Garces de  
Cotidiano e privação : as mulheres dos Campos de Cima da Serra  
(1910-1930) / Daniela Garces de Oliveira. – Porto Alegre, 2010.

99 f. il.

Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.  
Programa de Pós-graduação em História.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Margaret Marchiori Bakos.

1. História - Rio Grande do Sul. 2. Mulheres - Questões Sociais e  
Morais. 3. Violência - Mulheres. 4. Mulheres - História - Século XX.  
5. Cotidiano - Mulheres. I. Bakos, Margaret Marchiori. II. Título.

CDD 981.65

**Ficha Catalográfica elaborada por  
Nívea Bezerra Vasconcelos e Silva CRB 10/1255**

Daniela Garces de Oliveira

**COTIDIANO E PRIVAÇÃO: AS MULHERES DOS CAMPOS DE CIMA DA SERRA  
( 1910-1930 )**

Dissertação apresentada como  
requisito para a obtenção do grau de  
Mestre pelo Programa de Pós-  
Graduação em História da Faculdade  
de Filosofia e Ciências Humanas da  
Pontifícia Universidade Católica do  
Rio Grande do Sul

Aprovada pela Banca Examinadora em \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2010

Banca Examinadora

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Margaret Marchiori Bakos

Prof. Examinador

Prof. Examinador

Porto Alegre

2010

Seja como for, não pude deixar de pensar, enquanto olhava as obras de Shakespeare na prateleira, que o bispo tinha razão pelo menos nisso: teria sido impossível, completa e inteiramente, a qualquer mulher ter escrito as peças de Shakespeare na época de Shakespeare. Permitam-me imaginar, já que é tão difícil descobrir fatos, o que teria acontecido se Shakespeare tivesse tido uma irmã maravilhosamente dotada, chamada, digamos, Judith.

Sua extraordinária dotada irmã, suponhamos, permanecia em casa. Era tão audaciosa, tão imaginativa, tão ansiosa por ver o mundo quanto ele. Mas não foi mandada à escola. Não teve oportunidade de aprender gramática e lógica, quanto menos ler Horácio e Virgílio. Pegava um livro de vez em quando, talvez um de seu irmão e lia algumas páginas. Mas nessas ocasiões os pais entravam e lhe diziam que fosse remendar as meias ou cuidar do guisado, e que não andasse no mundo da lua com livros e papéis.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> WOOLF, Virginia. *Um teto todo seu*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. p. 61-62.

## AGRADECIMENTOS

“Papel, amigo papel, não recolhas tudo o que escrever essa pena vadia. Querendo servir-me, acabarás desservindo-me, porque se acontecer que eu me vá desta vida, sem tempo de te reduzir a cinzas, os que me lerem depois da missa de sétimo dia, ou antes, ou ainda antes do enterro, podem cuidar que te confio cuidados de amor”.

Machado de Assis – Memorial de Aires

Cuidados de amor<sup>2</sup> é o que terei ao agradecer as muitas pessoas que participaram deste estudo, influenciando direta ou indiretamente para a sua realização.

Agradeço sinceramente à minha orientadora, Professora Doutora Margaret Marchiori Bakos. Mais que uma orientadora, foste uma esclarecedora, pois clareou o caminho, trazendo à tona as diversas luzes que estão acenando para o escritor, o qual muitas vezes não as reconhece. Agradeço pela compreensão de minha ausência no período da gestação, entendendo os meus horários, ao reconhecer que, na viagem da maternidade, quase tudo fica secundário, até que tudo retorne ao seu lugar.

À CAPES, pela Bolsa de Mestrado, que tornou possível esta caminhada.

À PUCRS, pelo espaço e pelas estruturas adequadas para o desenvolvimento de uma pesquisa, especialmente em nome de Carla, Davi e Adilson, secretários do Pos-Graduação em História.

Agradeço, sobretudo, à Professora Doutora Rejane Jardim. Se não fosse pela sua prévia orientação do que seria um projeto de Mestrado, eu não teria em 2007 prestado a seleção e esta pesquisa não teria chegado até aqui. Ela sabe da minha genuína admiração por seu trabalho como historiadora.

Ainda sobre os cuidados de amor, agradeço à Professora Doutora Claudia Musa Fay que estimulou discussões no seu seminário acerca da temática relacionada ao gênero. Tornou possível também a realização de um filme para a sua disciplina que trata das mulheres na boemia porto-alegrense.

Às colegas da Graduação em História da UCS, por incentivarem o meu trabalho, às que realmente ficaram, Lucimara de Oliveira e Liana Pulita Martini.

Aos colegas do Pós-Graduação em História da PUCRS, especialmente, Remís, Eliane, Angelita, Claudia Quinto e Arilson.

---

<sup>2</sup> Machado de Assis confessa todo seu amor à escrita na obra *Memorial de Aires*. Aqui eu o parafraseei, ao agradecer a todos que estiveram presentes nesta caminhada.

À amiga Julia Matos, pelas discussões teóricas infundáveis sobre os aspectos científicos da História — quase sempre fui uma “pós” renitente contra toda a ortodoxia dela.

À Carla Xavier, minha amiga, sei da sua generosidade e da sua persistência nos caminhos históricos. Tu és o pronto-socorro de muitas pessoas e sei que ainda serás muito recompensada por isso.

À Prof. Ms. Adriana Selau Gonzaga e ao Dr. Fernando Crespim Zorrer da Silva, pela revisão atenta e pelos questionamentos pré-banca que foram minuciosos e imprescindíveis para a conclusão deste texto.

Finalmente, há alguns quereres de amor inenarrável. Entre eles, meus dez irmãos: Kátia, Marta, Pedro, César Augusto, Júlio César, Luís Fernando, Sérgio Augusto, Rosa Beatriz, Maria Izabel e Iran Vinicius.

Contudo, preciso, sobretudo, agradecer à Rosinha, minha irmã que, neste último ano, cuidou do meu filho como se fosse seu, dando-lhe todo carinho e atenção -- nunca pagarei por tamanha dedicação. Também agradeço à minha mãe Leonor que, nos últimos meses, deu-me total suporte para que esta escrita fosse realizada.

A Leandro Amoroso, companheiro de todas as horas: sem ele, a História não faria sentido.



Ao meu filho João Inácio, gestado na confluência das idéias. Sentiu na pele o feminino alterado pelos hormônios. Amamentado e acalentado em meio a documentos, a livros e a toda sorte de papéis que podemos utilizar para escrever. Para ele, o fruto colhido, traduzido nestas páginas.

## **RESUMO**

As estratégias que homens e mulheres dos Campos de Cima da Serra adotaram para sobreviver ao cotidiano marcado pela violência são questões que permeiam este estudo. Priorizam-se, todavia as questões femininas, as mulheres vítimas e os agentes da violência. Esses elementos imiscuem-se nas redes que permeiam o cotidiano, pautado pelo ideal masculino; também se evidencia que a Modernidade estende os seus tentáculos, mas não abrange a todos. O que se constata é que sujeitos específicos são os que andam na contravenção estabelecida pela ordem.

Palavras-chave: Mulheres, violência, cotidiano, privação.

## **RESUMÉE**

Les stratégies que les hommes et les femmes des “Campos de Cima da Serra” ont adoptées pour survivre à la vie quotidienne, marquée par la violence, est une des questions que nous rencontrons dans cette étude. Donnant priorité, toutefois, aux questions féminines, les femmes victimes et agents de la violence se faufilent dans les filets qui composent la vie quotidienne menée par l'idéal masculin et féminin, démontrant cependant que la modernité étend ses tentacules, mais n'atteint pas tous. Et que beaucoup sont ceux qui vivent dans la contravention établie par l'ordre.

Mots clé: Femmes, violence, vie quotidienne, privation.

## SUMÁRIO

|  |    |
|--|----|
| <b>INTRODUÇÃO</b>  | 11 |
| <b>1 SÃO FRANCISCO DE PAULA DE CIMA DA SERRA: A VIDA NOS VERDES CAMPOS</b> | 21 |
| 1.1 Verdes campos, cinzas sombras: a resistência travestida pela violência | 28 |
| 1.2 Nas sombras dos pinheiros: os defloramentos                            | 30 |
| <b>2 COTIDIANOS</b>  | 34 |
| 2.1 As pequenas violências cotidianas                                      | 39 |
| 2.2 Se me contar Histórias, eu te farei em pedacinhos                      | 44 |
| 2.3 Mulheres proibidas: Ângela, Zeferina, Maria José, Maria Francisca      | 49 |
| 2.4 Desdobramento fatal de um processo de violências                       | 52 |
| <b>3 PRIVAÇÃO: OS SENTIDOS E O CORPO</b>                                   | 61 |
| 3.1 Ser mulher é sentir a diferença?                                       | 68 |
| 3.2 O corpo como prova da lascívia   | 73 |
| 3.3 Algumas Histórias, um final  | 75 |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>  | 85 |
| <b>BIBLIOGRAFIA</b>  | 88 |
| <b>FONTES</b>  | 98 |

## INTRODUÇÃO

Para escrever a História, são necessárias fontes, documentos, vestígios. E isso é uma dificuldade quando se trata da História das mulheres. Sua presença é freqüentemente apagada, seus vestígios, desfeitos, seus arquivos, destruídos. Há um déficit, uma falta de vestígios<sup>3</sup>.

Pouco se fala da mulher campezina: seus vestígios são raros e foi-lhe dado um silêncio sepulcral. Elas são, pois, a parte não-nobre da História<sup>4</sup>. Ao empreender este trabalho de pesquisa que como tema inicial privilegia uma História das mulheres nos Campos de Cima da Serra, mal sabia eu das dificuldades e dos poucos registros sobre elas. Ao definir o tema, fui buscar elementos substanciais que corroborassem e que justificassem esta pesquisa. E esta justificativa vem da justeza deste trabalho: sim, é justo estudar sobre as mulheres dos Campos de Cima da Serra. Os porquês estão inscritos na ordem dos afetos, legítimos para a História<sup>5</sup>, preocupada com os múltiplos sujeitos que compõem a esfera cotidiana. Foucault, em oposição à História universalizante, adverte-nos para as descontinuidades, para as mudanças e para as permanências, ao asseverar que:

A História para os filósofos é uma espécie de grande vasta continuidade em que se emaranham a liberdade dos indivíduos e as determinações econômicas ou sociais. (...) Na verdade faz algum tempo que gente importante como March Bloch, ou Lucien Febvre, os historiadores ingleses, etc. Puseram fim a esse mito da História. Eles praticam história de outro modo, tanto que o mito filosófico que me acusam ter matado, pois bem, fico encantado se o matei.<sup>6</sup>

De fato, foram mortos os mitos a que por muitos anos fomos ensinados e levados a pensar — só algumas esferas, na grande maioria a esfera pública, deveriam receber menção, e estas até aqui foram representadas. Aspectos do cotidiano e sujeitos sem ou com poucos registros não mereciam estar representados através da escrita na História<sup>7</sup>. Ainda que dentro de tais compartimentos, segregados e não-revelados, poderíamos expressar o todo que a

---

<sup>3</sup> PERROT, Michelle. *Minha História das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007. p. 21.

<sup>4</sup> FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: edições Graal, 1979. Nessa obra, Foucault descreve o seu trabalho, como fazendo parte da ala não-nobre da História. Situo minha pesquisa dentro dessa perspectiva, que envolve as mulheres.

<sup>5</sup> BURKE, Peter. Abertura: a Nova História, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992a. p. 11.

<sup>6</sup> ERIBON Apud RAGO, Margareth. Pensar diferentemente a História, viver femininamente o presente. In: BARCELLOS GUAZELLI, Cesar Augusto; FERRAZ PETERSEN, Sílvia Regina; SCHMIDT, Benito Bisso; LIMA XAVIER, Regina Célia (orgs.). *Questões de teoria e metodologia da História*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000. p. 41.

<sup>7</sup> PERROT, Michelle. *Os excluídos da História: operários, mulheres, prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 171.

História do homem<sup>8</sup>. Muitos ficaram de fora dessa História presa a modelos e a estereótipos preconcebidos. Nos muitos silêncios, fundantes ou não<sup>9</sup>, encontramos as mulheres.

Dentro dessa perspectiva dos silêncios, encontram-se as vítimas e os agentes da violência. Nas primeiras, eu coloco maior inspiração ao falar, ainda que este estudo também trate do homem, sujeito evocado e transmitido como artífice do social. São, pois, os reflexos de um no outro, ou do outro no um que busco.

A visão do outro, o estranhamento e o processo de identificação evidenciam como algumas preocupações atuais nos fazem retornar – para o bem ou para o mal – às mesmas fontes, obtendo, no entanto, respostas distintas. Desfazer os compartimentos que guiam os estudos ultrapassados<sup>10</sup> é um intento complexo e difícil. Infinitamente mais fácil seria tratar a esfera entre dominados e dominadores<sup>11</sup>, condição feminina<sup>12</sup>, condição de inferioridade, contestada, todavia, pelos estudos que consideram a mulher como agente<sup>13</sup>. Contudo, algumas leituras, debates promovidos nos muitos cafés<sup>14</sup>, espaços para a reflexão criados dentro e fora das Universidades, remetem-nos à esfera das negociações do sujeito<sup>15</sup>. O cotidiano é marcado pelos desdobramentos pautados nas subjetividades<sup>16</sup> sublinhadas pela negociação e pelas estratégias de convivência entre homens e mulheres.

Levando-se em consideração os homens e as mulheres dos Campos de Cima da Serra, caberia a análise de como as trocas culturais fizeram parte do cotidiano de tais indivíduos, promovendo-se, deste modo, ou não a alteridade:

<sup>8</sup> HELLER, Agnes. *O cotidiano e a História*. São Paulo: Paz e Terra, 1970.

<sup>9</sup> ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993. p. 9.

<sup>10</sup> Este termo em desuso não é de modo algum referido para dizer que deva existir a cada minuto uma nova teoria, para sobrepor-se à outra. O termo é utilizado na ambição de desfazer as vitimizações simplistas — embora aqui isto esteja inscrito em uma categoria de que fazem parte as mulheres, vítimas da violência.

<sup>11</sup> GIRON, Loraine Slomp. *Dominação e subordinação*. Porto Alegre: Sulina, 2008. p. 27.

<sup>12</sup> ISMÉRIO, Clarice. *Mulher: a moral e o imaginário- 1889-1930*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995. p. 9.

<sup>13</sup> RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: DEL PRIORE, Mary (org.); BASSANEZI, Carla (coord. de textos.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2007. p. 578.

<sup>14</sup> Sublinho os cafés com colegas no prédio 3 da PUCRS, espaço informal de muitos debates, entre eles as questões de gênero.

<sup>15</sup> BHABA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998. p. 20. “É na emergência dos interstícios — a sobreposição e o deslocamento de domínios da diferença — que as experiências intersubjetivas e coletivas de nação (nationness), o interesse comunitário ou o valor cultural são negociados”.

<sup>16</sup> RAGO, Margareth. As marcas da pantera: Michel Foucault na Historiografia brasileira contemporânea. *Anos 90*. Revista do Curso de Pós-Graduação em História: tendências recentes na Historiografia, Porto Alegre, p. 128, 1993.

De que modo chegam a ser formuladas estratégias de representação ou aquisição de poder [empowerment] no interior das pretensões concorrentes de comunidades em que, apesar de histórias comuns de privação e discriminação, o intercâmbio de valores, significados e prioridades pode nem sempre ser colaborativo e dialógico, podendo ser profundamente antagônico, conflituoso e até incomensurável<sup>17</sup>.

Com efeito, a identidade local permite-nos entender melhor os homens e as mulheres moradores da região dos Campos, ainda que a identidade não seja estática. A respeito disso, tem-se o mote de René Galissot que propõe o processo de identificação, descaracterizando assim a natureza fechada da identidade, em que mobilidades não existem: “Galissot sugere este termo identificação, em substituição ao da identidade, por considerar que este último dá a impressão de algo fixo, estático, acabado, e não de uma operação em constante devir”<sup>18</sup>.

É importante comentar agora a natureza dos dez processos-crime, a que me dediquei nesses últimos anos, o tratamento dado às fontes, o esmiuçar daquilo que seria o intertexto<sup>19</sup> para uma melhor compreensão dos discursos entre réu e vítima; especificamente, ré-vítima que darão o tom às interpretações amparadas em uma História que prioriza as relações entre os sujeitos, cabedal elucidado e inaugurado na superação dos modelos estagnados de homens e mulheres idealizados<sup>20</sup>. Busquei amparo teórico para isso nos estudos de gênero<sup>21</sup>.

São tais estudos que credito o arcabouço teórico para pensar homens e mulheres dos campos. É, pois, através da reflexão dos modos de subjetivar<sup>22</sup>, de resistir e de colocar as interfaces do outro que me apóio. Dentro de tal perspectiva:

É certo e já estabelecido que gênero, como um conceito, surgiu em meados dos anos

<sup>17</sup> BHABA, 1998, op. cit., p. 20.

<sup>18</sup> GALISSOT apud MOERBECK, Guilherme Gomes. *A forma, o discurso e a política: as gerações da tragédia grega no século V a. C.* Rio de Janeiro, UFF, 2007. Dissertação de Mestrado. p. 121.

<sup>19</sup> THEML, Neyde. O que é a História ou quem é o historiador? *PHOÏNIX*, Laboratório de História Antiga/UFRJ, p.14, 1998. “Uma outra via de se pensar o discurso do historiador é aquela que entende que a narrativa do historiador se submete às distinções: texto, contexto, intertexto ou intratexto. Desta forma, nós entramos no espaço das “realidades sociais”, das expressões simbólicas e das práticas discursivas. Neste caso, se pensam língua, linguagem e fala. Uma outra abordagem desta mesma questão, é sair da produção do sentido, do contexto, revelador de toda sociedade, para entrar na liberdade total do sujeito na reflexão da ação e nas construções conceituais”.

Ainda sobre intertexto, ver: MAINGUENEAU, Dominique. *Termos-chave da análise do discurso*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.

<sup>20</sup> FONSECA, Claudia. Honra, humor e relações de gênero: um estudo de caso. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (orgs.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. p. 310.

<sup>21</sup> GUARALDO, Olívia. Pensadoras de peso: o pensamento de Judith Butler e Adriana Cavarero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v.15, n. 3, 2007.

<sup>22</sup> RAGO, Margareth. Novos modos de subjetivar: a experiência da organização Mujeres Libres na Revolução Espanhola. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 187, 2008.

70 e disseminou-se instantaneamente nas ciências a partir dos anos 80. Tal reformulação surgiu com o intuito de distinguir e separar o sexo- categoria analítica marcada pela biologia e por uma abordagem essencializante da natureza ancorada no biológico-do gênero, dimensão esta que enfatiza traços da construção histórica, social e sobretudo política que implicaria análise relacional. Enquanto proposta de um sistema de classificação, a categoria gênero, em sua forma mais difusa e difundida, tem sido acionada quase sempre de forma binária (raramente em formato também tripartite) para se referir a lógica das diferenças entre: feminino e masculino, homens e mulheres e, também, entre a homo e a heterossexualidade, penetrando já aí neste segundo eixo fundamental deste novo campo que é a fronteira da sexualidade<sup>23</sup>.

Reconheço para tal intento a dificuldade de aliar teoria e prática sem incorrer nos erros que os binarismos<sup>24</sup> podem provocar. Não ser binária é tarefa que já penso ser por deveras significativa, ainda que sem querer o possa ser. Nosso modelo rotineiro de pensar coloca os seres em determinados lugares, passíveis de embrutecimento. A teoria não é diferente disso: modelos prescritos como remédio representam uma solução eficaz para explicar cotidianos, privação e violências.

Os usos do discurso e a prática cotidiana<sup>25</sup> dos indivíduos estarão privilegiados nas abordagens; além disso, eles enquadrarão melhor as questões ligadas ao corpo<sup>26</sup>, aos sentidos<sup>27</sup> e mesmo às subjetividades do ser homem e do ser mulher. Destaco que o tempo de que falo é a Modernidade<sup>28</sup>, preocupada em ajustar, regular, codificar<sup>29</sup>. Para esses pressupostos, o que melhor corrobora a minha análise e o meu entendimento do outro são os estudos de Judith Butler, ao afirmar que:

O gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para

<sup>23</sup> MATOS, Marlise. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 16. n. 2, p. 336, 2008.

<sup>24</sup> BHABA, 1998, op. cit., p. 57.

<sup>25</sup> SILVA DIAS, Maria Odila Leite da. Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (orgs.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1992. p. 49.

<sup>26</sup> GUARALDO, 2007, op. cit. Para Olívia Guaraldo, baseada nos estudos acerca de Judith Butler: “ Para Butler, na verdade, não há possibilidade de acessar o corpo em sua materialidade, uma vez que o corpo está, desde o início, ‘aprimado’ em uma rede de significados e valores que contribuem para formar o contorno físico do próprio corpo. O gênero é parte dessa estrutura, quando não há matriz de todas as estruturas”. Ainda sobre o corpo, ver: XAVIER, Elódia. *Que corpo é esse? O corpo no imaginário feminino*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2007.

<sup>27</sup> PERROT, 2007, op. cit., p. 65.

<sup>28</sup> BAUMER, Franklin L. *O pensamento europeu moderno: séc. XVII e XVIII*. v. 1. Lisboa: Edições 70, 1977. p. 142. Ainda sobre Modernidade, ver: HABERMAS, Jürgen. *O discurso filosófico da Modernidade*. Lisboa: Dom Quixote, 1990. BENJAMIN, Walter: *A Modernidade e os modernos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975. TOURAINE, Alain. *Crítica à Modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1998.

<sup>29</sup> FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.



produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser.(...) a própria noção de sujeito, só inteligível por meio de sua aparência de gênero, admite possibilidades excluídas à força pelas várias reificações do gênero constitutivas de suas ontologias contingentes<sup>30</sup>.

Meu texto estará, desta maneira, baseado nessas desnaturalizações<sup>31</sup> e na incongruência discurso-prática, ou seja, o discurso regulador moderno em oposição às práticas cotidianas. Os casos e as interpretações estarão no campo das possibilidades que podem permear o cotidiano dos sujeitos. Desta forma, os escritos de Margareth Rago sobre esse novo pensar e sobre o olhar histórico<sup>32</sup> deslocam o eixo da análise das instâncias macro da Política e da Economia para os micropoderes constitutivos das relações sociais da Modernidade. Passa-se a pensar nas formas através das quais as práticas culturais, sociais e sexuais têm sido colonizadas, deslocadas, substituídas, em movimentos sutis: a cultura assume, pois, um papel fundamental na produção da própria sociedade.

Especialmente a partir das formulações de Foucault, a percepção do exercício do poder na sociedade burguesa pôde ampliar-se consideravelmente, ao ser deslocado do “campo da ideologia” para o do biopoder, da incidência sobre a alma e as idéias para o corpo e os espaços físicos. Deste modo, o corpo ganha materialidade; o pensamento, uma outra História<sup>33</sup>.

Vale referir agora que o conjunto de fontes que apareceram ao longo deste trabalho são basicamente e prioritariamente processos-crime. Ao esquadrihar os arquivos da região dos Campos de Cima da Serra e de Porto Alegre compreendida nesta pesquisa, descobri uma riqueza inexplorada e também pouco conhecida. Ora, todos os estudiosos do tema reconhecem que os processos-crime trazem uma riqueza espetacular de informações e em muitos pontos polemizam a análise. Entretanto, também sobre isso se sabe do olhar do pesquisador que poderá em um segundo momento entrecruzar as fontes, fazendo assim outro trabalho de pesquisa. O entrecruzamento de fontes seria possível: contudo, analisar processos manuscritos demanda muito tempo, e a minha escolha foi deter-me em dez processos basicamente, que tangenciam a violência, o corpo, a sexualidade e falam de uma mulher distante, talvez uma mulher real, longe de qualquer estigmatização.

---

<sup>30</sup> BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 59.

<sup>31</sup> BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: a experiência vivida*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1949. p. 9.

<sup>32</sup> RAGO, 2000, op. cit.

<sup>33</sup> Ibid., p. 42.

Todavia, embora o tempo deixasse que outras fontes fossem usadas nesta pesquisa, destaco que a escassez de registros sobre as mulheres do campo desmotivaria a incursão em outras documentações. Possivelmente mulheres urbanas ainda teriam mais vestígios materiais, ainda que dentro da criminalidade, inscritas nos relatórios policiais. Mais do que nunca, as mulheres do Campo estão inscritas nos não-ditos históricos<sup>34</sup>.

Neste sentido, ao procurar as minhas mulheres<sup>35</sup>, eu somente as encontrei mergulhadas na criminalidade. As primeiras incursões nos arquivos foram na cidade de Porto Alegre, começando pelo Arquivo Histórico; lá encontrei alguns processos do início do século XX relativos aos suicídios femininos. Algumas pistas não foram negligenciadas<sup>36</sup> — o que parecera pouco ao ver as primeiras páginas policiais transformou-se em processos repletos de minúcia. Posteriormente, já no Arquivo Público, encontrei os processos que aqui aparecem e que foram os escolhidos para se trabalhar nesses últimos anos.

Sem uma preocupação específica no que concerne a datas, os processos foram aparecendo, esparsos, dificultando assim o recorte temporal. Por isso também a escolha dos processos está em um tempo descontínuo, não exatamente linear, mas com muitos elementos que propiciam a reflexão. Contudo, a necessidade de pontuar uma data é indispensável para a compreensão; portanto, aqueles estarão datados a partir de 1910, chegando até 1930. Cabe frisar que isso foi feito de modo esparsos, pois existem anos em que não há registro algum.

Também devo ressaltar que pontuei a minha escolha das fontes, levando-se em conta o sentido reflexivo. Ainda que um único processo desse conta desta pesquisa e também promovesse o debate acadêmico, não pude deixar de fora os que julguei pertinentes analisar. Sei, todavia, que tal pertinência pode ser absurdamente óbvia, porém deve-se tratar até mesmo do óbvio, silenciado pela História. Inscrevê-lo nos estudos feministas seria por demais audacioso, pois no meu entender é preciso que se tenha erudição invejável e, acima de tudo, uma prática bastante veemente — acho que não é o caso por enquanto.

---

<sup>34</sup> CERTEAU, Michel. *A escrita da História*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

<sup>35</sup> A expressão *minhas mulheres* é uma licença poética para se referir ao poder do autor sobre o seu objeto — aqui, o foco da minha pesquisa.

<sup>36</sup> GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e História*. São Paulo: Cia das Letras, 1990. p. 152.

Talvez, nesse momento da pesquisa, ao ensejar os estudos de gênero, que nasce no centro dos debates feministas e que se metamorfoseia ao longo do caminho, reconhece-se aqui que aqueles sofrem muitas influências dos estudiosos das diversas áreas das Humanas. Gênero é, pois, uma categoria de análise que considera a transversalidade essencialmente como a sua natureza. Advogar o caráter relacional do gênero é admitir as negociações que estiveram na ordem do dia dos sujeitos, protagonistas dessa História.

Devido à complexidade dos debates e à atualidade do tema, muito se tem produzido e falado sobre esses estudos, que, ao fim e ao cabo, ainda caminham marginalmente nos corredores acadêmicos. No entanto, não deixo de pensar na vasta produção, nas incongruências teóricas que incorremos no início do caminho. E ainda que o caminho só se faça ao caminhar<sup>37</sup>, chegamos aos dias atuais com um saldo positivo no que diz respeito aos estudos ligados a homens e a mulheres, multifacetados, sujeitos diversos, inscritos nas suas subjetividades.

Este trabalho de pesquisa nasce, assim, dessa subjetividade. Nasce, pois, do esforço de professores<sup>38</sup> na Graduação, que é um tempo curto para se confluir todas as idéias e conteúdos, tentando vencer prazos e ler um pouco mais do que se tem na básica ementa. Esse outro olhar, incentivado na Graduação da Universidade de Caxias do Sul, em parte, deve-se a esses outros olhares que a História<sup>39</sup> buscou na tentativa de dar conta dos espaços e das lacunas nunca fechados. Finalmente encontrei abrigo também na PUCRS, personificada na pessoa da Professora Doutora Margaret Bakos que sempre suscitou o debate, apontando os caminhos da História — esta, rica em debates e em reflexão.

A sensibilidade que aguça esta pesquisa deve algo à generosidade dos arquivos da região dos Campos de Cima da Serra, que por anos foram tratados como não fornecendo nenhum material que pudesse ser palpável e que traduzisse em uma dissertação. Segundo o discurso de algumas pessoas que passaram pela minha trajetória como pesquisadora, as fontes

---

<sup>37</sup> MACHADO apud JARDIM, Rejane. *Ave Maria, Ave senhora de todas as graças!* Um estudo do feminino na perspectiva das relações de gênero na Castela do século XIII. Porto Alegre, PUCRS, 2006. Tese de Doutorado, p.8.

<sup>38</sup> É digna de nota, portanto, a iniciação no tema por parte de Rejane Jardim. Além disso, embora não compartilhe de igual análise, houve a contribuição de Loraine Slomp Giron, que foi muito importante na concepção desta pesquisa. Não se deve esquecer também Isabel Bilhão, a quem quase sempre eu pedia alguma explicação sobre a teoria da História e que elucidou muitas dúvidas sobre isso.

<sup>39</sup> BURKE, Peter. *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992b. p.75.

sobre a região não davam grandes possibilidades de reflexão.

Ao pesquisar incessantemente, encontrei materiais preciosos que, hoje, ao escrever, posso dizer que deram o tom<sup>40</sup> a esta pesquisa. Ainda bem que não acreditei naqueles incrédulos que pelo meu caminho passaram e que consegui “tirar leite das pedras”. Estou, todavia, ciente dos perigos que incorro em centrar a minha análise em processos-crime, pois estes podem suscitar as mais variadas interpretações. Contudo, esse é só o meu olhar sobre as fontes, as grandes estrelas da pesquisa.

Inicialmente, o trabalho buscava tratar sobre as mulheres suicidas; porém, com um fio de loucura — ou sobre o discurso que não faz parte do que seria normalidade e que fica tratado como loucura. Na caminhada, dei-me conta de que só com o prazo de uma tese poderia desvelar esse passado. Tinha ainda muitas fontes e, ao olhá-las, não me ocorria, o que só um ano depois me ocorreu, isto é, a violência como pano de fundo de todos os processos.

Levei algum tempo presa à idéia de escrever sobre as suicidas, sem pensar no âmbito da violência maior que permeava as relações na região. Estive tentada a escrever apenas sobre as vítimas, mas a riqueza de dois dos processos<sup>41</sup> sobre aquelas que romperam com os padrões socialmente aceitos tirava-me o sono. Decidi também escrever sobre elas. Ainda no projeto inicial, pensava em escrever sobre toda região: logo me desfiz de tal idéia, pautando minha análise somente em São Francisco de Paula.

Seguindo a pista dos arquivos, tive várias possibilidades de análise: poderia simplesmente escrever sobre um único processo; poderia também falar sobre as subjetividades femininas e masculinas, especificidades locais, cultura, vida no campo. Porém não consegui me desfazer dos demais processos, não consegui não introduzi-los na pesquisa. Tomada de afeto, coloquei todos aqueles que julguei pertinentes para a discussão.

Ainda devo comentar que o presente estudo passeia tranqüilamente entre filósofos

---

<sup>40</sup> Buscar o tom do texto foi um exercício que praticamos no seminário ministrado pela Professora Doutora Margaret Marchiori Bakos em 2007, na PUCRS. Os colegas de Mestrado apresentavam os seus textos, comentando esse aspecto.

<sup>41</sup> APERGS, Cartório Cível e Crime de São Francisco de Paula, maço n. 1, estante 104. Cartório Cível e Crime, maço n. 14, estante 15.

pós-estruturalistas, como pode estar sob o signo da Micro-História italiana<sup>42</sup>. Devo frisar, porém, que pauto a análise dentro da perspectiva do gênero, que, na decifração de homens e de mulheres, busco melhor entender essas relações sociais. Em meio a essa alquimia teórica<sup>43</sup>, não desprezo tampouco o rigor do fazer histórico — apenas admito utilizar as teorias que confluem para trabalhar a experiência humana na inter-relação com o outro. A minha postura também não descarta a minha primeira leitura sobre as fontes, apoiada na análise de conteúdo, motivada pelos estudos de Laurence Bardin<sup>44</sup>, o que me ajudou a instrumentalizar a pesquisa.

Sistematizar nas fontes o que Bardin propõe é deixar o caminho aberto para uma íntima relação com o texto, para as noções de pré-análise, de exploração das fontes, para o tratamento de resultados, de inferências e para a interpretação — embora todo esse trabalho de maior amplitude tenha-se transformado em microtabelas, resultantes dos processos que elegi. Não poderia, contudo, deixar de situá-lo aqui, porque isso fez parte da caminhada e faz parte das interpretações intertextuais.

Como se vê, são questões de extrema relevância para a pesquisa — parte-se agora para a divisão do meu texto, isto é, a dissertação está dividida em três capítulos. O tema do primeiro capítulo é o lugar do qual estou falando. São Francisco de Paula de Cima da Serra é a grande protagonista: lá se passam todos os fatos que se desenrolam a partir dos processos analisados. Para esse intento, utilizei-me basicamente da dissertação publicada por Rodrigo de Azevedo Weimer que trata da cidade de São Francisco de Cima da Serra do final do século XIX.

Desde logo, vale destacar que a bibliografia sobre a região é escassa e deixa poucas contribuições para o pesquisador! Portanto, é necessário recorrer à documentação primária

---

<sup>42</sup> Segundo Neyde Theml, “A Micro-História italiana e, depois, a espanhola nos mostram estas mudanças do olhar e do interesse do historiador. Pressupõem que, a partir de uma situação particular e do “normal-excepcional”, podemos compreender a maneira pela qual os indivíduos produzem a sociedade: 1º) pelas suas alianças e os seus enfrentamentos; 2º) pelas dependências que os unem ou dos conflitos que os opõem. Segundo os italianos, o objeto do historiador não é a estrutura ou estruturas e nem os mecanismos que as regem. Alertam-nos que não se pode deixar de fora toda intenção subjetiva. A abordagem deve ser feita através das relações sociais e das estratégias que os homens põem em prática no interior da comunidade. As parentelas, as famílias e os indivíduos são os focos da observação, elaborados a partir da sociedade e da cultura no que concerne aos desvios, discordâncias ou confrontos no interior dos diferentes sistemas de normas da sociedade e no interior de cada um desses sistemas”. Ver: THEML, 1998, op. cit., p.12.

<sup>43</sup> A respeito disso, Neyde Theml observa: “Acredito que a pluralidade de caminhos e o nó que tecemos são positivos, pois é através do debate que encontraremos o tempo da astúcia. Diante de todas estas questões, a liberdade de pensar deve sempre ser garantida.” Ver: Ibid., p.15.

<sup>44</sup> BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1991. p. 29.

para tecer os fios da História de São Francisco de Paula de Cima da Serra. Há ainda alguns livros de escritores curiosos, preocupados em preservar a cultura local — por isso, travestindo-se em prosa e verso, cantam as maravilhas serranas. Nisso eu poderia ser questionada pelo rigor teórico, mas já afirmo de antemão que este estudo não está por deveras engessado em um único marco teórico, graças à transversalidade que a análise de gênero apresenta.

No segundo capítulo, começo a adentrar no universo dos sujeitos — aí o cotidiano adquire voz através da leitura de Agnes Heller, para quem o cotidiano envolve a vida do homem, as suas relações, as suas produções e as suas subjetividades. Mais do que nunca, entram nessa teia as pequenas violências cotidianas. Devo ressaltar que a complexa fórmula para se estudar o cotidiano é aliá-lo à violência teorizada por Hannah Arendt, para quem este último conceito está engendrado nos subterfúgios humanos e para quem pouco foi creditado e ainda menos foi escrito.

No terceiro e último capítulo, postulo a privação — ancorada para isso em Hannah Arendt — e no velho e não menos atual conceito de privação, isto é, o homem privado é aquele que é destituído de elementos que estão na primazia do viver humano.<sup>45</sup>

---

<sup>45</sup> Acentuo, porém, que, para qualquer uma das análises, tanto as relativas ao cotidiano do homem quanto as relativas à privação, utilizei-me de muitos textos significativos para a História das mulheres. Assim, destacam-se as obras de Mary Del Priore, Rachel Soihet, Elizabeth Badinter, Margareth Rago, Michele Perrot, Joana Maria Pedro, Maria Izilda Matos, June Hahner, além das revistas dos estudos feministas que contribuíram diretamente para se pensar a relação homem-mulher. Assinalo também as teses e as dissertações realizadas sobre o tema — tudo isso influenciou diretamente a minha análise.

## 1 SÃO FRANCISCO DE PAULA DE CIMA DA SERRA: A VIDA NOS VERDES CAMPOS

“... Há tanta vida nestes campos verdes e altivez nos pinheiros natos que até os sonhos de seus habitantes vão aos pouquitos se transformando em fatos”...<sup>46</sup>.

O meu texto trata sobre mulheres; especificamente, as mulheres dos Campos de Cima da Serra. São as mulheres do campo, com as suas minúcias e subjetividades. Para isso, eu preciso começar a História, localizando o leitor no espaço em que a trama passa. São Francisco de Paula<sup>47</sup>, uma cidade nos altos da serra, localizada no Rio Grande do Sul, tem a sua História relativamente antiga<sup>48</sup>.



Região dos Campos de Cima da Serra  
Nordeste do Rio Grande do Sul  
Fonte: maps.google.com.br, modificado pela autora

São, pois, paisagens, clima, cultura, marcadamente distintos do resto do Rio Grande do Sul, conhecido o Município apenas e tão-somente pelo viés do estancieiro, do fazendeiro e

<sup>46</sup> SOUZA apud SILVA TEIXEIRA, Maria Lúcia da. *São Francisco de Paula: nossa terra, nossa gente*. Porto Alegre: Evangraf, 2002.

<sup>47</sup> Chamamos Campos de Cima da Serra a região que compreende os Municípios de São Francisco de Paula, Jaquirana, Cambará do Sul, Bom Jesus e São José dos Ausentes. Não concordo com a denominação de *serra* para estas cidades: nem geográfica e nem politicamente se podem enquadrá-las na categoria de Serra Gaúcha. As peculiaridades da região exigem que especifiquemos como Campos de Cima da Serra, o que trará um outro aporte teórico para tratar os indivíduos que lá vivem.

<sup>48</sup> SILVA TEIXEIRA, 2002, op. cit.

do colonizador<sup>49</sup>.

Sobre a natureza da população, Rodrigo de Azevedo Weimer<sup>50</sup> em sua pesquisa assim a descreve:

A população de São Francisco de Paula era majoritariamente rural. Uma foto da vila em 1901 evidencia as pequenas dimensões. Entre 1872 e 1890, a população do Município, rural e urbana, teve o crescimento de 5526 para 9597. É duvidoso que a população local fosse tão fértil; é mais provável considerar a incorporação de novos habitantes durante as redefinições de fronteiras. Infelizmente não se pode contar com os dados de 1900, pois naquele ano foram computados junto a Taquara. Os censos disponíveis não especificam distinções entre população rural e urbana, talvez porque fosse uma relação caracterizada pelo intenso trânsito, ou mesmo, porque tal diferenciação não fizesse sentido – mais do que se oporem, sede e distritos pareciam ter uma relação de complementaridade<sup>51</sup>.

Ainda, corroborando a análise de Rodrigo de Azevedo Weimer, trago aqui o aporte do processo de emancipação de Cambará do Sul, que apresenta em seu corpus argumentativo dados da cidade de São Francisco de Paula:

Conta o Município de São Francisco de Paula 39504 habitantes, localizando-se 3520 na sede e 36020 na zona rural (estimativa do Departamento Estadual de Estatística para 1-1-1956). A densidade demográfica é de 7.35 habitantes por quilômetro quadrado; representa a população 0,83% do total do Estado. Área: 5381 quilômetros quadrados<sup>52</sup>.

Sobre os trânsitos da região, sabemos que estes eram intensos. Um pequeno livro editado pela Prefeitura de São Francisco de Paula no ano de 1996 me oferece aporte para destacar o ir e vir que marcava a cidade cotidianamente:

Neste contexto entra São Francisco de Paula, pois o caminho das tropas partia da altura de Palmares do Sul, atravessava o atual território de Santo Antônio da Patrulha, alcançava o planalto pelos Campos de Cima da Serra, indo na direção de Lages, avançando para Sorocaba. Foi com o transitar dos tropeiros por este caminho que teve início o processo de ocupação dos Campos de Cima da Serra, recebendo os primeiros sesmeiros. O capitão Pedro da Silva Chaves, um português estabelecido

<sup>49</sup> Existem muitas pesquisas que darão conta do ator-colonizador, isto é, dos alemães e dos italianos na vizinha região da Serra Gaúcha, na qual o progresso alardeado foi a todos propagado através de muitos trabalhos históricos. Diferentemente, vê-se o morador dos Campos, sobre quem historicamente quase nada foi dito.

<sup>50</sup> Rodrigo de Azevedo Weimer busca, nos registros de nascimento entre os anos de 1889 e 1905, subsídios para afirmar o caráter rural da população, pois aqueles trariam as informações do nascimento, especificando a localidade em que a criança nascera. Dos 496 registros analisados por Rodrigo de Azevedo Weimer, apenas quatro apontam como local São Francisco, podendo ser chamado este local como município ou vila.

<sup>51</sup> WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *Os nomes da liberdade. Ex-escravos na Serra Gaúcha no Pós-Abolição*. São Leopoldo: Oikos, 2008. p. 71.

<sup>52</sup> APERGS, Comissão de Constituição e Justiça. Ementa: cria o Município de Cambará do Sul; processo n. 1965.



em Itu (SP), foi um dos pioneiros<sup>53</sup>.

Local de passagem e de paragem de tropas, caminho dos tropeiros, a cultura era permeada pelo lugar e pelo que estaria recebendo de fora dos seus limites. Muitos personagens povoavam esses campos: eram, pois, donos das mais diversas profissões ligadas à profissão de tropear. Povoavam assim esses lugarejos denominados Campos de Cima da Serra

o tropeiro dono da tropa, o arrieiro que conduzia o animal, o menino madrinheiro, o amansador ou domador da besta, o amontador que transformava o equino ou muar em montaria, o acertador para ensinar a andadura e educar a boca da besta ao freio, o arrematador dos registros, as mulheres de vida fácil e tantos outros que aguardavam a chegada dos tropeiros aos povoados<sup>54</sup>.

A citação acima se refere aos típicos sujeitos que habitavam essas paragens; entre eles, já se tem uma menção às mulheres, distantes, pois, daquelas que apareciam em folhetins, das idealizadas na imprensa<sup>55</sup>. As que povoavam esses lugares provavelmente poderiam fazer parte do imaginário testificado por Maria Izilda Santos de Matos sobre as mulheres cantadas por Lupicínio Rodrigues<sup>56</sup>. As mulheres, com asas no coração<sup>57</sup>, um dia aqui o outro ali, fugiam à regra, faziam parte da contravenção: chamavam-nas as chinas de soldado<sup>58</sup>, denominação dada ao elemento desviante, que compunham uma parte expressiva da população feminina. Não são mais lembradas pela ausência de registros que atestem com precisão o número de mulheres que integravam tal grupo.

Estancieiras, chinas de soldado, imigrantes, participantes da vida local, o universo feminino representava nesses vastos campos a mão-de-obra necessária para a manutenção da vida em um clima frio.

Em oposição às hostilidades do clima, Laudelino Medeiros descreve São Francisco de

<sup>53</sup> PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DE PAULA. *São Francisco de Paula: ontem, hoje e sempre*. Administração 93/96. 1996. p. 16.

<sup>54</sup> FLORES, Moacyr. O tropeirismo e a economia colonial. In: SGARBI SANTOS, Lucila Maria; COSTA VIANNA, Maria Leda; MACIEL BARROSO, Vera Lúcia (orgs.). *Bom Jesus e o tropeirismo no Brasil Meridional*. Porto Alegre: Est, 1995a. p. 135.

<sup>55</sup> LEAL, Elizabete da Costa. O Positivismo, o Partido Republicano Rio-Grandense, a Moral e a Mulher (1891-1913). Porto Alegre, UFRGS, 1996. Dissertação de Mestrado. p. 27-49.

<sup>56</sup> SANTOS DE MATOS, Maria Izilda. *Melodia e sintonia, o feminino, o masculino e suas relações em Lupicínio Rodrigues*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

<sup>57</sup> SANTOS DE MATOS, loc. cit.

<sup>58</sup> FLORES, Hilda. A mulher no contexto social do RS: séculos XVIII a XX. In: SGARBI SANTOS, Lucila Maria; COSTA VIANNA, Maria Leda; MACIEL BARROSO, Vera Lúcia (orgs.). *Bom Jesus e o tropeirismo no Brasil Meridional*. Porto Alegre: Est, 1995b. p. 71.

Paula através de sua paisagem:

Esta, a modesta freguesia de São Francisco de Paula, assim então chamada, veria realizar-se a previsão de Saint-Hilaire, em 1820: ‘... e é crível que daqui a pouco tempo esta aldeia será acrescida de um grande número de novos habitantes, atraídos pela posição favorável da povoação, pela beleza da região e riqueza dos que se acham aqui estabelecidos’<sup>59</sup>.

A singularidade, marcada pelo clima, as paisagens que impressionaram Saint-Hilaire são sobrepostas por algumas peculiaridades presentes somente nessa região do Rio Grande do Sul. Joseph Love, em célebre estudo realizado sobre as regionalidades no Brasil, destaca os aspectos geográficos que distinguem as regiões no Rio Grande do Sul, principalmente esta a que dediquei este estudo. De acordo com Joseph Love:

Grande parte da singularidade econômica e política do Rio Grande deriva da sua geografia. O Estado ocupa pouco mais que 3% do território do Brasil, e está situado bem abaixo dos trópicos ( entre 27° S e 34° S ). Entretanto, longe de ser o pampa sem fim que muita gente que não o conhece imagina, o Rio Grande – incluindo a região pecuária – de um modo geral, é acidentado<sup>60</sup>.

Em meio à geografia de um lugar singular, cantado pelo poeta serrano, encontramos uma cidade mergulhada em alguns comportamentos femininos que eu entendo que são relevantes para a pesquisa histórica. Ao mapear o lugar e situar o Rio Grande do Sul no cenário nacional, temos uma tentativa de capturar os momentos e muito mais diagnosticar os ambientes de que trataremos e que servirão de palco para o cenário que se estabelecerá. Historicamente, o mosaico que é o Rio Grande do Sul esteve dividido em três regiões:

Fisiograficamente, os geógrafos distinguiram seis regiões no Rio Grande do Sul, mas cultural e economicamente se aceita uma divisão em três regiões, e essa convenção será aqui adotada. Essas áreas são o Litoral, a Campanha e os Campos de Cima da Serra ( ou simplesmente serra).

(...) Os campos de Cima da Serra, a terceira região, compreendem a área que se estende ao norte e a oeste de Porto Alegre, até o Rio Uruguai, limitada ao sul pela linha Ibicuí-Jacuí. O seu solo é mais rico que o das outras regiões. Como o indica o nome, trata-se de um platô elevado; a sua altitude, que varia entre uns 100 até mais de 900 acima do nível do mar, faz dele a zona mais fria do Estado. Matas cobrem a metade da área, cuja árvore mais característica é o alto pinheiro de cone achatado. E a não ser no extremo oeste, os campos tomam conta do resto. (...) Para propósitos históricos a serra pode ser dividida em três sub-regiões: a Zona colonial, o Platô Central e o distrito das Missões.

(...) À diferença das seções de matas, os campos da Serra foram ocupados nos

<sup>59</sup> MEDEIROS, Laudelino. As cidades. In: CESAR, Guilhermino et alii. *Rio Grande do Sul: terra e povo*. 2. ed. Porto Alegre: Editora Globo, 1969. p. 91.

<sup>60</sup> LOVE, Joseph. O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade na República Velha. In: FAUSTO, Boris (org.). *III O Brasil Republicano: estrutura de poder e Economia (1889-1930)*. São Paulo: Difel, 1977. p. 99-100.

séculos XVIII e XIX por estancieiros<sup>61</sup>.

É prudente que situemos também o contexto rio-grandense para situar São Francisco de Paula de Cima da Serra no período de 1910 a 1930. Aspectos políticos são bastante relevantes para este estudo, pois será através da Política que iremos entender o papel delegado às mulheres<sup>62</sup>. Para tanto, é preciso iniciar pelo Positivismo e pela sua filosofia desenvolvimentista-progressista que alicerçou o pensamento dos dirigentes do Estado. A fim de que exista progresso, é preciso ordem — e fará parte da ordem das coisas a naturalização dos sujeitos<sup>63</sup>. Esses indivíduos importam a filosofia comteana no que concerne a muitos aspectos da vida cotidiana. Para Joseph Love:

Os republicanos históricos, que haviam concluído os seus estudos (normalmente de Direito) entre meados da década de 1870 e os da década de 1880, seguiam a moda do positivismo de Comte; e entre eles, Júlio de Castilhos era um dos mais ardorosos advogados do comtismo. Castilhos hauriu em Comte a crença numa forma de governo republicana e ditatorial; abraçou a fé comteana no domínio pelas classes conservadoras e bateu-se com fervor pela ordem como base do progresso social. “Conservar, melhorando”, tornou-se-lhe a divisa; em numerosas ocasiões reafirmou a sua dívida teórica com Augusto Comte<sup>64</sup>.

Para Love, eram muitos os aspectos apregoados pela filosofia social de Comte que norteavam as relações no Estado. Contudo, o referido autor não fala claramente dos aspectos educacionais relativos ao espírito positivo que norteava a relação homem-mulher do período<sup>65</sup>.

Alardeamos as especificidades, distintas da serra gaúcha: há aqui um outro ator social, o colono, diferente deste que é o morador dos Campos. As lacunas deixadas pela História no que diz respeito a essas pessoas e à sua cultura só são quebradas pelos trabalhos acadêmicos que privilegiam o tropeirismo ou mais especificamente os homens tropeiros<sup>66</sup>.

Contudo, Rodrigo de Azevedo Weimer quebra o silêncio, ao falar de São Francisco de

<sup>61</sup> LOVE, 1977, op. cit., p. 100-101.

<sup>62</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002. p. 63.

<sup>63</sup> BEAUVOIR, 1967, op. cit., p. 194.

<sup>64</sup> *Ibid.*, p. 109.

<sup>65</sup> Essa relação entre homem e mulher, no que diz respeito ao Positivismo, refere-se àqueles que estão ou que manipulam de alguma forma o poder maior, ou que têm maior visibilidade na esfera do cotidiano público — aqui as subjetividades giram em torno da mulher proprietária burguesa. Também nessa análise não se inscrevem os micro-poderes que compõem o cotidiano.

<sup>66</sup> ALBECHE, Daisy Langué. O tropeiro em Luís Araújo Filho. In: SGARBI SANTOS, Lucila Maria; COSTA VIANNA, Maria Leda; MACIEL BARROSO, Vera Lúcia (orgs.). *Bom Jesus e o tropeirismo no Brasil Meridional*. Porto Alegre: Est, 1995. p.168.

Paula, ainda que não deixe claro isso no título de seu texto<sup>67</sup>. Weimer refere-se a uma certa São Francisco de Paula dos negros, dos nomes, dos sobrenomes da liberdade — número considerável de pessoas que constroem tal cidade. As inferências a esses sujeitos negros já motivam diferentemente o leitor desavisado que tem no seu imaginário da serra gaúcha um pequeno pedaço da Europa povoado por italianos e por alemães. Entretanto, é na leitura dos processos que comprovam a grande população negra na cidade que os mitos irão desfazendo-se.

O que desejo nesse momento é trazer à baila os aspectos culturais peculiares e que eventualmente distinguem São Francisco de Paula das outras regiões do Rio Grande do Sul. Também, como isso colabora para formar outras identidades<sup>68</sup> e, mais ainda, como homens e mulheres relacionaram-se dentro desse microcosmo.

São Francisco de Paula inicia a sua História formal em 1902, depois de passar por vários estágios, isto é, vila, anexo, ser promovida à cidade, voltar a ser vila, freguesia e até a atingir o status de cidade<sup>69</sup>:

O Município passou por diversas modificações administrativas nas últimas décadas do século XIX. Em 1878, a freguesia adquiriu o estatuto de vila, formulando seu código de posturas em 1883 e criando uma comarca no ano seguinte. Antes disso, São Francisco foi termo da comarca de Santo Antônio da Patrulha (1872-1878), do Rio dos Sinos (1878-1880) e de Santa Cristina do Pinhal (1880-1884), para a qual voltou em 1886, autonomizando-se de novo em 1889. A comarca foi extinta mais uma vez em 1892, restabelecida e extinta novamente no mesmo ano, passando a pertencer a Taquara<sup>70</sup>.

Deve-se ressaltar agora que a codificação espaço-temporal sofre pelas razões que passam pela imprecisão dos limites e das fronteiras de São Francisco de Paula de Cima da

---

<sup>67</sup> Somente ao lermos as primeiras linhas da Introdução, sabemos que estamos falando de São Francisco de Paula. O texto *Os nomes da liberdade. Ex-escravos na Serra Gaúcha no Pós-Abolição* nos dá a completa certeza de que se trata de alguma cidade da Serra Gaúcha, podendo ser Caxias do Sul, Bento Gonçalves ou coisa que o valha. Penso que essa obra merecesse levar o nome dos reais protagonistas da História.

<sup>68</sup> De acordo com Martin Heidegger, a noção de identidade passa pela construção uniformizadora dos seres: “Em cada identidade reside a relação ‘com’, portanto, uma mediação, uma ligação, uma síntese: a união numa unidade. Por isso a identidade aparece, na história do pensamento ocidental, com o caráter da unidade. Ver: HEIDEGGER, Martin. *Que é isto, a Filosofia?* : identidade e diferença. Rio de Janeiro: Petrópolis: Vozes, 2006. p.39. Em oposição a Heidegger, René Gassot propõe o termo *identificação*, rompendo, contudo, com a identidade estática, sem as dinâmicas que estão sobre o signo do movimento. Ainda na esteira da identidade, o teórico que mais se aproxima do que penso ser esse tema tão polêmico é Stuart Hall, que a considera através dos múltiplos eus que podem estar travestidos em uma única identidade. HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

<sup>69</sup> WEIMER, 2008, op. cit., p. 67.

<sup>70</sup> WEIMER, loc.cit.

Serra. As fontes que ora estavam sobre a jurisdição da comarca de São Francisco de Paula, ora poderiam estar sobre a jurisdição de Taquara. Apóio-me para tanto na formulação realizada por Rodrigo de Azevedo Weimer acerca das fontes:

A divisão administrativa foi instável como a judicial. O Município criado em 1878 foi anexado a Santa Cristina do Pinhal e a Taquara em 1889, restaurado no mesmo ano, e suprimido em 1892. Pertenceu a Taquara do Mundo Novo por dez anos, após os quais se independizou. (FORTES; WAGNER, 1963). As sucessivas modificações demonstram ser impossível delimitar espacialmente a pesquisa com base nas divisões oficiais<sup>71</sup>.

O que se destaca também é que foram muitas as trocas culturais<sup>72</sup> pelas quais os moradores dos Campos passaram. Era, pois, uma região tipicamente fria, com um clima cotidianamente cinzento, bem diferente dos trópicos ensolarados a que nós, os brasileiros, somos referendados. Ao falar deste lugar e ao escrever sobre isso, devo dizer que imagino os dias e as noites na longínqua e fria São Francisco de Paula de Cima da Serra — assim se denominava nas primeiras décadas do século XX e assim a chamaremos durante todo o percurso da escrita. Imagino os tropeiros que por lá passavam, imagino os mascates, vendendo os seus trastes pelos caminhos verdes e sombrios. Imagino os dias frios em que muitos procuravam o aconchego dos lares, pois o sol era raro e, mesmo quando aparecia, ia embora cedo. Também imagino a vida das mulheres — e aqui falo não só das mulheres mas também das mulheres pobres, descendentes de escravos, e as também de cor<sup>73</sup> ignorada, mas sempre mulheres. Os caminhos que levam até o paradeiro das mulheres, as quais os processos-crime me apresentaram são como os que imaginei e logo depois constatei, frios e cinzentos.

Quero, porém, dar outro tom à dissertação — o da liberdade — assim permitir que os documentos me respondam e tragam, para que eu possa socializar e atualizar todos os vestígios encontrados no que concerne às mulheres dos Campos de Cima da Serra. Os casos sobre os quais me debrucei nos últimos anos são intensos, passíveis de toda passionalidade

<sup>71</sup> WEIMER, 2008, op. cit., p. 67.

<sup>72</sup> A cultura ou as trocas culturais são analisadas por Homi Bhaba, para quem “a articulação da diferença, da perspectiva da minoria, é uma negociação complexa, em andamento, que procura conferir autoridade aos hibridismos culturais que emergem em momentos de transformação histórica. O direito de se expressar a partir da periferia do poder e do privilégio autorizados não depende da persistência da tradição: ele é alimentado pelo poder da tradição de se reinscrever através das condições de contingência e contradição que presidem sobre a vida dos que estão na minoria.” Ver: BHABA, 1998, op. cit., p. 21.

<sup>73</sup> Sublinho aqui a questão da cor, do preconceito racial, pois este parece ser bastante significativo na hierarquia social. Nas informações relevantes dos processos, esse pareceria ser um elemento importante na formação da culpa ou da inocência. Para além das questões relativas ao processo, acho importante tratar desse elemento, pois é uma das subjetividades a que elegi como próprias das mulheres pesquisadas neste estudo.

que é permitida ao historiador descompromissado com a distância das fontes. Sei que é impossível escrever sem imprimir àquilo que entendo como prática histórica e àquilo que não podemos deixar de lado, o chamado rigor histórico.

Tal rigor é observado por Neyde Theml, que, ao pensar o que é a História, inverteu a questão e pensou no historiador atual<sup>74</sup>. De acordo com a historiadora, precisamos desatar um nó górdio. Questões como agentes sociais, tempo, mudanças, construções e desconstruções fazem parte do cotidiano do historiador — por vezes, o nó não mais pode ser desatado, tal é o emaranhado teórico que tecemos. Para Theml:

Estas questões obrigaram os historiadores, muito mais nesta década do que nas anteriores, a aproximar sua abordagem e o seu objeto de pesquisa com os arqueólogos, antropólogos, lingüistas, semiólogos e outros. Mas este diálogo ainda se apresenta numa relação tensional entre manter a singularidade temporal e espacial que sempre foram as referências do historiador ou abandoná-las e seguir a via da universalidade e atemporalidade? Parece-me que os conflitos se dão mais neste aspecto de tempo — espaço e singularidade — do que no de totalidade do social<sup>75</sup>.

Tempo, espaço e singularidade serão as tarefas a que me proponho não me afastar neste estudo, porém é inevitável os vãos que às vezes ocorrerão por conta de meu pensamento pouco cartesiano. Sempre que isso ocorreu ao longo da tessitura destas páginas, tentei voltar e ter esse tripé claro em minha consciência.

### 1.1 Verdes campos, cinzas sombras: a resistência travestida pela violência

Ângela Amália Mascarelo e Zeferina Ferreira têm as suas vidas entremeadas, sem o saber. Elas se entrecruzam, pois, nas esferas das reações ao cotidiano. Mais do que nunca, aqui, a resistência pode também ser reflexo da violência. Resistir para essas mulheres significará matar, matar o marido, matar o filho<sup>76</sup>. É na privacidade do lar, no espaço que deveria servir de abrigo aos sujeitos, que essas mulheres procuraram reagir ao cotidiano, marcado pela violência.

---

<sup>74</sup> THEML, 1998, op. cit., p. 9.

<sup>75</sup> Ibid., p.11.

<sup>76</sup> BADINTER, Elizabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

No dia 05 de julho de 1917, o Promotor designado, as testemunhas, o Delegado de Polícia e os peritos notificados apresentam queixa contra Ângela Amália Mascarelo e formulam a sua culpa. Ângela Amália diz-se moradora da Linha Edith, sétimo distrito de São Francisco de Paula, comarca de Taquara, Estado do Rio Grande do Sul. O que lhe fora imputado: a morte do marido, este golpeado com objeto cortante na altura do pescoço, diz-se ser o objeto uma machadinha. Como testemunhas do fato, havia os seus onze filhos que dormiam no mesmo quarto.

Alguns anos depois, em 1922, Zeferina Ferreira, agregada, de cor mista, com 22 anos, mata o filho, asfixiado, escondendo-o atrás do fogão à lenha da casa onde residia como criada-agregada.

Os dois casos existentes nos processos-crime da cidade de São Francisco de Paula de Cima da Serra merecem reflexão. Serão, pois, violências com significados de resistência? Ou todos os silêncios em que foram envolvidas as duas mulheres representam também o silêncio de um corpo marcado pela diferença? Uma, com tantos filhos e um marido; a outra, sem marido que mata o filho. As duas, contudo, entremeiam-se na esfera da violência. São violências sem valoração, porque as motivações diversas já me autorizam a também inscrevê-las nas práticas de liberdade<sup>77</sup>.

É oportuno nesse momento também pensar esses dois casos a partir daquilo que Michele Perrot chama de os “silêncios do corpo”: são duas mulheres que se distinguem nas primeiras observações, mas que também reagem, suprimem o dócil corpo feminino, criado para a procriação, domesticado pela Igreja Católica<sup>78</sup>:

Ora, não se deve esquecer que sobre esse tema – os silêncios do corpo – há grandes diferenças culturais, religiosas, étnicas, etc. Como será no Brasil? Quais são as semelhanças, quais são as diferenças? Penso que a interrogação comparativa sustentará as possibilidades de diálogo<sup>79</sup>.

A partir das diferenças de que Perrot trata, pode-se estabelecer um diálogo com as

<sup>77</sup> Práticas de liberdade é um dos temas de investigação de Margareth Rago, que inclusive motivou um seminário temático que tinha como perspectivas de análises as referidas práticas. Ver: RAGO, Margareth Poder, violência e exclusão. XIX Encontro Regional de História - ANPUH, *Anais*, São Paulo, 2008.

<sup>78</sup> DEL PRIORE, Mary. *A mulher na História do Brasil*. Raízes históricas do machismo brasileiro: a mulher no imaginário social: lugar de mulher é na História. São Paulo: Contexto, 1988. p. 21.

<sup>79</sup> PERROT, Michelle. Os silêncios do corpo da mulher. In: SANTOS DE MATOS Maria Izilda; SOIHET, Rachel (orgs.). *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Editora da UNESP, 2003. p. 14.

muitas feminilidades existentes — Zeferina só fazia, porém, parte de um deles. De fato, o mundo feminino é pontuado por outros códigos que colocam as mulheres em condição desigual. Etnia<sup>80</sup> e classe social<sup>81</sup> são elementos indispensáveis para se pensar a cultura e inscrevem as mulheres neste ou naquele lugar. Zeferina estava em um lugar nada confortável — o discurso subjacente nos mostra isso. De cor mista, com 22 anos, trabalhava em uma casa no interior do Município, área rural, onde foi encontrado um menino recém-nascido asfixiado. Jazia ali na cozinha, atrás do fogão à lenha<sup>82</sup>.

São casos que merecem reflexão: a violência aqui significaria a resistência? Resiste-se contra um marido cruel, contra a imposição do corpo<sup>83</sup> feminino gerador de filhos não-queridos, símbolos de uma vida ainda mais opressora do que àquela já vivida. Parece, pois, difícil formular essa assertiva, pois chegar ao pensamento que leva às ações é algo impossível. Entretanto, é oportuno refletir que algumas condutas femininas representam o elemento desviante, que pode ser pensado como uma certa resistência, ainda que tal resistência aconteça a partir da violência, ocasionando a morte.

A resistência é, sem sombra de dúvida, pontuada pela violência. Optei por colocar esses casos destas duas mulheres entre aquelas que foram diretamente vítimas da violência. Elas aparecem-me como aquelas que, de um modo ou de outro, disseram não ao status quo, pagando o preço de seus atos. Para mim, os comportamentos não são uniformes — é claro que, dentro de um universo de agentes e de vítimas, temos mais vítimas. Contudo, ainda assim, houve aquelas que resistiram.

## 1.2 Nas sombras dos pinheiros: os defloramentos

Diz-se que naquele junho de 1912 no lugar denominado Mulada, segundo distrito do interior do município de São Francisco de Paula, a jovem Maria José confessa a seu primo e noivo ter sido deflorada por Benjamin Nunes de Oliveira. Maria José, com a idade de 14 anos,

---

<sup>80</sup> DEL PRIORE, 1994, op. cit., p. 43.

<sup>81</sup> PEDRO, Joana Maria. *Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1994. p. 82.

<sup>82</sup> APERGS, Cartório Cível e Crime, maço 14, estante 15.

<sup>83</sup> PERROT, 2003, op. cit., p. 22.



já com o consórcio acertado e acordado com o seu primo, vê-se às vésperas do casamento arranjado, com um comportamento distinto do cotidiano aceitável. Maria José apresenta os dias banhados pelas lágrimas, ao passo que suscita estranhamento na família. Os autos iniciam com a descrição do acontecido e com a convicção do defloramento, visto que peritos averiguaram “o rompimento do hymen em três partes e o alargamento da vagina”<sup>84</sup>. Ao ler o processo, não pude deixar de refletir sobre o que foi aquele dia, não posso continuar sem descrever o que segue aos últimos dias do acontecido.

Maria José era menina paupérrima, conforme descrito no processo-crime<sup>85</sup>, orfã, morando na casa de seus avós, trabalhadores rurais não-remunerados. Sabemos o quão comum era para o período os fazendeiros, na figura de bons cidadãos, ajudarem àqueles a quem a sorte presenteou com pouco<sup>86</sup>. A mão-de-obra é trocada por um casebre e por um pedaço de chão para que galinhas, porcos e uma vaquinha de leite fossem criados. Ainda quando não tivesse que ser dividido o fruto da terra ou mesmo a metade das criações naquele pequeno espaço doado para o trabalho e para o cuidado do benfeitor.

Neste sentido, segundo o que consta no processo, seus avós eram protegidos do tio do denunciado Benjamin Nunes de Oliveira<sup>87</sup>, acusado de deflorar a menina Maria José. As testemunhas dizem que esta havia sido compelida a renunciar ao casamento, a desistir do noivo; enquanto isso, Benjamin Nunes de Oliveira “mofava” dos noivos. O que dizer do comportamento do acusado que fazia chacota da menina Maria José e de seu consorte? Era, pois, uma atitude que poderia ser tratada como normal para o período, para um homem serrano gaúcho<sup>88</sup> que vivia nas primeiras décadas do século XX. Há ainda muitos fatores que devemos considerar ao pensar nessa violência que é o defloramento — entre eles, os micropoderes tão bem exercidos pelo homem da época. Há, ainda, outras questões, entre as quais o atributo econômico que parecia estar na esteira dessa violência. Embora somente isso não explique aqui o todo, isso nos faz pensar no cotidiano de tal família. No entanto, mais do que o fator econômico, poderíamos pensar na questão do *habitus sexuado*, explicitado por Bourdieu. Culturalmente, tais sujeitos já haviam sido colocados dentro da divisão sexual, e

<sup>84</sup> APERGS. Secretaria da Justiça. Cartório Cível e Crime de São Francisco de Paula. Maço 5

<sup>85</sup> APERGS. Secretaria da Justiça. Cartório Cível e Crime de São Francisco de Paula. Maço 5

<sup>86</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A burguesia gaúcha: dominação e disciplina do trabalho 1889-1930*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

<sup>87</sup> APERGS, Secretária da Justiça. Cartório Cível e Crime de São Francisco de Paula. Maço 5

<sup>88</sup> VELLINHO, Moysés. A formação histórica do gaúcho. In: CESAR, Guilhermino et alii. *Rio Grande do Sul: terra e povo*. 2. ed. Porto Alegre:Globo, 1969. p. 53.

esta era mais forte que os agentes sociais — assim, os *habitus* são claramente diferenciados<sup>89</sup>. O fato de este homem ser sobrinho dos protetores dos avós da vítima Maria José, a posição que ocupava tal sujeito, esta é uma das questões que darão motivações ao desfecho desta história. Como já se disse, não podemos deixar de reconhecer aqui o peso econômico. Não podemos deixar de olhar para as subjetividades que permeiam a vida de Maria José — com elas, o peso de ser mulher, pobre, na sociedade em questão<sup>90</sup>. Sei que por si só tais elementos suscitarium outra dissertação.

Entretanto, não é o meu objetivo ressaltar a questão da etnia e sim a questão do gênero, a qual é objeto de meu interesse nesta investigação. Para Caroline Leal que trabalhou o gênero à luz do *habitus sexuado* de Bourdieu:

Entender gênero como “habitus sexuado”, conforme Bourdieu, nos induz a discutir a própria noção de habitus trabalhada por esse autor. Para ele, o habitus é o conjunto de disposições culturais incorporadas a partir das estruturas materiais de um determinado período histórico e da posição ocupada pelos diferentes agentes do espaço social, [que] são em essência produto da interiorização das estruturas do mundo social<sup>91</sup>.

Assim, entender a sociedade local nos dá aporte para falarmos de determinadas mulheres, pois, dependendo da sociedade de que tratamos, estas mulheres estarão representadas de uma ou de outra forma, o que nos permite reconhecer os muitos femininos que coexistiram historicamente. Fatores sociais, culturais e econômicos são elementos que produzem as sensibilidades e as subjetividades desses sujeitos femininos, que às vezes equivocadamente as envolvemos em um grande caldeirão intitulado *mulheres*<sup>92</sup>.

Entre os femininos, personificam-se as meninas-mulheres Maria José e Maria Francisca, ambas irmãs, violentadas pelo próprio pai. À época contavam com 12 anos de idade e 14 anos, respectivamente. Maria José tinha sido violentada há uns dois anos pelo seu pai, engravidando, vindo o bebê a falecer três meses depois. Já Maria Francisca acabara de ser violentada<sup>93</sup>.

<sup>89</sup> BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. p. 6.

<sup>90</sup> FONSECA, Claudia. Ser mulher, mãe e pobre. In: DEL PRIORE, Mary (org.); BASSANEZI, Carla (coord. de textos). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2007. p. 510.

<sup>91</sup> LEAL, Caroline P. *As mulheres no Reinado de Momo: lugares e condições femininas no Carnaval de Porto Alegre (1869-1885)*. Porto Alegre, PUCRS, 2008. Dissertação de Mestrado. p. 11.

<sup>92</sup> Questiono o tão usado termo *mulheres* para falar de gênero, às vezes gerando confusões e equívocos teóricos das mais diversas ordens. Advogo que devemos especificar de que sujeito mulher estamos tratando.

<sup>93</sup> APERGS, Secretaria da Justiça. Cartório Cível e Crime. Maço 1, processos 01 a 17.

Virgilina Rodrigues Terra, mãe de Maria José e de Maria Francisca, veio a falecer de morte súbita, não se sabendo ao certo a causa. Há aqui alarde entre os depoentes, testemunhas do fato ocorrido com as suas filhas, de que Virgilina por desgosto se suicidou<sup>94</sup>.

Alguns traços as unem e as marcam: todas, pois, passaram pelos processos de violência, sendo ou não consenso jurídico a culpa ou a inocência. Mais do que nunca, a violência implícita ou explícita estará na ordem do dia na vida dessas mulheres. Esquadrinharemos mais minuciosamente essas mulheres que ocupam as páginas daqueles relatórios policiais. A partir das próximas páginas, surgirão os fios da violência ligados pela resistência. Ainda que esses fios sejam tecidos com uma corda invisível, eles estão lá, submersos nas páginas processuais que povoam os arquivos.

---

<sup>94</sup> APERGS, Secretaria da Justiça. Cartório Cível e Crime. Maço 1, processos 01 a 17.

## 2 COTIDIANOS

“Mas as mulheres? O que se sabe sobre elas?”<sup>95</sup>

Historicizar o cotidiano de homens e mulheres dos Campos de Cima da Serra imprimirá na História sujeitos que pouco são lembrados em estudos sobre o Rio Grande do Sul. Estou aqui me referindo a uma região destituída de urbanização, com poucos processos de urbanização, com pouca relação com a Capital<sup>96</sup>. Longe dos temas estudados, estão as mulheres dos campos<sup>97</sup>. As lutas, os embates e os consensos estarão dentro da perspectiva das práticas cotidianas. Entretanto, debruçando-se sobre os homens e sobre as mulheres desse período, isso nos possibilitará reconhecer as negociações que envolviam o convívio dos sujeitos, o modo pelo qual tratavam o outro. Todavia, é inegável que a prioridade deste estudo diz respeito às questões femininas e às grandes e às pequenas violências cotidianas.

É da ordem do corpo, dos sentidos<sup>98</sup>, dos afetos, que tangenciarei a fala sobre esses sujeitos. A violência que ora aparece mascarada nos subterfúgios dos discursos, ora aparece deflagrada pelos constantes e não raros defloramentos<sup>99</sup>. Destacam-se também os defloramentos incestuosos a que algumas eram submetidas. Ainda que fugindo da vitimização, buscarei as estratégias pelas quais essas mulheres sobreviveram no campo, marcado pelo preconceito e pelos preceitos gaúchos<sup>100</sup>.

Na esteira do recém-chegado século XX, sob o signo da Modernidade, homens e mulheres têm nos seus manuais de conduta contributos para o dia-a-dia<sup>101</sup>. Esta pesquisa, porém, centra-se em uma região na qual os manuais e os códigos<sup>102</sup> a que o Estado estava

<sup>95</sup> DUBY apud PERROT, 2007, op. cit., p. 20.

<sup>96</sup> MEDEIROS, op. cit., p. 91.

<sup>97</sup> PAULILO, Maria Ignez; SILVA, Cristiani Bereta. A luta das mulheres agricultoras: entrevista com Dona Amélia Schimitz. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, p. 399, 1999.

<sup>98</sup> GAY, Peter. *A educação dos sentidos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

<sup>99</sup> DUBY, Georges. A mulher, o amor e o cavaleiro. *Revista L'Historie/ Seuil*. Amor e sexualidade no Ocidente. Porto Alegre, p. 182, 1992.

<sup>100</sup> A inspiração positivista é facilmente percebida nos discursos que normatizaram os papéis de homens e de mulheres. Ainda que no restante do país isso tenha sido freqüente, apontar os modos pelos quais os sujeitos deveriam comportar-se era hábito cotidiano dos manuais de conduta publicados em periódicos. Ainda sublinho o caráter específico que apresenta a mulher campesina, cujos signos são ao mesmo tempo temporais e atemporais, existindo, pois, práticas e modos de viver que figuram de um século a outro, configurando assim as permanências históricas.

<sup>101</sup> CARELI, Sandra. *Texto e contexto: virtude e comportamento sexual adequado às mulheres na visão da imprensa porto-alegrense da segunda metade do século XIX*. Porto Alegre, UFRGS, 1997. Dissertação de Mestrado. p. 10.

<sup>102</sup> Joana Maria Pedro trabalha com os códigos que ordenavam o viver feminino. Ver: PEDRO, Joana Maria. Mulheres do Sul. In: DEL PRIORE, Mary (org.); BASSANEZI, Carla (coord. de textos.). *História das*

proposto a executar não chegavam<sup>103</sup>. Isso não é uma hipótese, é uma afirmação, pois tenho trabalhado na busca de fontes que comprovem e que mostrem como as pessoas moradoras do meio rural eram descritas. A resposta é quase sempre a mesma: os jornais de circulação do Estado não falam sobre tais sujeitos<sup>104</sup>. O rádio, uma das grandes invenções da comunicação no início do século XX, ainda era para poucos<sup>105</sup>. Como saber se uma mulher era para casar ou era para apenas se transformar em uma agregada<sup>106</sup>? Sim, agregada, este era o modo mais fácil de se desfrutar de um amor fortuito fora do casamento no meio rural. Talvez seja um hábito colonial — contudo, bastante presente entre os moradores dos Campos<sup>107</sup>. É recorrente o fato de que mulheres usassem outras mulheres na labuta diária, inclusive muitas até sabiam dos vestígios concubinos<sup>108</sup>, pois isso quase sempre se traduziria em uma gravidez, que a dona da casa desconheceria propositalmente. Esta última criaria o filho ilegítimo, muitas vezes colocando a concubina em lugar ainda mais penoso — e aqui sublinho tal aspecto. Joan

*mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2007. Nessa obra, há uma lista de prerrogativas destinadas às mulheres que foi publicada no jornal *A gazetinha*.

<sup>103</sup> Como já referi no capítulo anterior, no início do século XX o Rio Grande do Sul é marcado pela prerrogativa positivista. Segundo Elizabeth da Costa Leal: “Sabe-se que o positivismo foi um conjunto de idéias alastrado no país. Misturado a outras filosofias, com contradições e incoerências, disseminou-se no meio cultural, acadêmico, militar, legislativo, nos governos federais e estaduais. Livros de Comte foram importados da França, e a igreja Positiva do Brasil — IPB — fez algumas traduções. Os únicos dois prédios construídos especificamente para o culto positivista foram erguidos no Brasil. De letra de samba a nome de farmácia e de modelo constitucional a filosofia de vida, o positivismo se manifestou pelo Brasil de forma sistemática e eficiente”. Ver: LEAL, Elizabete da Costa. *Filósofos em tintas e bronze: Arte, Positivismo e Política* na obra de Décio Villares e Eduardo de Sá. Rio de Janeiro, UFRJ, 2006. Tese de Doutorado. p. 13.

<sup>104</sup> PEDRO, 2007, op. cit., p. 279.

<sup>105</sup> AZEVEDO, Lia Calabre de. *Na sintonia do tempo: uma leitura do cotidiano através da produção ficcional radiofônica* (1940-1946). Rio de Janeiro, UFF, 1996. Dissertação de Mestrado. p. 13.

<sup>106</sup> LEAL apud BECKER, Gisele. *Uma história polifônica: mulheres e laços de família em Porto Alegre* (1858-1908). Porto Alegre, PUCRS, 2001. Dissertação de Mestrado. p. 274. Gisele Becker, ao pesquisar narrativas literárias, inventários, processos de divórcio e jornais, aponta para a diversidade dos tipos femininos que circulavam em Porto Alegre. Havia “mulheres que se adequavam ao padrão desejado de retidão ( a boa esposa, a boa mãe, a defensora dos filhos, a mulher que se apega as coisas simples da vida e não aos prazeres mundanos e ao luxo, a moça de boa índole, a que suporta o adultério do cônjuge), mulheres que fogem a esse estereótipo (a adúltera, a ciumenta, a questionadora, a viúva, que contrai um segundo matrimônio, a mulher que assume os negócios deixados pelo marido, as que passam a administrar propriedades, a que não perdoa a infidelidade do marido) e, até, possivelmente mulheres que conjugam diferentes elementos desses perfis.”

<sup>107</sup> DEL PRIORE, Mary. *A mulher na História do Brasil*. Raízes históricas do machismo brasileiro: a mulher no imaginário social: lugar de mulher é na História. São Paulo: Contexto, 1988. p. 21.

<sup>108</sup> D’INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: DEL PRIORE, Mary (org.); BASSANEZI, Carla (coord. de textos). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2007. p. 229. A referida autora em seu texto discute as questões negociadas entre homens e mulheres da elite — entre estas, poderia estar a sucumbir um amor fortuito com o consentimento da mulher. Assim, “Cada vez mais é reforçada a idéia de que ser mulher é ser quase integralmente mãe dedicada e atenciosa, um ideal que só pode ser plenamente atingido dentro da esfera da família ‘burguesa higienizada’. (...) Num certo sentido, os homens eram bastante dependentes da imagem que suas mulheres pudessem traduzir para o restante das pessoas de seu grupo de convívio. Em outras palavras, significavam um capital simbólico importante, embora a autoridade familiar se mantivesse em mãos masculinas, do pai ou do marido. Esposas, tias, filhas, irmãs, sobrinhas ( e serviçais) cuidavam da imagem do homem público, esse homem aparentemente autônomo, envolto em questões de política e economia, estava na verdade rodeado por um conjunto de mulheres das quais esperava que o ajudassem a manter sua posição social”. Ibid., p. 230.

Scott<sup>109</sup>, em seu emblemático texto sobre a concepção da categoria gênero, fala da maioria desunida — as mulheres são, pois, a maioria desunida<sup>110</sup>. Em grande parte das situações, a solidariedade entre o sexo feminino passa ao largo e é manifestada invariavelmente com desprezo e com rivalidades.

Cabe, agora, uma indagação: onde esses sujeitos buscaram reais normativos para o comportamento de homens e mulheres? É, pois, a Igreja Católica que irá contribuir diretamente para o lugar de cada um nesses lugares nos quais o esquecimento e a solidão traduzem-se em marcas cotidianas. “*Afinal, abandonados pelos governantes (...) nada lhes restava a não ser a religião*”<sup>111</sup>. Será a Igreja que chegará aonde nem o Estado nem as informações chegarão tão facilmente. Sobre a piedade cristã dos moradores do Planalto, Manoel Duarte relata sobre a fundação de *tosca ermida, coberta de capim e cercada de varas e carás e reboco de barro, erguida em honra de Nossa Senhora de Oliveira, eleita padroeira da veneração daqueles ‘povoadores intrépidos da solidão’*<sup>112</sup>.

Por isso posso considerar que a Igreja é uma das grandes normatizadoras de comportamentos nesses lugares. Entretanto, há também uma lógica própria do lugar: Igreja e cultura às vezes se imiscuem, ocorrendo entre ambas uma sincronia<sup>113</sup>. Fatores econômicos, sociais e principalmente culturais estarão diretamente ligados com “o lugar de cada um”<sup>114</sup>.

Diversas práticas adotadas pelos sujeitos tornam-se corriqueiras, não podendo eu, todavia, esquecer-me de que são nas mulheres que aquelas apresentam os seus maiores reflexos. De fato, práticas e estratégias<sup>115</sup> estarão na ordem do dia das mulheres a quem nos dedicamos neste estudo. É nelas que vemos os “cuidados de si”<sup>116</sup>, os cuidados com o outro, sobretudo a sobrevivência neste cotidiano, por vezes duro, por vezes até fagueiro, por vezes

<sup>109</sup> SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

<sup>110</sup> SCOTT, 1992, op. cit.

<sup>111</sup> SEVCENKO, Nicolau. *História da vida privada no Brasil*. República: da Belle Époque à era do rádio. v. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 261.

<sup>112</sup> DUARTE apud BAKOS, Margaret M. Duas palavras. In.: SILVA, M. (org.). São Paulo, EDUSP, 2010 (no prelo). p. 3.

<sup>113</sup> GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

<sup>114</sup> SANTOS DE MATOS, Maria Izilda. Delineando corpos. As representações do feminino e do masculino no discurso médico. (São Paulo 1890- 1930). In: SANTOS DE MATOS, Maria Izilda; SOIHET, Rachel (orgs.). *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Editora da UNESP, 2003.

<sup>115</sup> RAGO, 1999, op. cit., p. 189.

<sup>116</sup> RAGO, loc.cit.

apenas mais um devir.

Ainda, estratégias de convívio social e de sobrevivência são bastante conhecidos das mulheres nesse momento. Nem todas as utilizam, mas os saberes estão intrinsecamente ligados à rotina feminina: são elas que cuidam umas das outras nesses lugares nos quais a Medicina também não chega. Partos, saberes sobre moléstias, benzeduras e outras práticas estão sobre as atribuições da mulher rural<sup>117</sup>.

Sobreviver, pois, a esse cotidiano é tarefa árdua. Mais do que nunca, as subjetividades que permeiam esses sujeitos são muitas e estão explícitas e implícitas na cultura do local. Compreendê-las, isso está pautado em entender os meandros que estão envoltos esses sujeitos. De acordo com Agnes Heller:

Basta pensar nos valores morais mais arcaicos e, ao mesmo tempo, mais persistentes, como a honradez, a justiça, a valentia, para ter certeza de que tais valores foram sempre como normas, usou ou usa idéias- meios de elevação da particularidade ao genericamente humano; as variações de seu conteúdo dependeram em grande medida do tipo de comunidade a que tinham que elevar-se o indivíduo a partir de sua particularidade<sup>118</sup>.

As particularidades que Heller destaca em seu argumento corroboram a minha visão sobre esse lugar. Honradez, justiça e valentia estão na ordem do dia de homens e de mulheres dos campos e também fazem parte de um todo maior que é a cultura<sup>119</sup>. Não só a cultura local mas também a cultura regional.

Ainda que se tenha mais fôlego para se escrever sobre os ideais de feminilidade, não posso esquecer os ideais de masculinidade, impressos através do que Heller fala da particularidade local. Aqui, ressalto a valentia como marca e como distinção do lugar no qual sujeitos apontam para si essas adjetivações. A masculinidade que enseja a violência, que reivindica a honradez, que requer a primazia — é dessa masculinidade que falo e que o outro, nesse caso, as mulheres, estão inscritas.

Nesse âmbito já podemos assinalar Rostirolllo Sebastião que, ao chegar em casa e ao

<sup>117</sup> WITTER, Nikelen Acosta. *Dizem que foi feitiço*. Curadores e práticas de cura no Sul do Brasil ( Santa Maria, 1845 a 1880). Porto Alegre, PUCRS, 1999. Dissertação de Mestrado. p. 167.

<sup>118</sup> HELLER, 1970, op. cit., p. 17.

<sup>119</sup> BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento*. O contexto de François Rabelais. São Paulo; Brasília: Hucitec; Universidade de Brasília, 1993.

não encontrar pão, promete fazer a mulher em pedacinhos<sup>120</sup>. Semelhantemente, temos Benjamin Nunes de Oliveira que, ao deflorar Maria José, diz não ter certeza do ato, pois esta sempre esteve na presença de más companhias<sup>121</sup>. São distintos, pois, os tipos de violência: uma física e outra moral — mas ainda assim são violência, uma violentada pelo corpo<sup>122</sup>; outra, pelos aspectos emocionais-psicológicos.

É esse cotidiano que me interessa: é o cotidiano das Marias, das Ângelas e das Amálias. O arcabouço teórico que melhor traduziria esse cotidiano e o que penso sobre ele é pautado nos escritos de Agnes Heller. Neste sentido:

A vida cotidiana é a vida do homem inteiro; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela, colocam-se “em funcionamento” todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, idéias, ideologias<sup>123</sup>.

As idéias do outro, as percepções que a cultura pode trabalhar com esse outro estão dentro dessa vida cotidiana que às vezes parece não existir outras formas de verdade a não ser aquelas a que somos submetidos localmente. Deste modo, ainda que não aprofunde o estudo sobre a cultura, posso dizer que é nesta última que temos uma melhor explicação para hábitos cotidianos e para formas de vida.

Vale também dizer que olhar para o passado e ver essas mulheres que desafiaram os costumes e que são o foco desta pesquisa isso é, sem dúvida, um privilégio para mim. No entanto, é no presente que buscamos compreendê-las e estabelecermos conexões com os vários discursos que buscaram o significado de ser mulher. Significado esse, que, como a História, passa pelos mais diversos processos e está inscrito no todo que é o cotidiano humano.

As mulheres, cabe aqui uma atenção especial, é delas que provém a vida, são elas também as encarregadas de cuidarem das moléstias, dos vivos e dos mortos. E é do seu cotidiano que iremos nos apropriar daqui para a frente, sem esquecer do diálogo com o

<sup>120</sup> APERGS. Secretaria da Justiça. Cartório Cível e Crime. Maço 1, estante 104.

<sup>121</sup> APERGS. Secretaria da Justiça. Cartório Cível e Crime de São Francisco de Paula. Maço 5

<sup>122</sup> HOUBRE, Gabrielle. Inocência, saber, experiência: as moças e seu corpo fim do século XVIII/ começo do século XX. In: SANTOS DE MATOS, Maria Izilda; SOIHET, Rachel (orgs.). *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Editora da UNESP, 2003. p. 94.

<sup>123</sup> HELLER, 1970, op. cit., p. 31.



homem. Desfaz-se, contudo, a dicotomia homem/mulher para se avançar no sentido de que, em muitos momentos, existiram consensos e negociações que foram além do simplismo envolto em algumas abordagens que privilegiaram estritamente as mulheres. Não se deve esquecer, porém, que estas nunca deixaram de conviver com o outro, isto é, o homem, mesmo que conflituosamente, mesmo que submissas, mesmo que algozes, mesmo que curandeiras, mesmo que parteiras, mesmo que educadoras. Estamos nos referindo especificamente às que se travestiram em muitos personagens para sobreviver e para fazer valer os seus intentos.

## 2.1 As pequenas violências cotidianas

Cotidianamente, a violência<sup>124</sup> esteve travestida por muitas atitudes que, levadas a cabo freqüentemente, eram traduzidas nas mais diversas brutalidades. É bastante evidente a violência no cotidiano sul-rio-grandense, pois muitos são os aspectos e as especificidades a que o Rio Grande do Sul foi exposto desde a sua formação<sup>125</sup>. É notório o saber cotidiano sobre as formas de sobrevivência nessa Província: isso é assinalado, sobretudo, nos processos-crime, e estes já denotam formas de violência por tratarem-se de processos criminais<sup>126</sup>. Contudo, não posso deixar de assinalar comportamentos que também permanecem e que são marcas dos idos dos Novecentos<sup>127</sup>. Sem sombra de dúvida, a violência foi e é um dos mais graves problemas sociais. Se já o era na concepção da Província de São Pedro, pouco mudou no início do século XX em que o Estado já estava consolidado. Ressalto aqui, principalmente, a violência doméstica, sem todavia esquecer-me do entrecruzamento de processos-crime sobre outras esferas sociais, para aqui advogar a minha causa e para tecer a minha argumentação sobre esses sujeitos. É evidente também que na esfera pública temos mais embates masculinos, esses quase sempre na reivindicação de algo um tanto quanto abstrato, porém essencial para a manutenção do poder social, a saber, a honra<sup>128</sup>.

<sup>124</sup> SAFFIOTI, Heleieth I.B. Violência de gênero no Brasil contemporâneo. In: SAFFIOTI, Heleieth I. B.; VARGAS, Monica Muñoz (orgs.). *Mulher brasileira é assim*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994. p. 151.

<sup>125</sup> PESAVENTO, 1994, op. cit., p. 7.

<sup>126</sup> FONSECA, 2007, op. cit., p. 511.

<sup>127</sup> DEL PRIORE, Mary. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade, mentalidades no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro; Brasília: José Olympio; Editora da UNB, 1995. p. 137.

<sup>128</sup> DUBY, Georges. *Idade Média, idade dos homens: do amor e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. Para o referido autor, este diz ter escrito “por ocasião desses encontros em que os historiadores periodicamente confrontam o resultado de suas pesquisas, criticando-se e confrontando-se uns aos outros.” Ainda, o autor assevera que o mundo é masculino: não somente os espaços públicos mas também a honra é

Na tabela a seguir, trago os processos sobre os quais me debrucei nesses anos de pesquisa. Poderia ter utilizado outros processos, mas considerei que estes estariam dando conta daquilo que me propus — na verdade, poderia ter escolhido um único processo. Todavia, precisei ler outros e outros para assim traçar o panorama indiciário de possibilidades e de provas<sup>129</sup>, deixando assim a pesquisa histórica elucidada, com rigor que a esta devemos.

O quadro abaixo apresenta a relação dos processos que foram examinados neste estudo bem como a sua categorização em duas naturezas: os processos que vitimizam o feminino e os processos que podem sugerir a resistência ao costume, a ruptura com as regras e com os códigos sociais.

Processos-crime relacionados a mulheres: mulheres como vítimas da violência e crimes perpetrados por mulheres - 1909 a 1921

| rés  | vítimas de violência<br>(espancamentos e crimes sexuais) | Ano  | Idade      |
|--|--|------|------------|
|  | Anna Moreira <sup>130</sup> (deflorada)                  | 1910 | 18         |
|  | Maria José dos Santos <sup>131</sup> (deflorada)         | 1912 | 14         |
|  | Ambrosina de Tal <sup>132</sup> (espancada)              | 1915 | não consta |
| Virgínia Rodrigues<br>Terra <sup>133</sup> (aborto)  |  | 1916 | não consta |
| Ângela Amália Mascarelo <sup>134</sup><br>(homicida) |  | 1917 | ver        |
|  | Maria Francisca de Assis <sup>135</sup><br>(espancada)   | 1918 | não consta |

---

reivindicada em cada esfera do cotidiano. Assim, “ essa Idade média é resolutamente masculina. Pois todos os relatos que chegam até mim e me informam vêm dos homens, convencidos da superioridade do seu sexo. Só as vozes deles chegam até mim.”

<sup>129</sup> GINZBURG, Carlo. *Relações de força: História, Retórica, Prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

<sup>130</sup> APERGS. Secretaria da Justiça. Cartório Cível e Crime de São Francisco de Paula. Maço 5

<sup>131</sup> APERGS. Secretaria da Justiça. Cartório Cível e Crime de São Francisco de Paula. Maço 5

<sup>132</sup> APERGS. Secretaria da Justiça. Cartório Cível e Crime de São Francisco de Paula. Maço 2.

<sup>133</sup> APERGS. Secretaria da Justiça. Cartório Cível e Crime de São Francisco de Paula. Maço 1.

<sup>134</sup> APERGRS. Secretaria da Justiça. Cartório Cível e Crime de São Francisco de Paula. Maço 1.

<sup>135</sup> APERGS. Secretaria da Justiça. Cartório Cível e Crime de São Francisco de Paula. Maço 2.

|  |   |      |            |
|--|---|------|------------|
|  | Maria José Marques <sup>136</sup><br>(deflorada incestuosamente)      | 1919 | 14         |
|  | Maria Francisca Marques <sup>137</sup><br>(deflorada incestuosamente) | 1919 | 12         |
|  | Bela Ferreira de Oliveira <sup>138</sup><br>(espancada)               | 1920 | não consta |
| Zeferina Ferreira <sup>139</sup> (infanticída) |   | 1921 | 22         |

A violência aparece nos dois casos, podendo dar-se no plano das feminilidades mas também no plano das masculinidades. Sobre este último aspecto, a violência aparece de forma mais rude. Uso como exemplo um processo o qual não elenco na tabela, porém acho interessante falar um pouco sobre este último — embora não me detenha nisso —, só para explicitar o tipo de sociedade em que viviam mulheres e homens.

Um homem, ao chegar em uma barbearia de uma localidade no distrito de São Francisco de Paula, pede que o barbeiro explique porque este o chamou de burro. O barbeiro não conseguiu explicar e pouco adiantaria a sua explicação, pois o facão já estava empunhado: só lhe restava defender-se do modo que pudesse naquele momento, foi o que o barbeiro fez, também puxando seu facão e guerreando<sup>140</sup>.

Exemplos como esse são freqüentes e fazem parte do socialmente aceito. Por que aceito? Observei nos discursos escritos nos relatórios criminais um tom de aceitação em relação a isso tudo. Sei que é perigoso declarar algo como isso, mas parece-me que isso está escrito no intratexto, no intertexto e que faz parte dos meandros textuais, iminentemente masculinos. Segundo Cláudia Fonseca, trata-se de um documento tendencioso — não há como ignorar esse fato. Lembramos, no entanto, que o aparato judicial de então era 100% masculino, do Juiz ao Promotor, do Advogado ao Oficial de Justiça e ao Escrivão<sup>141</sup>.

Ainda, na perspectiva da violência, cito o caso de Ambrosina de Tal, como é referida

<sup>136</sup> APERGS. Secretaria da Justiça. Cartório Cível e Crime de São Francisco de Paula. Maço 2.

<sup>137</sup> APERGS. Secretaria da Justiça. Cartório Cível e Crime de São Francisco de Paula. Maço 2.

<sup>138</sup> APERGS. Secretaria da Justiça. Cartório Cível e Crime de São Francisco de Paula. Maço 7.

<sup>139</sup> APERGS. Secretaria da Justiça. Cartório Cível e Crime de São Francisco de Paula. Maço 14.

<sup>140</sup> APERGS. Secretaria da Justiça. Cartório Cível e Crime de São Francisco de Paula. Maço 2.

<sup>141</sup> FONSECA, 2007, op. cit., p. 511.

no processo instaurado para apurar o que acontecera no baile em que esta foi espancada brutalmente. Diz-se que:

(...) o denunciado, ao que parece com uma navalha, produziu em Hilário Francisco Alves, o ferimento descrito no auto de corpo delito. Deu causa ao fato criminoso, ter Hilário ameaçado dar um pontapé em Ambrosina de Tal, porque esta, convidada para dançar, pediu-lhe que esperasse um pouco, enquanto ela ia tomar um trago que lhe fora oferecido. Ante a ameaça de ponta-pés em Ambrosina, o denunciado se pos a seu lado, sendo nesta ocasião seguro pela garganta por Hilário Alves e levado a um canto do salão, tendo o denunciado neste trajeto ferido Hilário<sup>142</sup>.

É interessante agora reconhecer como se articulam as relações e como a manutenção da virilidade é pública e notória. Ambrosina de Tal é apenas uma fulana<sup>143</sup> para o escrevente que relatara nos autos a presença de uma mulher, perturbadora da ordem. Esta atrai para si dois homens, depois recusa um deles; este último não aceita e reivindica a sua honra através da disputa física. Pode-se identificar este salão onde aconteceu esta festa, em localidades rurais e distantes — eles são, pois, uma das poucas formas de sociabilidade<sup>144</sup>. Estas festas normalmente são promovidas pela Igreja; ainda que mundanas, terrenas e profanas, têm o aval da Igreja que as utiliza para captar recursos. Às vezes os moradores da comunidade também promovem festas, chamadas no local de serenatas. Uma serenata, nessa região, segundo o que diz os moradores do meio rural entrevistados<sup>145</sup>, pode durar até dois dias, dependendo da festividade<sup>146</sup>. Os vizinhos, participantes da serenata, “Levavam, inclusive, pratos gostosos, para serem saboreados durante o baile, que se estendia até o amanhecer, nas vastas salas dos casarões”<sup>147</sup>.

Em oposição a essas festas que aconteciam na comunidade, ou entre vizinhos, a questão da violência continua latente, como no exemplo de Ambrosina de Tal, que, ao recusar dançar, provocou para si a ira masculina, a violência tão iminente como a alegria. Na questão da violência entendida como cotidiana, encontramos guarida no que Hanna Arendt escreveu sobre o tema:

<sup>142</sup> APERGS. Secretaria da Justiça. Cartório Cível e Crime de São Francisco de Paula. Maço 2.

<sup>143</sup> SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

<sup>144</sup> SILVA TEIXEIRA, 2002, op. cit., p. 78.

<sup>145</sup> Fui até as localidades descritas nos processos, no interior de São Francisco de Paula. Sobre as entrevistas, estas são conversas informais — aqui, não apliquei o método da História Oral, como um roteiro para nortear as questões. Conversas com A.V.; R.B.V.; Z.V.

<sup>146</sup> SILVA TEIXEIRA, loc. cit.

<sup>147</sup> SILVA TEIXEIRA, loc. cit.

Ninguém que se tenha dedicado a pensar a História e a Política pode permanecer alheio ao enorme papel que a violência sempre desempenhou nos negócios humanos, e, à primeira vista, é surpreendente que a violência tenha sido raramente escolhida como objeto de consideração especial. (Na última edição da Enciclopédia de Ciências Sociais, “a violência” nem sequer merece menção.) Isto indica o quanto a violência e sua arbitrariedade foram consideradas corriqueiras e, portanto, desconsideradas; ninguém questiona ou examina o que é óbvio para todos. Aqueles que viram apenas violência nos assuntos humanos, convencidos de que eles eram “sempre fortuitos, nem sérios nem precisos” (Renan), ou de que Deus sempre esteve com os maiores batalhões, nada mais tinham a dizer a respeito da violência ou da História. Quem quer que tenha procurado alguma forma de sentido nos registros do passado viu-se quase que obrigado a enxergar a violência como um fenômeno marginal<sup>148</sup>.

Foi considerando o que Arendt trata que busquei subsídios para levantar questões sobre os processos a que me debrucei nesta jornada. Assim, a violência verbal ou física pouca atenção mereceu ao longo da História do Rio Grande do Sul. Como expliquei, em fatos de violência, eu encontrei as mulheres dos Campos de Cima da Serra, na condição de moças bem nascidas, mulheres pobres, criadas, meretrizes, agregadas que sofreram as várias faces da violência<sup>149</sup>. Entretanto, é minha intenção elucidar as subjetividades em que estão envoltas essas mulheres. Colocá-las no mesmo lugar seria impróprio, pois há diferença dentro da diferença<sup>150</sup>. Estamos também aqui utilizando critérios de etnia, de classe social, de profissão, para distinguirmos esses atores sociais, buscando assim nos aproximarmos mais daquelas a quem pouco deixamos falar. É o caso de Maria Francisca de Assis, que, no dia 15 maio de 1918, foi espancada em sua casa. Diz o processo:

Horácio Moreira é denunciado pelo seguinte:

No dia 13 do corrente ano, o denunciado entrando em casa de Angela Moreira do Amaral, cita nos subúrbios dessa vila, espancou Maria Francisca de Assis. O fato foi visto entre outras pessoas, por Joaquim Flores dos Santos. O denunciado está incurso na sanção e Art. 203 do Cod. Penal. Nestes termos

que se proceda a formação da culpa pela forma legal.

Testemunhas: Ângela Moreira do Amaral;

Apolinário Lopes de Oliveira;

Joaquim Flores dos Santos

Taquara, 25 de maio de 1918<sup>151</sup>.

Sabe-se que, por fim, Hilário foi absolvido da culpa — o processo não detalha como isso ocorreu —, mas provavelmente o espancamento de uma mulher não causava tanto espanto naquele contexto. Ainda é provável que a opinião pública tenha julgado como

<sup>148</sup> ARENDT, Hannah. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. p. 16.

<sup>149</sup> SAMARA, Eni de Mesquita. A mulher e a família na Historiografia latino-americana recente. *Anos 90*. Revista do Curso de Pós-Graduação em História: tendências recentes da Historiografia, Porto Alegre, p. 23, 1993.

<sup>150</sup> SCOTT, 1992, op. cit., p. 87.

<sup>151</sup> APERGS. Secretaria da Justiça. Cartório Cível e Crime de São Francisco de Paula. Maço 2.

corriqueiro o acontecido com Maria Francisca de Assis, já que esta morava na casa de Ângela Moreira do Amaral, provavelmente parente do acusado Hilário Moreira. Maria Francisca talvez fosse uma agregada — das tantas que existiram na região —, e realmente pudesse ser espancada, pois, além de tudo, era mulher.

Em oposição ao comportamento de Maria Francisca de Assis, Ângela Amália Mascarello é a primeira personagem dessa História a libertar-se e a reagir aos maus tratos. Era imigrante, com muitos filhos e com um marido, que, segundo os relatos, era violento, pois batia nela sem clemência alguma. Ângela Amália conhecia bem as agruras de um destino marcado pela violência, pois esta lhe era companheira<sup>152</sup>.

## 2.2 Se me contar Histórias, eu te farei em pedacinhos

As paixões intrínsecas no sujeito feminino que, educado para ser mãe, mulher zelosa, companheira fiel, encontram eco no ideal masculino da feminilidade. Para o homem do início do século XX, era ideal que a mulher fosse, além de companheira fiel, boa ouvinte de seus ensinamentos, porém que ficasse calada. O silêncio era, pois, uma prerrogativa para ser considerada sábia.<sup>153</sup> Esses discursos que fazem parte do código social manifestam-se diferentes nos Campos de Cima da Serra, o qual a lógica pode ser outra<sup>154</sup>.

O ideal vendido no jornal não é comprado no campo ou pode ser parcialmente comprado. A respeito disso, analiso a fala de Rostirollo Sebastião que, ao chegar em casa, diz que fará a mulher em pedacinhos — fato este talvez corriqueiro —, já que, segundo relatos das testemunhas, Sebastião era um homem essencialmente violento. Mas o som da voz de Ângela Amália, não-escutada por muitos anos, naquele dia, ecoou na forma de uma irremediável violência, que resultaria no assassinato do homem:

<sup>152</sup> MAGALHÃES, Marion Brepohl de. História e violência: contribuição ao estudo das paixões na política. *História UNISINOS*. Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, v. 1, n. 1, p. 149, 2001.

<sup>153</sup> Pontuo aqui o discurso na imprensa rio-grandense. Joana Maria Pedro trata dessa prerrogativa. Ver: PEDRO, 2007, op. cit., p. 300.

<sup>154</sup> Dentro da perspectiva de não pertencer aos ideais estabelecidos pelo código social, entram também as mulheres pobres dos segmentos urbanos. Ver: SOIHET, 1989, op. cit.

Na noite do dia quatro, ou na madrugada do dia cinco do mez de julho próximo findo, a vítima Rostirollo Sebastião, marido da denunciada Ângela Amália Mascarello chegou em casa e pediu a ela Ângela, que lhe desse comida, respondendo Angela que havia salame, feijão e outras comidas, respondendo Rostirollo, que queria sopa no pão, ao que respondeu a denunciada que não havia pão em casa, travando-se então discussão entre ambos, indo em seguida a denunciada Angela ao quarto do casal tendo ficado Rostirollo na cozinha, ou outro compartimento, comendo salame, entrando mais tarde Rostirollo no quarto de dormir com uma machadinha na mão dizendo “ hoje não estamos em São Marcos onde há autoridades e se me contar historias te farei em pedacinhos”, colocando a machadinha em cima da cama e depois de despir-se do paletó e guardar algum dinheiro debaixo do travesseiro deitou-se de costas e fechou os olhos, como se estivesse a dormir, estando aceso o lampião e seus filhos acordados, sendo o mais velho de quatorze para quinze anos de idade<sup>155</sup>.

O depoimento acima dá conta de um dos muitos episódios que já poderiam ter acontecido dessa natureza; no entanto, naquele dia, o seu desfecho seria diferente. Não posso, contudo, deixar de caracterizar Ângela Amália, não posso deixar de observá-la nos muitos dias vividos, perseguida pela violência de Rostirollo.

Ângela não tirou leite das vacas, não trabalhou na roça, ela não fez os serviços domésticos — atributos de uma dona-de-casa —, nas horas que seguem ao fatídico dia que decide dar cabo da vida de seu marido. Ela terá muito que explicar e deverá sofrer as sanções públicas decorrentes de seu ato. Há muitas questões que corroboram esse comportamento distinto em D. Ângela Amália. Muitas eram as tarefas imputadas às mulheres camponesas, das lides da vida no campo às tarefas do lar, compreendendo também o cuidado dos filhos. O cotidiano marcado pelo trabalho incessante, inclemente às vezes, era sublinhado, nesse caso, pelos constantes maus tratos<sup>156</sup>.

Não era só ordenhar vacas, castrar bois, trabalhar e arar a terra, mas era também fazer sabão, confeccionar roupas para os filhos, limpar as botas do marido, deitar-se com ele, assim cumprindo as obrigações conjugais. Estamos falando aqui do lugar onde estavam essas mulheres. Agricultoras, chacreiras, criadas, agregadas, muitas tinham as suas atividades pautadas na labuta diária e no pouco ganho ou em nenhum. De acordo com Claudia Fonseca:

A norma oficial ditava que a mulher devia ser resguardada em casa, se ocupando dos afazeres domésticos, enquanto os homens asseguravam o sustento da família trabalhando no espaço da rua. Longe de retratar a realidade, tratava-se de um estereótipo calcado nos valores da elite colonial, e muitas vezes espelhado nos

<sup>155</sup> Secretaria da Justiça. Cartório Cível e Crime. Maço 01. Estante 104. Arquivo Público do Rio Grande do Sul.

<sup>156</sup> VERAS SALES, Celecina de Maria. Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 15, p. 437, 1999.

relatos de viajantes europeus, que servia como instrumento ideológico para marcar a distinção entre as burguesas e as pobres<sup>157</sup>.

É interessante o olhar de Claudia Fonseca sobre as mulheres urbanas, assemelhando-se assim às mulheres rurais. Estas também estavam longe dos ideais evocados pela elite, publicado sempre que possível na imprensa. As mulheres rurais não estavam resguardadas no lar: elas não tinham apenas afazeres domésticos, havia também uma jornada intensa de trabalho diário<sup>158</sup>. Para Celecina de Maria Veras Sales,

Em uma breve viagem ao campo, é possível visualizar meninas entre 8 e 12 anos carregando água, alimentando os pequenos animais, cuidando da casa e dos irmãos mais novos. Embora eles estejam inseridas desde a infância no grupo de trabalho familiar, inclusive na roça, quando acompanham a família no período de colheita, elas crescem tendo de lutar para serem consideradas trabalhadoras rurais<sup>159</sup>.

Todavia, uma indagação que nos é incessante na análise desse processo e que poderia tornar-se o pano de fundo para o debate acerca das atribuições femininas naquele dado momento é que Rostirollo chega em casa. Possivelmente, aterrorizada pelo medo, encontra Ângela Amália. E considero isso através do paradigma indiciário que permite ao pesquisador a imaginação — qualidade primeira, segundo Topolsk<sup>160</sup>, para a narrativa histórica. Provavelmente ela lhe tirou as botas e ele a ordena que lhe dê comida. Faz parte do cotidiano de homens e mulheres desse período essa hierarquia. De fato, a instituição dessas normas designa os papéis sociais a que homens e mulheres historicamente foram se adequando.

A subversão à regra aparece em um fato quase imperceptível: ela nega-lhe o pão e oferece outras comidas. Já não cumpre a ordem de dar-lhe sopa no pão, não deixa, todavia, de oferecer-lhe o que tinha em casa, porém há aqui um pequeno traço de transgressão por parte de Ângela Amália. Imaginar aquele dia ainda é um desafio para mim, tecer o texto sobre Ângela Amália sem paixão é impossível. Estamos, pois, imbricadas uma no cotidiano da outra, com uma marca deveras significativa: o gênero. Por isso, retomo os conceitos em que estão imiscuídos homens e mulheres desse promissor século XX, com um devir caro para as mulheres<sup>161</sup>.

<sup>157</sup> FONSECA, 2007, op. cit., p. 517.

<sup>158</sup> SCOTT, Russel Parry. Ruralidade e mulheres responsáveis por domicílios no Norte e no Nordeste. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 15, p. 425, 1999.

<sup>159</sup> VERAS SALES, 1999, op. cit., p. 437.

<sup>160</sup> TOPOLSKY, Jerzy. *Metodologia de la Historia*. Madrid: Cátedra, 1985. p.472-473.

<sup>161</sup> SORJ, Bila. O feminismo na encruzilhada da Modernidade e da Pós-Modernidade. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (orgs.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. p.



Há, porém, algumas informações que elucidam o caso, a saber, porque o pão faltara naquele dia. Ângela Amália disse em seu depoimento que o marido saíra para comprar um porco gordo, mas voltou de mãos vazias. Ela estava à sua espera na casa de dois cômodos, segundo relatório policial. Moravam ali, ela, o marido e os seus onze filhos. Sabemos, porém, que essa família não era abastada, os seus recursos ao que concluímos eram parcos.

Agora, sabedores das questões práticas da vida de Ângela Amália, podemos caracterizá-la melhor, mas não separá-la totalmente do rol das mulheres com papéis bem designados. Seu afazer também era preparar o pão, o que parece não ter feito por falta de recursos. Seu mundo cruzava-se com o do seu marido e distinguia-se nos papéis executados por ambos. Ele havia saído para comprar o porco — o mundo público estava à disposição dele —, enquanto que na privacidade do lar Ângela aguarda para ser feita em pedacinhos<sup>162</sup>.

Evidentemente não se ignoram aqui as muitas pressões diárias sofridas pelas mulheres por parte dos homens, porém penso que seja necessário desfazer os compartimentos<sup>163</sup>. Homens e mulheres nem sempre estiveram, pois, em compartimentos distintos. Também estiveram acordados e fizeram parte de consensos. O descolamento que a História faz nos processos dos sujeitos nos dá a impressão de que eles viviam mundos à parte um do outro<sup>164</sup>. Estudos têm evidenciado que o discurso hegemônico que engessa os sujeitos não nos revela o que de fato se vivia no cotidiano das mulheres e dos homens desse lugar. É pertinente refletir ainda sobre essas lacunas existentes na História no que diz respeito aos estudos sobre homens e mulheres. Pelo fato constatado de que estudos privilegiam homens e não mulheres, é pertinente apontar os escritos de Rejane Barreto Jardim:

Não é exclusividade da Idade Média ter sido uma Idade dos homens. A afirmativa de que a época medieval seria uma idade macho pode debitar ao período medieval uma característica que, a rigor, pertence a todas as eras da História. Na verdade, da forma como a pesquisa histórica foi durante muito tempo produzida, todas as idades são dos homens<sup>165</sup>.

O que Rejane Barreto Jardim está constatando e questionando são os espaços da

---

17.

<sup>162</sup> APERGS. Secretaria da Justiça. Cartório Cível e Crime de São Francisco de Paula. Maço 1.

<sup>163</sup> MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge. Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, p. 809, 1999.

<sup>164</sup> MEDRADO; LYRA, 1999, op. cit., p. 809.

<sup>165</sup> JARDIM, Rejane Barreto. *Ave Maria, Ave Senhora de todas as graças!* Um estudo do feminino na perspectiva das relações de gênero na Castela do século XIII. Porto Alegre, PUCRS, 2006. Tese de Doutorado. p.105.

História universalizante que privilegia na sua essência tão-somente os homens, sem deixar sequer algum espaço para a presença feminina. O que já podemos admitir que está mudando, estudos de erudição invejável tem mostrado-nos que é possível trabalhar com um feminino e um masculino diferentemente do modo a que estávamos acostumados a ler e até mesmo corroborar em alguma medida<sup>166</sup>.

Assim, como se constata, eram muitas as atribuições das mulheres, porém nem todas cumpriam isso da mesma forma: muitas eram as idealizações que perpassam esse sujeito feminino<sup>167</sup>.

O pão, símbolo do Cristianismo, significa o corpo de Cristo mas também é elemento essencial na mesa dos sujeitos, com cunho sagrado. Cabia à mulher o feitiço desse alimento — mais importante ainda são os significados que a este são creditados.

Portanto, remetendo-nos àquele dia fatídico e ao diálogo entre Ângela e Rostirollo, podemos reconhecer que a mulher não é dotada dessa tão alardeada passividade. Dentro dos compartimentos a que estamos condicionados a pensar a questão da mulher, poderíamos imaginar que ela imediatamente levantaria e faria o pão ou, em outra análise, nem o deixaria faltar. Mas é necessário que observemos os fatos decorridos naquele dia, levando-se em conta algumas questões.

Na descrição do processo, temos o auto de corpo delito: no roteiro elaborado pela polícia da época, há algumas informações com bastante relevância para pensarmos os motivos pelos quais o pão faltara naquele dia<sup>168</sup>.

Um deles é que a origem dessa família era de uma modéstia renitente: eram dois, por exemplo, os compartimentos da casa, conforme foram descritos. Havia um quarto apenas para seus onze filhos; assim, não posso deixar de ver essa palhoça em meio ao campo e imaginar que eles eram abastados. Essa era uma das privações de Ângela Amália, isto é, o pouco dentro do cotidiano, o pouco alimento, o pouco vestuário, os poucos cômodos.

---

<sup>166</sup> MEDRADO; LYRA, 1999, op. cit., p. 812.

<sup>167</sup> PEDRO, 1994, op. cit., p. 92.

<sup>168</sup> APERGS. Secretaria da Justiça. Cartório Cível e Crime de São Francisco de Paula. Maço 1.

As motivações para matar Ângela Amália poderiam ser somente da ordem das pequenas torturas cotidianas — parece-me que existem outras —, já que, segundo Rostirollo, naquele dia, ela não iria contar histórias, como costumeiramente fazia. As possibilidades são as mais diversas, ainda que Ângela não fizesse uso da palavra comumente —, o que pareceria mais óbvio para os tempos que estamos tratando. Abrir o texto para a desconstrução de modelos estruturados, presos a paradigmas, parece-nos mais acertado na elaboração da análise dos porquês daquela discussão.

Rostirollo Sebastião queria, ao chegar em casa, encontrar pão, sopa no pão, gostaria de que tudo estivesse no lugar, mas naquele dia isso não ocorreu. As motivações que levaram posteriormente à sua morte parecem ser banais. Contudo, deve-se abrir o leque para se pensar em quantas humilhações daquele tipo foram vividas. Segundo o inquérito policial instaurado, a machadinha seria usada naquele dia, mas em outros dias Sebastião já teria lançado mão de outros objetos para violentá-la.

Normas e códigos construídos são elaborados ao longo do tempo pelas sociedades, o que não suplanta os que em maior ou em menor grau não fazem parte das uniformidades históricas. Alcançar essas mulheres não é tarefa fácil — muito mais ainda escutar as vozes que por muito tempo estiveram caladas. Deste modo, permanecemos impassíveis frente à ameaça de Rostirollo de que, na falta do pão ou na negação da sua vontade, fizesse a mulher em pedacinhos.

### 2.3 Mulheres proibidas: Ângela, Zeferina, Maria José, Maria Francisca

Não nos propomos aqui a analisar a vida de mulheres que ora foram agentes da violência, ora sofreram violência, manifestando assim nossa concepção acerca da mulher e das inúmeras sensibilidades e subjetividades que as envolvem. Além de toda a subjetividade que envolve os diversos femininos, também pretendemos caracterizar o seu relacionamento com o universo masculino.

Os desdobramentos entre os conceitos feminino e masculino e de que modo isso pode ser apreendido são questões que pautaram minha escrita na análise dos processos-crime.

Nesse intento, encontrei aquelas a quem chamei de proibidas, isto é, mulheres essencialmente rurais, porém de comportamentos distintos do que se pretendia para uma mulher do início do século XX. Mais do que nunca, as práticas de liberdade nortearam essa análise e ajudaram-me a costurar a História que entrecruzará tais mulheres<sup>169</sup>. Ainda, de acordo com Margareth Rago,

Trata-se sobretudo, da maneira pela qual subverteram a ordem moral no mais íntimo de seu ser, isto é, na maneira pela qual construíram a si mesmas, olhando-se de maneira independente do olhar masculino projetado sobre elas e, por conseguinte, de como puderam estabelecer novas relações com o outro. Está em jogo, nesse sentido, ao referir-se às “estéticas da existência”, a pergunta pelo modo como as mulheres contribuíram e contribuem para a construção de novos valores e códigos éticos, ajudando a atualizar o imaginário político e cultural de seu tempo<sup>170</sup>.

Portanto, as mulheres dos Campos de Cima da Serra foram independentes à sua maneira nos jogos cotidianos. Vale ressaltar agora que o trabalho com os arquivos nos presenteia com muitas hipóteses e possibilidades. A imagem cristalizada da mulher como vítima de todos é a primeira a se desfazer. Esses sujeitos, dentro de suas especificidades, também cometeram os mais diversos crimes e ardis para se protegerem, para protegerem os seus filhos, para se livrarem das muitas agressões diárias, para viverem amores furtivos e até mesmo para se livrarem dos filhos<sup>171</sup>. A fragilidade que o status quo as quer colocar passa ao largo e se desfaz na bruma que o passado nos deixou.

Longe das vitimizações históricas, perto das afinidades cotidianas, existem intersecções: dito de outro modo, essas mulheres se cruzam em muitos pontos, indiciários de um comportamento que, para as mulheres do campo, não se traduz nos ideais de feminino. Embora os estudos que tratem de mulheres, na grande maioria, priorizem as mulheres urbanas, pobres e trabalhadoras das cidades, não nos desfaremos deles, pois são referência para pensarmos o que estava se projetando para as mulheres no plano ideológico. De fato, as mulheres do campo terão algumas singularidades que as distinguem das demais — a diferença dentro da diferença perpassa a minha análise. Além das condições de trabalho que são bastante adversas, fatores como cor, classe social, profissão, demonstram importância ao entendê-las. Existe, pois, uma outra ordem, estabelecida pelos aspectos que todas sabem e que ensinam às demais os saberes relativos à maternidade, aos pequenos males, muitos usados no

---

<sup>169</sup> RAGO, 2008, op. cit., p.188.

<sup>170</sup> RAGO, loc. cit.

<sup>171</sup> PEDRO, Joana Maria (org.). *Práticas proibidas: práticas costumeiras de aborto e infanticídio no século XX*. Florianópolis: Cidade Futura, 2003b. p. 15.

cotidiano, visto que em geral a presença do médico é praticamente inexistente<sup>172</sup>.

Esquadrinhar o cotidiano de Zeferina Ferreira, Ângela Amália, Maria José e sua irmã Maria Francisca, Sebastiana Maria dos Santos, Virgilina Rodrigues Terra constitui-se em uma tarefa não muito fácil. Afirmar que elas se entrecruzam, que algo as une dentro de uma perspectiva de submissão e de libertação. São, sem sombra de dúvida, submissas ao poder viril, libertas pelo poder feminino, que, quando não conseguem mais conviver com as agruras do dia a dia, podem até matar.

Zeferina Ferreira<sup>173</sup>, criada de uma fazenda chamada Enxovia, na localidade do terceiro distrito do Município de São Francisco de Paula, estava com 22 anos, e nessa casa morava como criada- agregada. Não somente ela era criada mas também sua irmã. Havia notícias de que estava grávida e que seu filho fora encontrado estrangulado atrás do fogão à lenha da cozinha onde talvez vivesse a maior parte de seu tempo.

No processo de Ângela Amália Mascarello, 43 anos, aparecem dubiedades a respeito de sua naturalidade: ora aparece como imigrante italiana, ora como natural daquela freguesia, São Francisco de Paula de Cima da Serra.<sup>174</sup> Mas sabe-se que era branca, e essa prerrogativa parece ser relevante para os escreventes, pois esse parece ser um elemento que codifica o indivíduo socialmente. Matou o marido usando a machadinha que, segundo ela, ele a fazia em pedacinhos.

Maria Francisca Marques e Maria José Marques, ambas defloradas incestuosamente, não pertencem, todavia, ao universo das duas mulheres anteriores. Seus corpos foram propriedade de seu pai, até que a prática delatária as liberta. No momento que denunciaram seu próprio pai, assinaram a libertação e a prisão. Ainda que vítimas, pertencem às mulheres proibidas, porque, desonradas na sociedade moderna, pouco lhes restara.

---

<sup>172</sup> WITTER, 1999, op. cit., p.178.

<sup>173</sup> APERGS. Secretaria da Justiça. Cartório Cível e Crime de São Francisco de Paula. Maço 14.

<sup>174</sup> APERGS. Secretaria da Justiça. Cartório Cível e Crime de São Francisco de Paula. Maço 5.

## 2.4 Desdobramento fatal de um processo de violência

Na madrugada do dia cinco de julho de 1917, a denunciada Angela Amália Mascarello rompe com um ciclo de violências que perduraria por quase toda a sua existência. Não estou aqui dizendo que não sofrera mais nenhum rechaço, mas que rompeu com um dos fios que a levava a sofrer constantes espancamentos, humilhações diversas, desde a violência física, sexual até a violência verbal-moral. O desvelar de sua História dar-se-á ao passo que segue o processo:

Que ella Ângela, tomada de medo de seu marido com a referida machadinha deu-lhe dois fortes talhos no pescoço causando-lhe a morte instantânea e chamando a seus filhos em seguida para a cosinha onde esperou o dia e logo que amanheceu o dia foi a residencia de seu visinho mais proximo pedir a que comunicasse o ocorrido a autoridade competente.

Pelo exposto, que é a confissão expontanea da denunciada feita perante a autoridade policial do distrito, embora não coerente com suas declarações posteriores na inquirição procedida na sala de audiencias deste juizo, está plenamente provado que a denunciada, Ângela Amália Mascarello, na madrugada do dia cinco de julho do corrente ano, causou a morte de seu marido Rostirollo Sebastião e que seu filho de nome Antônio presenciou o facto como se notifica no relatorio da autoridade policial<sup>175</sup>.

Muitas questões se colocam ao analisarmos a vida de Ângela Amália, no que seguirá o relato policial. Conforme os desdobramentos do processo, reconhecemos pela fala das testemunhas que esta mulher era constantemente espancada. De fato, violências de todas as ordens estão inscritas no cotidiano de mulheres, sobretudo no sentido de refreá-las, pois esse ser tão ignóbil tem de ser mantido calado, suprimido, para o bem dessa classe tão nobre: os homens. Aqui, muito apropriada se faz a leitura de Raquel Soihet, quando, ao observar que a mulher ao cuidar da casa, dos filhos, dos pais, dos patrões, ao prestar serviços sexuais, executa práticas antigas e que fazem parte do mundo feminino desde tempos imemoriais. Ainda, segundo Soihet,

Eram reconhecidas como virtudes essenciais ao sexo feminino a fraqueza, a sensibilidade, a doçura, a indulgência, o recato e a submissão. Por todos esses atributos a mulher estava definitivamente destinada ao amor. O homem era o oposto exato da mulher. O vigor físico e intelectual dominavam seu perfil emocional. Este devia ser mais seco, duro, racional, autoritário, altivo, etc. Dominado por tais qualidades másculas e viris era menos propenso ao amor que as mulheres. Sua verdadeira inclinação era para o desejo do gozo puramente sensual. Assim, o “amor

<sup>175</sup> APERGS. Secretaria da Justiça. Cartório Cível e Crime de São Francisco de Paula. Maço 1.

era para o homem a necessidade dos sentidos e na mulher a do coração<sup>176</sup>.

Para além do que se pensava ser o correto comportamento da mulher, Ângela Amália rompe com os ideais criados para seu gênero; dito de outra maneira, ela rompe com os paradigmas da humanidade que a levaram a ser reconhecida de outra forma. Quando, naquela noite, ao desferir golpes no pescoço de seu marido, à frente de seus filhos, ela assinala a sua vida de maneira única. Seria rechaçada, seria ainda mais espancada, talvez não tivesse pensado mais. Apenas desferiu os golpes que a distinguiriam.

Zeferina Ferreira, 22 anos, solteira, cor mista — são esses os atributos que a definem no processo-crime que foi instaurado contra esta última. Diz-se que estava grávida: sua patroa, quem foi interrogada pela polícia, disse não saber de tal infortúnio. Ora, surpreendente, mas não impossível. Porém o fruto pecaminoso dessa jovem foi achado, o seu filho. Na manhã do dia 14 de junho de 1921, foi encontrada, atrás do fogão à lenha, na cozinha da casa de D. Honorina Andrade de Castilhos, a criança do sexo masculino, com sintomas de asfixia.

Algumas práticas como o infanticídio não são tão raras na vida de uma mulher daquela época — um filho representa muitas implicações, entre elas, ser o fruto de uma traição. Casos fortuitos não são raros entre patrão e criada. Colocar na pauta esse tema é algo relevante, já que, na nossa concepção humana, na modernidade, o papel de mãe é concessão divina e dele devemos nos orgulhar. Todavia, há aquelas mulheres que viveram na marginalidade e que negaram os propósitos divinos da maternidade, matando o fruto do seu ventre<sup>177</sup>:

Não é exagero afirmar que a história do abandono de crianças é a história secreta da dor feminina, principalmente da dor compartilhada por mulheres que enfrentavam obstáculos intransponíveis ao tentar assumir e sustentar os filhos legítimos ou nascidos fora das fronteiras matrimoniais<sup>178</sup>.

Entre elas está Zeferina, criada de uma fazenda. No processo, não aparecem minúcias do seu dia-a-dia, mas sabemos que as criadas prestavam os mais diferentes serviços a seus

<sup>176</sup> SOIHET, 1989, op. cit., p.115.

<sup>177</sup> Sobre a maternidade, ver: DEL PRIORE; BASSANEZI, 2007, op. cit.; VENÂNCIO, Renato Pinto. Maternidade negada. In: DEL PRIORE, Mary (org.); BASSANEZI, Carla (coord. de textos). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2007; FONSECA, 2007, op. cit.; RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidades. In: DEL PRIORE, Mary (org.); BASSANEZI, Carla (coord. de textos). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2007.

<sup>178</sup> VENÂNCIO, 2007, op. cit., p. 189.

padrões<sup>179</sup> — às vezes, com a complacência da matriarca. Aqui, inscrevo as subjetividades que existem nessa classe: dentre a matriarca de uma fazenda e a serviçal, existem abismos que as diferenciam. Com efeito, os quereres femininos mudam conforme a classe social, a etnia e outras minúcias que perpassam e que diferenciam homens e mulheres.

Ao preservar a criança, Zeferina deveria carregar consigo o pesado fardo de um bastardo ou mesmo a circunstância de ser mãe solteira, também relegando à criança a herança de ser “sempre um bastardo”. Neste sentido, “Por muito tempo, as legislações, espelhando a sociedade, não se interessavam por crianças bastardas. Por muito tempo, só as mulheres foram responsabilizadas pelo uso do seu sexo”<sup>180</sup>. Ainda, para Joana Maria Pedro, o infanticídio assim como o aborto são práticas muito antigas:

Antropólogos têm-nos informado sobre a prática de eliminação de recém-nascidos em diferentes povos, possivelmente aplicada como último recurso, quando tentativas contraceptivas e abortivas não surtem efeito. Foram constatadas variadas formas de sua efetivação. Dentre estas: a de não lavar a criança recém-nascida; a de esmagar a cabeça da criança com uma pedra; a de jogá-la no chão, ou contra uma árvore; a de estrangulá-la com um cipó; a de enfiar um graveto afiado em sua garganta, ou a de encher a boca da criança com areia<sup>181</sup>.

Zeferina, ao que tudo indica, não cultivou o prazer dessa maternidade, tampouco hesitou em assassinar a criança, asfixiando-a — isso é o que nos apontam os indícios. Contudo, existem o que os indícios não nos trazem está inscrito no não-dito da fonte<sup>182</sup>: percebemos que existem muitas questões que rondam aquele fatídico dia — entre elas, há o fato de a criança ter sido colocada atrás do fogão à lenha, segundo o que nos relata os autos do processo. Zeferina produziu provas contra si mesma ou foram as pressões externas que a levaram a supostamente esconder a prova de sua não-castidade na cozinha, onde certamente passava a maior parte do seu tempo. Estamos aqui, pois, diante de um embate. A libertação de Zeferina, através da morte de seu filho, não a libertava de seu corpo, possível hospedeiro de mais filhos. Entretanto, momentaneamente, isso a livrava da vergonha de ser mãe solteira. Livrar-se naquele momento do recém-nascido foi sua decisão, por escolha ou não. Certamente, tratar desse tema incorre em outros julgamentos que podemos criar a partir da reflexão que fazemos acerca desse ato. De acordo com Joana Maria Pedro:

---

<sup>179</sup> RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

<sup>180</sup> PEDRO, 2003, op. cit., p.11.

<sup>181</sup> Ibid., p. 23.

<sup>182</sup> CERTEAU, 2000, op. cit.



Que desigualdade sexual e social é esta, que incrimina mulheres solteiras e viúvas, em geral sós, aterrorizadas diante de uma gravidez não esperada nem desejada, muitas vezes resultado de amores fugazes, rápidos, de tão poucos prazeres...? Para elas certamente todo este debate de quando começa a vida, se na concepção ou não, não fez o menor sentido. O recém-nascido que as apavorava, e que certamente representava vergonha e miséria, não significava para elas uma pessoa<sup>183</sup>.

Aqui temos sintetizado na citação acima o pensamento de uma mulher, mãe solteira, acerca da concepção fora dos limites matrimoniais no início do século XX. É provável que esse recém-nascido representasse insegurança, vergonha e miséria. Por isso, mais uma vez, falo das subjetividades femininas — aqui, estão inscritos os muitos femininos. Estamos reelaborando uma pequena História — que pode ser marginal —, mas é uma História, diferenciando-a dos ideais de feminilidade que se tem no início do século XX<sup>184</sup>.

Zeferina foi chamada a falar de seu caso quando denunciada<sup>185</sup>. Não pôde dizer muito; certamente, as pressões sociais só recairiam sobre si, a culpa só seria sua. Deste modo,

Casos de infanticídio mostram, de forma emblemática, como um discurso enaltecedor das mães tem as suas contradições, o seu avesso, enfim, outras percepções. Como ser mãe, e experimentar as ‘delícias da maternidade’, sendo solteira, viúva, vivendo na casa de patrões, no início do século XX<sup>186</sup>.

Sua patroa não tinha conhecimento de sua gravidez: ouviu apenas murmúrios a que não deu muito ouvidos. Seus vizinhos, chamados para serem ouvidos, também pouco sabiam daquela gravidez indesejada. Sua irmã, uma das depoentes, sabia, porém atribuía a má sorte de sua irmã a uma paixão fugaz, que não merecia comentário, já que o mal-feitor a deixou “depois de ter tido relações carnavais com ela”. A respeito disso, Carmem Lúcia Santos Castro observa:

Dar à luz antes de findar uma gestação, de modo provocado. E, ainda, cometer o assassinio de recém-nascido ou morte do próprio filho, provocada sob a influência do estado puerperal, durante o parto ou logo depois, podia, significar, no entender de uma mãe escravizada, uma forma de libertação. Esses aspectos fortes, exemplificam as relações dolorosas do mundo feminino<sup>187</sup>.

<sup>183</sup> PEDRO, 2003, op. cit., p.11.

<sup>184</sup> CARELI, Sandra. *Texto e contexto: virtude e comportamento sexual adequado às mulheres na visão da imprensa porto-alegrense da segunda metade do século XIX*. Porto Alegre, UFRGS, 1997. Dissertação de Mestrado. p. 10.

<sup>185</sup> APERGS. Secretaria da Justiça. Cartório Cível e Crime de São Francisco de Paula. Maço 14.

<sup>186</sup> PEDRO, 2003, op. cit., p. 10.

<sup>187</sup> CASTRO, Carmen Lúcia. *Ferro de brasa, tachos de cobre, puxados úmidos: cotidiano das mulheres escravizadas em Porto Alegre (século XIX)*. Porto Alegre, PUCRS, 1994. Dissertação de Mestrado. p. 79.

Considerar o destino de Zeferina<sup>188</sup> e de seu filho, de cor mista, aos 22 anos, não a diferencia muito de Ambrosina de Tal<sup>189</sup>, outra mulher que aqui merece menção pelo tratamento dado ao descrevê-la. Vale ressaltar agora que os relatórios policiais do período compreendido entre 1910 e 1930 trazem informações que colocam os sujeitos como párias. Mais ainda, eles nos transmitem um sintoma da realidade que os permeava. Ambrosina de Tal sequer foi ouvida, não se sabia seu nome; isso só aparece em um processo porque ela se negou a dançar com Hilario Francisco Alves no dia 28 de fevereiro de 1918. Entretanto, o relato policial e o inquérito instaurado merecem atenção pelo seu teor, corroborando assim nossa análise acerca de sujeitos femininos e masculinos e das múltiplas faces que eles estão engendrando:

Na noite do dia 13 de abril do corrente ano, o denunciado Ignácio Soares, que é casado em Lages no Estado de Santa Catarina, depois de ter seduzido a menor Sebastiana Maria dos Santos, de treze anos de idade e filha de Honorio Manuel dos Santos e Maria José Pereira, sedução essa, feita e realizada por intermédio de França Hoffman, que é vizinha da menor Sebastiana, foi a mesma menor raptada pelo denunciado Ignácio Soares, deflorada pelo mesmo nas proximidades da casa de Manuel Olívio Garcia, que é situada no 4º distrito deste município e pelo mesmo denunciado e abandonado logo após a consumação do ato criminoso num galpão pertencente ao referido Manuel Olívio Garcia, onde foi pelo mesmo encontrada e recolhida, tendo o denunciado comparecido dois dias depois nessa casa acompanhado d'uma tia da menor Sebastiana e declarou ser ele Ignácio o autor do rapto e defloração da mesma menor, o que tudo verifica-se das investigações e relatório policial que esta acompanha<sup>190</sup>.

Assim, reconhece-se a violência dos comportamentos masculinos perpetrados como ideais de virilidade. Também podemos identificar que essa mulher dentro do contexto da época em que tratamos e que baseamos nosso estudo já manifestava um comportamento ousado, sendo, inclusive, alvo de manifestações em sua defesa — algo que nos parece indicar um certo privilégio. Sabemos que, em nossa cultura, no que se refere a hábitos tradicionais do nosso Estado, não se pode recusar uma dança. Entretanto, já lhe haviam oferecido um trago, a que ela aceitou em detrimento da dança. Incorrendo, aqui, todavia, na quebra do costume, ocasionando com esse ato a briga que culminou nesse inquérito que hoje nos é permitido pesquisar e chegar a uma parte do passado.

Alcançar o passado dentro da perspectiva da violência de homens e mulheres pode ser a única maneira de se chegar até “as fulanas de tal” como os relatos e os inquéritos policiais

<sup>188</sup> APERGS. Secretaria da Justiça. Cartório Cível e Crime de São Francisco de Paula. Maço 14

<sup>189</sup> APERGS. Secretaria da Justiça. Cartório Cível e Crime de São Francisco de Paula. Maço 2

<sup>190</sup> APERGS. Secretaria da Justiça. Cartório Cível e Crime de São Francisco de Paula. Maço 1

as tratam. Contudo, é nesse cotidiano que podemos reconhecer os papéis que distinguiram homens e mulheres, ora violentamente, ora sutilmente, ora consensualmente.

Ainda dentro da perspectiva de mulheres que se entrecruzam, temos o caso de Maria José e Maria Francisca, ambas irmãs, defloradas e estupradas pelo seu pai. Aos 13 dias do mês de julho de 1919, Laurindo Marques da Silva foi denunciado:

Há dois anos mais ou menos, o denunciado, amedrontando sua filha Maria José, com ameaça de morte, deflorou-a, continuando com as relações carnaes. A menor engravidou dando a luz a uma criança que faleceu com trez meses de idade. A mulher do denunciado de nome Virgilina, chocada com o perverso procedimento de seu marido resolveu suicidar-se, como de fato parece ter feito, pois faleceu repentinamente, sem causa visível. Há pouco tempo o denunciado não satisfeito com a deshonra de uma das filhas, estuprou a outra de nome Maria Francisca. A menor Maria José tem quatorze anos e a menor Maria Francisca tem doze anos<sup>191</sup>.

Maria José e Maria Francisca estão relacionadas a Ângela Amália, a Zeferina, a Sebastiana e a outras que poderiam protagonizar essa História, pois com elas carregam-se as marcas de ser mulher, de estar ao largo. Cabe frisar agora que a Humanidade, construída socialmente, abarca a capacidade de se adquirir uma segunda natureza. Essa segunda natureza é refletida na oposição entre bem/mal, entre homem/mulher, entre saberes instituídos/saberes populares, o que, ao fim e ao cabo, formam os binarismos na universalidade dos conhecimentos. As subjetividades do feminino passam pelo processo de individualização dos sujeitos, de trazer à tona as muitas faces que apresentam homens e mulheres. E esse é, ao meu entendimento, o significado desse tipo de estudo a que chamamos gênero. A segunda natureza a que aqui nos referimos é a capacidade de suplantar a dor do defloramento, do estupro e de, mesmo assim, continuar vivendo — essa imensa capacidade é dada às mulheres. Considera-se aqui o contexto daquelas meninas, na família em que não poderiam buscar refúgio, na sociedade que lhes relegaria pouco — e, ainda, reinventaram-se.

Vale referir agora que os estudos de gênero inauguram a superação da História das mulheres e nos ajudam a pensar nessa segunda natureza que se travestiram as mulheres. Aqueles estão inscritos na transversalidade, dialogam com outras áreas do saber. São reconhecidos pela negação da oposição entre homem-mulher. Estão sob o signo da relação entre homens e mulheres, suas lutas, seus conflitos, seus consensos.

---

<sup>191</sup> APERGS. Secretaria da Justiça. Cartório Cível e Crime de São Francisco de Paula. Maço 1

Ainda, o fenômeno de disciplinarização da população será acentuado na Modernidade; nesse período, serão designados os diversos papéis sociais socialmente construídos pelos homens e pelas mulheres. À mulher cabe a função de rainha do lar, de educadora dos filhos e de ser principalmente subordinada e totalmente submissa ao seu marido. O discurso que à mulher cabe o âmbito privado ganha força com o advento da Modernidade.

De acordo com Perrot:

As fronteiras entre o público e o privado nem sempre existiram. Elas mudam com o tempo. Sua evolução, a fragilidade do seu equilíbrio, a tendência global à privatização com fases alternadas de “público” e “privado” são um dos principais temas da reflexão contemporânea, ilustrada principalmente por J. Habermas, R. Sennett, Hirschman. O século XIX liberal marcaria um divisor na questão, mesmo que a “sociedade civil”, entre o Estado e o indivíduo privado, continue a ser, pelo menos na França, um conceito um tanto vago. (...) Essa exclusão das mulheres pouco condiz com a Declaração dos Direitos do Homem, que proclama a igualdade entre todos os indivíduos. As mulheres não seriam “indivíduos”?<sup>192</sup>

Essa indagação de Michelle Perrot perpassa esse esforço de se reconhecer a mulher que o século XX cria. Podemos, aqui, ainda retomar Margareth Rago nas suas concepções sobre o conhecimento moderno:

Entende-se, pois, que em sua tentativa de traçar uma ‘genealogia da alma moderna’, após estudar, na História da Sexualidade: a vontade de saber, os procedimentos disciplinares desenvolvidos na Modernidade, tenha partido em busca de outros modos de construção de si, radicalmente diferentes daqueles que conhecemos. Afinal, a moral burguesa apresenta-se como verdadeira e universal, valendo para qualquer classe social, grupo étnico ou gênero, definindo a vida de cada um e de todos de ponta a ponta<sup>193</sup>.

Ainda na percepção dos discursos masculino e feminino, é importante que se considere na significação da palavra, através dos relatórios criminais o que julgavam pertinente saber sobre a vida dos sujeitos. Remetendo-nos novamente ao processo-crime da ré Ângela Amália, da ré Zeferina. Elas estão vivendo na Modernidade; no entanto, a sua conduta é parte daquilo que é desviante da sociedade — sobretudo, a sua percepção sobre si e sobre o outro. O outro é aquele que a tortura moralmente, a quem a mulher, sob pena das punições da Modernidade, quer livrar-se, quer libertar-se.

Nas minúcias do processo de Ângela Amália, há as falas dos filhos mais velhos, dos

<sup>192</sup> PERROT, 1992, op. cit., p. 176.

<sup>193</sup> RAGO, 2008, op. cit., p.189.

vizinhos, que, ouvidos como depoentes e testemunhas, fazem parte dos ditos do caso. Neste sentido, o que disse o seu filho Antônio: “Minha mãe sempre tratou meu pai com bons modos, ao passo que meu pai sempre foi violento, não só com ela, mas também comigo e meus irmãos”<sup>194</sup>. Mais do que nunca, os não-ditos do caso são expressos pela subjetividade. Ao pensar naquelas mulheres e em suas práticas, em seus modos de vida, eu reconheço que elas aceitaram pagar a pena social. Já estavam mesmo faladas: uma mata o marido; a outra, o filho<sup>195</sup>.

Mulheres como estas certamente existem muitas: porém inscritas na História, sobretudo pensadas no seu cotidiano, ainda são poucas. Penso que a busca pelos femininos se transformou na apreensão dessas bravas desordeiras<sup>196</sup>. De fato, os discursos criados no século XIX ganharão força no século XX, graças a todo o empenho de preceitos médicos e religiosos. Contudo, a desordem causada pela subversão da norma trará a resistência, que ora pode ser impregnada de violência, que ora pode estar inscrita nas subjetividades guardadas pelo feminino, personificada nas muitas faces que a mulher pode assumir.

São, pois, mulheres que tiveram que continuar vivendo com um peso que nunca seria leve como Maria José e Maria Francisca, sobretudo a sua mãe que, com o fardo por deveras pesado, suicidou-se — elas, certamente, estão nos meandros da História. Como estas meninas, posteriormente mulheres, libertaram-se? Existem aquelas que foram defloradas pelos homens casados, como é o caso de Sebastiana, que já não teria a sua honra assegurada, visto que o seu caso se tornou público. E o que dizer de França, alcoviteira desse defloramento? O que dizer de França, em que dimensão do feminino poderíamos inscrevê-la? Como podemos constatar, o pensamento policial sempre achava um alibi para justificar o comportamento masculino — nesse caso, França era culpada<sup>197</sup>.

Para Maria José e para Maria Francisca, houve uma certa libertação, ao delatar o seu algoz; contudo, era preciso muito mais que isso para essas meninas. Uma menina, com 12 anos, outra, com 14 e a vida toda para carregar essas marcas, são sinais que não se apagariam facilmente. Não seria, pois, tão fácil conviver com as agruras daquele destino. Tendo as suas

---

<sup>194</sup> APERGS. Secretaria da Justiça. Cartório Cível e Crime de São Francisco de Paula. Maço 1

<sup>195</sup> APERGS. Secretaria da Justiça. Cartório Cível e Crime de São Francisco de Paula. Maço 1.

<sup>196</sup> Ver: MARTINI, Liana Pulita; OLIVEIRA, Lucimara. *Bravas desordeiras*. Monografia de Graduação. Caxias do Sul: UCS, 2006. (inédito)

<sup>197</sup> APERGS. Secretaria da Justiça. Cartório Cível e Crime de São Francisco de Paula. Maço 1.

vidas inseridas naquele microcosmo, tinham o universo para apontar-lhes como as filhas da perdição. Sabemos que, mesmo vítimas de seu pai, não passariam ilesas pela opinião pública, que quase sempre oferece os mais duros julgamentos a esse tipo de situação<sup>198</sup>.

Laurindo Marques da Silva, réu, pai de Maria José e de Maria Francisca, tem o seu crime relatado após molestar continuamente as suas filhas. O que segue são relatos extraídos do processo instaurado contra Laurindo Marques da Silva:

Aos tres dias mês corrente, compareceram nesta sub-delegacia, as duas menores Maria José e Maria Francisca Marques, irmãs, queixando-se de que seu pae Laurindo Marques da Silva, havia abusado da honra de ambas. Que a cerca de dois anos deflorou Maria José, a qual engravidou e que o fruto criminoso falleceu tres meses depois de seu nascimento; e que agora aproveitando-se da ingenuidade da segunda que apenas conta doze anos de idade, estuprou-a, fazendo isso já alguns dias. As mesmas informam que sua mãe Virgilina, quando cientificada do procedimento do satyro Laurindo, prometeu suicidar-se, o que lhes parece ter feito, pois, com efeito, Virgilina, pouco tempo depois morreu repentinamente, sem que se soubesse a causa. Dizem as duas em seus depoimentos, que nunca levaram antes ao conhecimento de pessoa alguma por serem ameaçadas de morte por seu pae, o qual já a tempos dera um tiro na menor delas. Agora, porém aconselhadas por Francisco Flores Pedroso e D. Guilhermina Gonçalves, a quem então contaram o nefando crime de seu pae, resolveram fugir de casa, afim de darem denuncia do caso. No momento em que se apresentaram as duas menores a esta sub-delegacia, logo após chegou o criminoso Laurindo, protestando andar a cata das filhas. Eu, porém, informado do que havia, interrogando-o, effectuei a sua prisão por julgá-lo criminoso<sup>199</sup>.

O processo, no entanto, terá outros desdobramentos; ainda, analisaremos as informações que as fontes nos trazem, relacionando-as ao que é fundamental para o historiador, isto é, o contexto, sem o qual de nada adiantaria o nosso estudo e o nosso empenho em caracterizar as mulheres dos Campos de Cima da Serra.

---

<sup>198</sup> APERGS. Secretaria da Justiça. Cartório Cível e Crime de São Francisco de Paula. Maço 1.

<sup>199</sup> APERGS. Secretaria da Justiça. Cartório Cível e Crime de São Francisco de Paula. Maço 1

### 3 PRIVAÇÃO: OS SENTIDOS E O CORPO

Segundo o gênero, homens e mulheres experimentam de formas distintas os símbolos e os ritos sociais, religiosos, políticos, etc., aceitando ou rejeitando as diretrizes normativas, nominando diferentes significados para os mesmos sistemas de poder, seja esse poder da natureza que for<sup>200</sup>.

Privação ou os sinais disso são manifestos e são marcas na História das mulheres. Após falar da violência que esteve sempre latente entre os sujeitos, protagonistas dessa História, falarei de uma consequência ou de uma causa, a saber, a privação. Ela pode estar em uma dessas ordens, dependendo do caso.

A privação, contudo, opõe-se à História dicotômica, contraditória. Embora a privação pareça ser um conceito que vitimize, digo que não é esse aspecto que está aqui em questão. A privação me aparece mais como uma constatação de uma determinada realidade<sup>201</sup>.

Em seu livro, *A condição humana*, Hannah Arendt tece um importante conceito que nos servirá de aporte para analisarmos os sujeitos que nos propomos neste estudo. Neste sentido, privação é o mote que conduzirá o cotidiano marcado pela subjugação e pela negociação:

Para o indivíduo, viver uma vida inteiramente privada significa, acima de tudo, ser destituído de coisas essenciais à vida verdadeiramente humana: ser privado da realidade que advém do fato de ser ouvido por outros, privado de uma relação objetiva com eles decorrente do fato de ligar-se e separar-se deles mediante um mundo de coisas, e privado da possibilidade de realizar algo mais permanente que a própria vida. A privação da privatividade reside na ausência de outros; para estes, o homem privado não se dá a conhecer, e, portanto, é como se não existisse. O que quer que ele faça permanece sem importância ou consequência para os outros, e o que tem importância para ele é desprovido de interesse para os outros<sup>202</sup>.

A privatividade de que Arendt trata passa pelo processo de descarnação do ser — esse sujeito que à margem sofre os reveses do cotidiano. Da documentação analisada, o conjunto de processos nos permite traçar e ter um sintoma do que seria a realidade daqueles, os quais fazem parte desses escritos. Sublinho aqui as mulheres, agentes ou vítimas da violência, no seu mais completo estado de privação. Os sentidos e o corpo que sublinhamos neste capítulo

<sup>200</sup> JARDIM, 2006, op. cit., p. 216.

<sup>201</sup> SOIHET, 1989, op. cit., p. 275.

<sup>202</sup> ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997. p. 68.

nos traçam a face das mulheres dos campos, estigmatizadas talvez pela ausência de escritos e de pesquisas — nestes, encontramos a mulher imaginária —, aquela de quem falamos e de quem pouco sabemos.

| Cartório      | Ano  | Denunciadas              | Profissão           | Cor    |
|---------------|------|--------------------------|---------------------|--------|
| Cível e Crime | 1922 | Zeferina Ferreira        | Serviços domésticos | Mista  |
| Cível e Crime | 1917 | Ângela Amália Mascarello | Serviços domésticos | Branca |

Opõe-se também o que alguns estudos fizeram, isto é, tratar a História das mulheres sul-rio-grandenses em um sentido dicotômico, unilateral — as mulheres cristalizadas em um tempo e em um espaço. É oportuno considerar agora a epígrafe deste capítulo e postular as diferentes experiências cotidianas que estão no escopo das subjetividades e das peculiaridades desses sujeitos — sem, contudo, colocar isso apenas no grande caldeirão intitulado mulheres. Há, pois, diferença dentro a diferença<sup>203</sup>.

Aos sentidos e ao corpo, deve-se o imaginário criado acerca do sujeito mulher. Assim, o espaço corpóreo mereceu principal atenção no que concerne a códigos posturais — foi ao corpo que sanções foram levadas a cabo<sup>204</sup>.

Vale referir agora que as mulheres e os cuidados com o corpo, a vigília para que este não padecesse das concupiscências da carne mereceram atenção especial ao longo da História<sup>205</sup>. Mais do que nunca, estão dentro dessa ordem toda sorte de estratégias para escondê-lo — esconder o corpo, objeto de desejo do outro, poder exclusivamente feminino<sup>206</sup>. Ao corpo creditam os ardis de manipular vontades masculinas — desde Eva, carregamos esse fardo<sup>207</sup>.

Revelando-se um mistério para o saber médico, o corpo é o que a Igreja deve dominar,

<sup>203</sup> SCOTT, 1992, op. cit., p. 78.

<sup>204</sup> SANTOS DE MATOS, Maria Izilda. Delineando corpos. As representações do feminino e do masculino no discurso médico. ( São Paulo 1890-1930). In: SANTOS DE MATOS, Maria Izilda; SOIHET, Rachel (orgs.). *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Editora da UNESP, 2003. p.107.

<sup>205</sup> FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: o uso dos prazeres*. v. 2. Rio de Janeiro, Graal, 1984.

<sup>206</sup> DEL PRIORE, 1988, op. cit., p.15.

<sup>207</sup> DEL PRIORE, loc. cit.



pois dele emanam todos os prazeres da carne<sup>208</sup>. É a ele que veremos, que se creditam os crimes a seguir. Os defloramentos surgem desse inimigo assaz: o corpo<sup>209</sup>; através deste, vi a violência do corpo desejado, submetido ao poder másculo daquele que em igual medida possui os seus códigos inscritos na cultura do “macho”.

Aqui, sintomas de realidade são o meu objetivo; por isso, não quero falar apenas das idealizações e dessa mulher presa a um paradigma positivista<sup>210</sup>, que apenas foi colocada na vitrine. A mim me interessam os sentidos, os corpos, os femininos rurais, mas também os masculinos daquelas localidades denominadas Campos de Cima da Serra.

Assim como na História universalizante que versava apenas sobre homens, as mulheres estavam lá, assim também na história universalizante das mulheres, os homens lá estavam. Interessam-me mais os sujeitos, ainda que priorizadas aqui estejam as mulheres, porém o caráter relacional da categoria gênero nos dá aporte para ressignificarmos a caminhada dos sujeitos<sup>211</sup>. O avanço da História que falará dos sujeitos deve muito a estudos que preocupados com os desfechos históricos antagônicos, com incongruências tem-se dedicado a uma produção vasta que nos dá guarida na argumentação acerca dos gêneros.

Por isso, há Maria José, há Maria Francisca, há Ambrosina de Tal, há Ângela Amália, há Zeferina, há Sebastiana<sup>212</sup>, para ilustrar como a História do feminino pode ser rica em análises e como as fontes declaram as mulheres e os homens do campo<sup>213</sup>.

<sup>208</sup> PORTER, Roy. História do corpo. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992. p. 292.

<sup>209</sup> É a esse corpo que o saber médico tentará normatizar. Vale frisar também que a estrutura que o Estado criará dará conta da expansão da Medicina em torno de uma política sanitária que se imiscuirá inclusive na sexualidade e no prazer do indivíduo. Seu público é diverso: envolve a mulher rica até a pobre — esta última, negligenciada socialmente. De fato, os saberes médicos especializados estenderam para a sociedade um modelo de postura e de conduta, refutando assim aqueles saberes que as mulheres guardavam, oriundos de uma longa tradição oral, passada de geração a geração.

<sup>210</sup> Levando-se em consideração o Positivismo, ideologia adotada pela burguesia política do Rio Grande do Sul, com a instalação da República, pensamos o modo como era escrita a História das mulheres. Baseada esta última nos documentos encontrados, apenas o texto escrito dava testemunho daquela época — isso enseja pouca reflexão. Mais do que nunca, a questão do gênero redime as lacunas no que diz respeito à relação entre homens e a mulheres.

<sup>211</sup> RAGO, Margareth. Os feminismos no Brasil: dos “anos de chumbo” à era global. *Revista Labrys, Estudos Feministas*, n. 3, p.2, jan./jul. 2003.

<sup>212</sup> APERGS. Secretaria da Justiça. Cartório Cível e Crime de São Francisco de Paula. Maço 1.

<sup>213</sup> Cristina Scheibe Wolff observa que: “Ao escrever a história do feminino, há uma releitura da história, a busca de novas interpretações para discursos já densamente trabalhados enquanto documentos, como é o caso das narrativas de viagens do século XIX. Essas narrativas, tão importantes na construção de imagens do cotidiano brasileiro no passado, são impregnadas pelos preconceitos e concepções dos europeus e das europeias que as escreveram, nos quais o gênero tem importante papel. Ver: WOLFF, Cristina Scheibe.

Retornemos, portanto, a estas mulheres. Então, por que as mulheres estariam em um sentido de privação? Sei que não há simplesmente um ser que domina o outro, deixando-o sobre si os estigmas perpetrados entre dominador e dominado. Contudo, a privação parece-me uma característica da vida das mulheres — uma privação às vezes negociada —, porém envolta em ardis de sobrevivência. É legítimo dizer que, mesmo que pensando as relações pelo viés da negociação, não posso esquecer a violência que os atos carregam.

Os sentidos, tributários do corpo, aparecem-me como armas e como instrumentos de prisão e de libertação. É nesse lugar que se tem o início e o fim da História e é através disso que iniciaremos as investigações acerca desses sujeitos<sup>214</sup>.

Sobre o assunto, o conhecimento gerado a partir da reflexão sobre os sentidos, sobre o corpo está dentro de uma sensibilidade. De acordo com Sandra J. Pesavento:

As sensibilidades são também uma forma de apreensão e conhecimento do mundo para além do conhecimento científico, que não brota do racional ou das construções mentais mais elaboradas. Na verdade, se poderia dizer que as esferas das sensibilidades se situam em um espaço anterior à reflexão, na animalidade da experiência humana, brotada do corpo, como uma resposta ou reação em face da realidade. Como forma de ser e estar no mundo, a sensibilidade se traduz em sensações e emoções, na reação quase imediata dos sentidos afetados por fenômenos físicos ou psíquicos<sup>215</sup>.

As mulheres dos relatórios criminais fazem todo sentido se consideradas pelas lentes dos sentidos — escutar, calar e sentir são verbos que resumem a sua postura. Ao esperar o marido, Ângela Amália ouviu que seria feita em pedacinhos. As Marias Marques, de igual modo, viviam sob ameaças. Zeferina talvez também tenha feito dos sentidos o objeto para perpetrar o seu crime<sup>216</sup>. Ao carregar e ao sentir o seu filho — aqui, sublinho o sentir no seu sentido mais amplo, pois é nesse caso que os sentidos estão diretamente ligados ao corpo do outro<sup>217</sup>. Um corpo com outro corpo e tem-se então o improvável, matar aquele a quem

---

Escrevendo a História no feminino. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v.13, 2005.

<sup>214</sup> De acordo com Cristina Scheibe Wolff, o corpo feminino e o seu funcionamento reforçam a todo momento a ciência médica exercida por homens especialistas. Ao afirmarem a ciência como único discurso válido, aliás, um discurso cujo gênero era masculino sem sombra de dúvida, esses autores e tratados ajudam a estabelecer os profissionais obstetras no mercado dos partos, suas práticas de intervenção e a progressiva perda da autonomia das mulheres no que diz respeito a seu corpo ao longo dos séculos XIX e XX. Daí a importância histórica da célebre divisa feminista que reivindica o controle de seu corpo pelas próprias mulheres. WOLFF, loc. cit.

<sup>215</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Os sete pecados da capital*. São Paulo: Hucitec, 2008. p. 92.

<sup>216</sup> APERGS. Secretaria da Justiça. Cartório Cível e Crime de São Francisco de Paula. Maços 1 e 14

<sup>217</sup> PEDRO, Joana Maria. Aborto e infanticídio: práticas muito antigas. In: ——. *Práticas proibidas: práticas costumeiras de aborto e infanticídio no século XX*. Florianópolis: Cidade Futura, 2003a. p.19.

devesse amar. Provavelmente, Zeferina estava destituída de muitos sentimentos que nos lembram a feminilidade — um deles é o amor materno. Ainda que não se tenha aqui tão efetivamente um mito como propõe Badinter<sup>218</sup>, há um sentir diferente do que mormente esperamos de uma mulher.

Embora que não refute totalmente os estudos de Elizabeth Badinter, não ousou afirmar tão categoricamente que esse amor é uma construção moderna. Se assim o fizesse, descaracterizaria o indivíduo, que quase sempre é colocado em um grande caldeirão, no qual todos os comportamentos se uniformizam. Mas também penso ser muito relevante pensar que nem todos os sujeitos estariam propostos a desempenhar aquilo que estava escrito ser o seu papel. Nesses casos, os discursos normativos não vigoravam<sup>219</sup> — é disso de que nos ocupamos.

A privação une as mulheres, ligam-nas no cotidiano, deixando-as portadoras de marcas que a distinguem de outras subjetividades que dizem também ser femininas. Essas mulheres estão aqui, longe das idealizações, perto das ressignificações. Elas aprenderam a conviver com o outro depois da violência, privadas e destituídas de elementos fundamentais àquilo que é humano. Fizeram, pois, da inumanidade<sup>220</sup> o seu lugar para viver. De acordo com Sandra Pesavento,

Entretanto, mesmo esta experiência íntima e pessoal da sensibilidade, na relação com o indivíduo com o mundo é historicizada. Os homens apreendem a sentir e qualificar suas sensações e emoções através da sua inserção no mundo social, na sua relação com o outro. Assim, o mundo do sensível se constrói com o do espectador e do leitor. Mesmo que a experiência subjetiva seja única e intransferível, ela se encontra no seio de um conjunto de representações sociais a que damos o nome de imaginário. E este, bem o sabemos, é a verdadeira realidade, pois nos faz ver e sentir o mundo desta ou daquela forma<sup>221</sup>.

Ao compor a História da vida dessas mulheres, rurais em sua excelência, monto o

<sup>218</sup> BADINTER, Elizabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

<sup>219</sup> FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

<sup>220</sup> Jean François Lyotard conceitua a inumanidade — parece-me adequado, aqui, pensar nisso no que se refere às mulheres. A inumanidade, pois, está sob o código dos discursos modernos que ultrapassam as fronteiras do humano — somos humanos apenas em um dado momento: quando crianças. Posteriormente, a este período tornamo-nos inumanos, apreendemos conceitos e discursos que estão no campo das inumanidades, pois estes discursos ultrapassam as fronteiras do humano — o conhecimento torna-se inumano, porque este ao fim e ao cabo permanece. Ver; LYOTARD, Jean François. *O inumano: considerações sobre o tempo*. Lisboa: Editorial Estampa, 1989.

<sup>221</sup> PESAVENTO, 2008, op. cit.

mosaico de interpretações advindas das mulheres. É, pois, um mosaico tecido com violência — sei que a declaração pode ser dramática, de fato é. Contudo, é legítimo afirmar que, ao matar o marido que por anos lhe violentara, moral e fisicamente, ao matar o próprio filho asfixiado, ao sair pelas estradas escuras, frias e cinzentas duas meninas violentadas pelo pai, ou outra violentada pelo arrendatário, ou mesmo as que foram espancadas, essas mulheres não teriam escrito a sua vida sem sangue — tudo isso não seria verdadeiro. O sangue viria cedo ou tarde na abordagem. Através dele, tocam-se os fios estreitos da vida de cada uma dessas mulheres.

Esses dois processos, o de Ângela Amália e o de Zeferina, assinalam a ruptura, as querelas a que muitas mulheres são submetidas. Isso não as coloca em situação de total passividade, mas ainda é raro em nossos processos a revidação, a ruptura, o que em maior ou em menor grau faz com que as mulheres algumas vezes sejam as agentes da violência<sup>222</sup>. Vale recordar que foram escolhidos dois processos, os quais as mulheres são agentes. O número é, pois, ínfimo em face das que foram violentadas. Mas é importante que sejam também consideradas para que consigamos reconhecer os embates que andavam na contramão da ordem socialmente estabelecida.

Entretanto, não podemos deixar de pensar naquelas a quem a violência embruteceu ainda na primeira mocidade<sup>223</sup>, como é o caso da órfã Maria José dos Santos. Nos autos do processo, tem-se uma menina de 14 anos, como foi descrito, paupérrima, que integra uma das tantas mulheres violentadas, ainda sem consciência talvez do rol de mulheres que integrará no seu futuro. Como se sabe, as mulheres pobres diferenciam-se em muitos aspectos das mulheres estancieiras, proprietárias de terras, burguesas bem nascidas — aquelas trazem na diversidade a singularidade. Parteiras, curandeiras, benzedeiros, agregadas, de profissão intitulada “afazeres domésticos”, elas pertencem à maioria da sociedade — são, assim, as que integram o rol da criminalidade. Na privatividade dessas casas apareceram as pequenas e grandes violências. Ainda que não seja possível valorar a violência, teimo em diferenciá-las. Chamo de pequena e de grande para poder distingui-las, pois, ainda que a agressão física seja tão violenta quanto a agressão verbal, elas se diferenciam. O pai que leva a cabo o seu intento de violentar as filhas de 12 e de 14 anos está dentro de uma perspectiva difícil de codificar na

---

<sup>222</sup> APERGS. Secretaria da Justiça. Cartório Cível e Crime de São Francisco de Paula. Maços 1 e 14.

<sup>223</sup> FLECK, Eliane. D.; KORNDÖRFER, Ana Paula; CADAVID, Aline K. O julgamento moral dos corpos – a infância abreviada pela violência (Porto Alegre-1890-1904). *Revista Justiça e História*, Porto Alegre, v. 4, n. 7, 2004.

escala das violências.

Há, aqui, uma realidade marcada pelo cotidiano violento. Para Sandra J. Pesavento,

Por outro lado, a exacerbação dos sentimentos podia ainda comparecer como um contra-peso a uma sociedade violenta, onde quase todos andavam armados e onde um novo regime — o republicano — se consolidava regionalmente de forma autoritária e excludente, em adaptação do positivismo comteano<sup>224</sup>.

Dentro dessa sociedade na qual, as mulheres de que falo eram moças de pouco traquejo social, em sua grande maioria iletradas, com poucos privilégios materiais. As poucas negociações que podiam fazer com seu outro, isto é, o homem passava por compreender em que lugar estavam, parece que todas entendiam. Essas mulheres, como as mulheres urbanas, também suscitam reflexão .

A menor órfã, Maria José dos Santos, de 14 anos, vivia, há cerca de cinco anos, desde o falecimento de seus pais, em companhia de seus avós, Ignácio Xavier dos Santos e esposa, já velhos miseráveis e protegidos por João Xavier dos Santos. Sobre o teto pobre de seus avós, recebia Maria José dos Santos a visita de seu primo Francisco Xavier dos Santos, filho do protetor de seus avós, residente em Santo Antônio da Patrulha, estabelecendo-se uma corrente de simpatia e amor entre ambos. Ficou resolvido o consórcio e, mais tarde, para esse fim, veio para Cima da Serra o futuro cônjuge<sup>225</sup>.

Esse é somente um instante na vida de uma mulher nos Campos e que serve para refletirmos como a relação entre homem e mulher também dependia das negociações financeiro-sociais. Maria José certamente era um peso para seus avós: para não padecer com o efeito das bocas alheias, resolveram contratar o casamento da neta — fizeram assim um ótimo negócio. Antes que ficasse mal falada, antes que se perdesse, era necessário casá-la rapidamente — nada melhor que um primo para resolver o problema. Nesse caso, vemos também a praticidade da negociação: ela é órfã, já com 14 anos, mulher. Sim, porque, para o período, uma mulher órfã, pobre e com 14 anos oferecia muitos problemas. Uma mulher nascida representava um problema: uma órfã mulher, um duplo problema.

<sup>224</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Os sete crimes da capital*. Porto Alegre: Hucitec, 2008. p. 20.

<sup>225</sup> APERGS. Secretaria da Justiça. Cartório Cível e Crime de São Francisco de Paula. Maço 5.

### 3.1 Ser mulher é sentir a diferença?

Assim, o instante da vida de uma mulher entrecruza-se com os vários masculinos que estão a espreita. O primo, também menor, mas não menos ávido nos negócios do coração, reconhece que a prima Maria José dos Santos não lhe trata como outrora. Ele identifica o descaso, mas também o choro — aí assinalo o que entendo ser o mais peculiar e importante. Maria José estava noiva, mas foi violentada, segundo dizem os autos e seus avós — esses são motivadores para que a questão fosse vista dessa maneira.

Ainda, é bem possível que Maria José tenha resistido contra esse casamento, vendo em Benjamin a fuga que precisaria para desfazer o futuro enlace. Contudo, não posso afirmar categoricamente tal hipótese: as fontes não deixam clara tal postura.

Ao reconhecer o soslaio de Benjamin Nunes de Oliveira, denunciado pelo defloramento, Ignácio Xavier dos Santos descreve o comportamento da jovem:

Por sua vez o avô, Ignácio Xavier dos Santos, diz que no tempo e dia a que se refere a ofendida, de volta a sua casa, encontrou sua neta chorando, o que por vezes aconteceu nos dias seguintes, respondendo sempre não ser nada e conservando daí por diante sempre abatida e triste. Mal soube o denunciado que sua vítima relatara seu indecoroso procedimento, retirou a criação dos campos de seu tio e protetor dos avós da ofendida e levou-a para os campos de Godofredo José de Freitas, a quem diz ter vendido a mesma.

As mulheres-meninas da trama estão aqui colocadas como objeto de favores, de negociação. Trocas para o contexto em que viviam os familiares de Maria José são algo recorrente. Prova disso é que seus avós, seus tutores naturais moravam de favor na casa de um dos seus filhos, pais do noivo. É possível que a confortável permanência deles nessa casa implicasse o enlace matrimonial.

Essas mulheres pobres, iletradas, sobre as quais me debrucei, sabem e reconhecem a negociação. Nem todas se submetem a isso passivamente; algumas resistem. Essa resistência pode aparecer na forma de denúncia: por exemplo, as Marias meninas que denunciaram o pai pelo incestuoso defloramento e pelas constantes e pequenas e grandes violências, até a morte

de sua mãe<sup>226</sup>.

Ou também se pode resistir através do corpo: Maria José havia comprometido o seu corpo para o primo, mas já não era do primo a primazia da virgindade. A primazia foi de Benjamim Nunes de Oliveira, ao passo que aquela pode ter sido negociada, como também pode ter sido colocada sobre a égide do poder viril. Isso não é difícil imaginar, pois aqui tratamos de uma menina de 14 anos. É oportuno ainda que, quanto a essa idade, diga-se que existem atribuições diferentes das atuais eram destinadas a esse tipo de jovem, no período, já considerada apta para adentrar os caminhos “naturais” das mulheres.

Podemos destacar aqui que a sua vida já havia sido negociada — neste sentido, motivações econômicas aparecem com frequência nas falas do processo e parecem ser de suma importância para a vida da família — é preciso, pois, diminuir as “bocas de dentro da casa”. A “corrente de simpatia” que se estabelece entre os primos é quase compulsória.

Vale trazer agora o pensamento de Raquel Soihet que reflete acerca de homens e de mulheres pobres. No que diz respeito à classe social a que pertencem, as mulheres pobres eram mais livres, menos presas a padrões e pouco afeitas às manipulações cotidianas<sup>227</sup>. Com efeito, essa é a lógica das mulheres pobres na urbanidade; pouco se sabe, porém, das mulheres pobres moradoras dos Campos, pouco se sabe das Marias Josés, órfãs, menores, iletradas. Assinalamos esse elemento, pois este dado será importante no que se refere à análise que faremos e que situaremos os sujeitos os quais estudamos. Segundo Raquel Soihet:

O homem pobre, por suas condições de vida, estava longe de poder assumir o papel de mantenedor da família previsto pela ideologia dominante, tampouco o papel de dominador, típico desses padrões. Ele sofria a influência dos referidos padrões culturais e, na medida em que sua prática de vida revelava uma situação bem diversa em termos de resistência de sua companheira a seus laivos de tirania, era acometido de insegurança. A violência surgia, assim, de sua incapacidade de exercer o poder irrestrito sobre a mulher, sendo antes uma demonstração de fraqueza e impotência do que de força e poder<sup>228</sup>.

Cabe agora ressaltar que o poder e a força remetidos aos homens podem sofrer alterações conforme o meio em que é empregado. Nas esferas mais pobres, o poder pode estar

<sup>226</sup> APERGS. Secretaria da Justiça. Cartório Cível e Crime de São Francisco de Paula. Maço 2.

<sup>227</sup> Chamo de manipulação todas as formas de padronizar os comportamentos — entre estes, destaco o poder da imprensa.

<sup>228</sup> SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil. In: DEL PRIORE, Mary (org.); BASSANEZI, Carla. (coord. de textos). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2007. p. 370.

diretamente ligado à questão econômica, como é o caso da órfã Maria José dos Santos, que, segundo informações do processo, contratou consórcio matrimonial, visto que entre ambos havia uma corrente de simpatia. Seria uma corrente de simpatia voluntária ou compulsória? Existiam motivações para contratar casamento? A jovem Maria José dos Santos não via para si outra alternativa a não ser o que lhe fora traçado, porque, pela descrição do relatório criminal, Maria José era paupérrima. De fato, o que restava para uma órfã, paupérrima e mulher? Eram poucas as reações e os caminhos para seguir fora do casamento; ainda que algumas conseguissem resistir, a sociedade lhes cobrava mais cedo ou mais tarde a postura da boa mulher, condutora do lar. Joana Maria Pedro, em epígrafe de seu texto intitulado *Mulheres honestas, mulheres faladas: uma questão de classe*, apontou os discursos que são veiculados na imprensa para a conduta feminina, a saber, os papéis de mulher, amante, filha, esposa, mãe e avó. Nestas seis palavras, existe o que o coração humano encerra de mais doce, de mais puro, de mais estático, de mais sagrado, de mais inefável<sup>229</sup>.

As seis não estavam longe do modelo que se procurava estabelecer, porém dificilmente uma mulher campesina conseguiria atingir isso. Talvez urbanamente, em que moças freqüentavam escolas — ainda que a educação fosse totalmente voltada para o de uma esposa, a cuidadora do lar. O principal era saber realmente fazer o friso das calças e das camisas: ainda assim, havia uma maneira ou outra de ler um romance, de sonhar, ainda que longinquamente com o mundo masculino livre.

Diferentemente, todavia, eu mostro ser a mulher do campo. Embora tenha alguns requisitos referentes a conduta do que são as coisas femininas, onde começam e onde terminam. Ainda assim, ela mescla papéis femininos aos masculinos. Na sua grande maioria, as campesinas são iletradas, com afazeres diferentes das mulheres urbanas. E aqui, mais uma vez, é importante pontuar as diferenças dentro da diferença: há muitos femininos dentro do universo feminino.

As mulheres dos Campos de que falo não são as proprietárias, fazendeiras, filhas herdeiras das sesmarias: elas estão fazendo a sua História nas sombras de um homem, resistindo aos costumes. São aquelas que, tiradas para dançar, resolvem tomar um trago primeiramente com outro pretendente<sup>230</sup>. São aquelas que, contratadas para um casamento

---

<sup>229</sup> PEDRO, 1994, op. cit., p.17.

<sup>230</sup> APERGS. Secretaria da Justiça. Cartório Cível e Crime de São Francisco de Paula. Maço 2.



arranjado, resistem e que se envolvem em amores fortuitos<sup>231</sup>.

Mas ainda há aquela que fica no comando da família e para além da família: ela comanda os negócios, às vezes parcos negócios, mas são elas que conduzem e que ditam a vida no campo.

Retomando o caso de Maria José e o desdobrar do processo instaurado para apurar a violência que sofrera, o dano foi avaliado em um conto de réis; a Justiça arbitrou os prejuízos causados a Maria José dos Santos — assim declarou o oficial que registrou a queixa dada pelo avô da menina. A menina, ao que conta o processo, estaria com o comportamento alterado já alguns dias, suscitando dúvida<sup>232</sup>.

Deve-se ressaltar agora que a presença masculina na vida de Maria José dos Santos fez-se bem cedo: aos 14 anos, já havia comprometido o seu destino com um homem, seu primo. Moradora do lugar denominado Mulada, no interior do Município de São Francisco de Paula de Cima da Serra, posso imaginar o cotidiano dessa menina. Sobre verdes campos e sobre cinzas sombras, conheceu Benjamin Nunes de Oliveira, pecuarista, arrendatário das terras de seu tio. Nestas moravam os velhos Ignácio Xavier dos Santos, sua mulher, de nome não-revelado, e a neta Maria José dos Santos.

Não podemos deixar de frisar o contraste em que viviam a menina Maria José dos Santos e seu algoz Benjamin Nunes de Oliveira. Este era pecuarista, arrendatário das terras do tio; aquela, com apenas 14 anos, órfã, necessitada de um casamento para diminuir as despesas e o compromisso. Entretanto, algumas alterações ocorreram no meio do caminho e o destino de Maria José foi alterado:

Próximo ao dia marcado para o matrimônio, em junho próximo passado, foi desfeito o contrato de casamento, como resultado da ação interesseira do denunciado, que aconselhou a moça a repudiar o noivo, sob a alegação de que não poderia viver com ele outras cousas mais, por outro lado, ria-se e mofava do moço e o aconselhava a romper a promessa, sob idênticos motivos. O noivo desconfiado com essa atitude de um parente seu e de sua noiva, exigiu explicações desta que afinal confessou ter sido deflorada pelo denunciado em um dos últimos dias do mês de fevereiro do corrente ano, em casa de seu avô, sita no lugar denominada Mulada, segundo distrito desse município<sup>233</sup>.

---

<sup>231</sup> APERGS. Secretaria da Justiça. Cartório Cível e Crime de São Francisco de Paula. Maço 5.

<sup>232</sup> APERGS. Secretaria da Justiça. Cartório Cível e Crime de São Francisco de Paula. Maço 5.

<sup>233</sup> APERGS. Secretaria da Justiça. Cartório Cível e Crime de São Francisco de Paula. Maço 5.

Ao confessar ter sido desvirginada ou talvez deflorada, a jovem Maria José:

Disse mais a ofendida que esse fato se dera em ocasião que seu avô saíra a procura de recursos para sua avó, que se achava enferma e de cama, e que fora pelo denunciado constrangida a se lhe entregar<sup>234</sup>.

Apesar da declaração de Maria José, os autos para a formulação da culpa passam pelo corpo delito, que pode ser tratado como um capítulo à parte, devido ao vôo que a imaginação pode dar:

após a confissão da ofendida, ressalta a criminalidade do denunciado, confirmada pelo auto de corpo delito em que os peritos afirmam o defloramento pela ruptura do hymen em trez partes já cicatrizados e o alargamento da vagina. Assim sendo ocorreu o denunciado na sanção do art. 268 do cod. Penal em atenção a ter incorrido no art. 267 comb. Com o art. 272 ambos do citado, pelo que se oferece esta, que se espera seja recebida e afinal provada, para punição do delinquente a condenação ao dano causado, que se avalia em 1:000\$000<sup>235</sup>.

A órfã Maria José dos Santos tem a sua virgindade arbitrada em um conto de réis. A transmutação do dano para o valor não causa tanto estranhamento, já que esse procedimento é praxe no Judiciário. O que causa estranhamento é, pois, o modo pelo qual o crime foi confirmado. As mulheres, moradoras do campo, eram subordinadas ao poder viril — Maria José era jovem e já havia sido prometida em casamento. Como vimos, as questões de classe estão aqui assinaladas e colocam em evidência a situação da mulher<sup>236</sup>.

Longe das estruturas que permitiam uma melhor condição de vida e sob o jugo que o poder másculo impõe, muitas mulheres são levadas a pensar que, por graça divina, estão debaixo desse poder. Talvez não conseguissem impor uma resistência ( e isso é bem provável) que as protegesse desses fortuitos e desses marcantes casos. Vemos que a família cobra os seus prejuízos e traz a honra como coadjuvante disso. Desonrada e pobre: são, pois, dois atributos que a família usa como argumentação para tecer a justificativa que reivindica a valoração do fato. Sabemos, porém, o quão caro era para uma mulher ser desonrada, muito mais isso se agravava nas camadas pobres. Assim, a descrição que segue ao processo diz ser a órfã menina paupérrima, já prometida a um consórcio do qual a sua família muito gosto fazia.

O processo que foi instaurado sobre a órfã Maria José dos Santos apresenta um texto

<sup>234</sup> APERGS. Secretaria da Justiça. Cartório Cível e Crime de São Francisco de Paula. Maço 5.

<sup>235</sup> APERGS. Secretaria da Justiça. Cartório Cível e Crime de São Francisco de Paula. Maço 5.

<sup>236</sup> PEDRO, 1994, op. cit., p.84.

relativamente curto, porém há grandes questões colocadas como cerne da reflexão sobre a distinção dos sujeitos — traz, realmente, os meandros da vida feminina naquela época. Nesse caso podemos ver os avanços e os retrocessos históricos em relação a esse sujeito feminino e não raro as permanências explícitas no cotidiano<sup>237</sup>.

### 3.2 O corpo como prova da lascívia

Retomando as questões referentes aos autos que formularam a culpa de Benjamim Nunes de Oliveira, trarei na íntegra a descrição do exame de corpo delito, por entender que nele estão as questões mais minuciosas relativas ao corpo. Sei que deste pequeno texto incorrem as muitas subjetividades, fórmulas para reconstrução do ser, ante o devir:

Aos treze dias do mez de julho do ano de mil novecentos e doze, ao meio dia, neste districto, no lugar denominado Mulada, presentes ahi o subdelegado de policia Virgilio Christino Ramos, comigo escrivão distrital, servido na falta de privativo, os peritos notificados, José de Souza Brito e Firmino José Pacheco Horn, casados, não profissionaes, residentes neste districto e as testemunhas José Alcino do Amaral e Constante Barbosa, também aqui residentes o sub-delegado deferiu o compromisso de bem e fielmente desempenharem a sua missão declarando com verdade o que descobrirem e encontrarem, e aqui em suas consciencias entenderem e recomendou que procedessem o exame em Maria José dos Santos e respondessem aos quesitos seguintes: 1º quesito, si houve defloramento, 2º quesito, se é recente ou antigo; 3º quesito, qual o meio empregado; 4º quesito, si houve copula carnal; 5º quesito, finalmente qual o valor do dano causado. Em consequencia passavam os peritos a fazer os exames e investigações ordenadas, e as que consideraram necessarias, concluindo tudo declararam o seguinte: que reconhecida e disposta a menor Maria José dos santos, menor filha de Antonio Ignácio dos santos e carolina Marçal da Silva, fallecidos, que é de estatura mediana, clara, robusta e desenvolvida com quatorze anos de idade completos. Examinados os órgãos genitais se verificou que os grandes labios na parte interna estão de cor pálida e os pequenos espichados, o hymem rompido, porém cicatrizados as tres partes da ruptura, denotando ser superior a trinta dias. O orificio e canal da vagina amplo e desenvolvido. E portanto respondem: ao 1º quesito, sim. Ao 2º antigo. Ao 3º provavelmente o membro viril, ao 4º, presume-se houvesse copula carnal. E finalmente quanto ao valor do dano causado elles o arbitraram em um conto de réis e são estas as declarações que em suas consequencias e debaixo do compromisso prestado, tem a fazer. E por nada mais haver deu-se por findo o exame, ordenado, e para constar lavrou-se este auto, que vai escrito por mim rubricado pelo sub-delegado por este assignado e pelos peritos e testemunhas comigo, Henrique de Oliveira Pinto, escrivão districtal que o fez e escrevi, do que dou fé<sup>238</sup>.

<sup>237</sup> SILVA DIAS, 1992, op. cit., p. 45.

<sup>238</sup> APERGS' Secretaria da Justiça. Cartório Cível e Crime de São Francisco de Paula. Maço 5.

Levando-se em consideração o imaginário sobre os corpos, pode-se reconhecer aqui o sofrimento que era para uma mulher não ser mais virgem<sup>239</sup>. De fato, o corpo também se traduz como símbolo da distinção, significando, portanto, a origem, o sentimento de pertencer entre aquelas mulheres distintas e as não-distintas<sup>240</sup>. O corpo também amedronta: é dele que provêm os inconvenientes do ser mulher. Devem-se-lhe as particularidades que farão desta ou daquela serem associadas a determinados segmentos da sociedade. É um desafio para mim reconstituir a cena acima descrita. Digna de nota, não posso, porém, deixar de imaginar a cena. Figuraria em qualquer lugar perdido do passado se aqui não estivesse para registrar o ocorrido. Não posso deixar de ver e mergulhar nesse passado: Maria Francisca, a vítima conduzida a uma cama, examinada por peritos não-profissionais segundo os autos, que tecem a morfologia e a anatomia do seu corpo. Para o conhecimento da causa que haviam sido designados, os peritos responderam prontamente o roteiro que relatara a consumação do ato, dizendo também sobre a antigüidade do fato.

Na vida de Maria José, o pecado havia sido deflagrado, o corpo havia sido corrompido e para ela: o que lhe restava? Essa indagação extrapola o meu universo da pesquisa, mas tampouco posso deixar de fazê-la. Não estendo somente a Maria José mas também o que restava a qualquer mulher, vítima ou ré. De fato, o mundo ainda estaria no mesmo lugar e os dias teriam que ser vividos. E, para não colocar somente a fala da vítima, vejamos o que responde Benjamin Nunes de Oliveira sobre o caso:

(...)Respondeu Benjamin Nunes de Oliveira, com trinta e dois anos de idade, casado, natural deste Estado, residente neste município há quatorze anos. Quais são os seus meios de vida e profissão? Respondeu ser lavrador. Onde estava ao tempo que se diz o que aconteceu este crime? Respondeu que estava em sua casa no segundo distrito desse município. Se conhece as pessoas que depuzeram contra ele e desde que tempo? Respondeu que conhece há muitos anos. Se tem, algum motivo particular a que atribua a denúncia? Respondeu que não. Se tem factos a allegar ou provas que justifique a sua inocência. Respondeu que tem, e como nada mais disse nem lhe foi perguntado, deu o juiz por findo este interrogatório. E mandou lavar o presente deste, que depois de lido e achado conforme assigna com o réu, do que fé, a argumentação da defesa<sup>241</sup>.

Ao descrever a jovem Maria José, os autos nos contam que esta era menina branca e

<sup>239</sup> PEDRO, Joana Maria. As representações do corpo feminino nas práticas contraceptivas, abortivas e no infanticídio - século XX. In: SANTOS DE MATOS Maria Izilda; SOIHET, Rachel (orgs.). *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Editora da UNESP, 2003. p. 159.

<sup>240</sup> FAY, Cláudia Musa. As imagens de Paris através do olhar dos impressionistas. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). *História cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

<sup>241</sup> APERGS. Secretaria da Justiça. Cartório Cível e Crime de São Francisco de Paula. Maço 5.

robusta. O mistério do passado permite-nos traçar imaginativamente o que lhe aconteceu naquele dia — com algum sintoma de realidade e verdade —, já que uma verdade inteira nos seria impossível relatar. Portanto, mediante os interrogatórios, a materialidade dos papéis é real, palpável e representa algo concreto — é, deste modo, a materialidade do passado. Um passado que evidencia um lado apenas — mas, baseado nisso, sabemos que vítima e réu se entrecruzaram.

De um lado, era uma menina branca e robusta, porém órfã e pobre; de outro, um lavrador, proprietário de gado, casado. Vítima da lascívia e do mau dizer, Maria Francisca pode sim ter resistido a um casamento arranjado, mesmo que desse dia em diante figurasse entre as mulheres proibidas, aquelas que não mais possuíam o benefício da virgindade. Seu instrumento de poder havia sido entregue ao algoz Benjamin Nunes de Oliveira.

### 3.3 Algumas Histórias, um final

Os significados da subjugação podem ser desde ficar mal-falada e nisso ter uma vida inteira de hostilidades, de privações, de uma vida pública confortável ou mais tolerante. Sabemos que há um abismo que divide as mulheres boas das más, as bem-faladas das mal-faladas, o que quase sempre é pautado pela classe a que a mulher pertence. Há aquelas em que a única maneira de se tornarem sujeitos é através do casamento; há aquelas que subvertem e vivem à margem, no entre-lugar, o qual as subjuga a uma vida cheia de privações. As privações são as mais diversas, indo contra o costume. Observamos que os rechaços são as marcas do cotidiano<sup>242</sup>.

O processo que Maria José figura como vítima e que Benjamin Nunes de Oliveira figura como réu é um processo relativamente curto, com 58 páginas, nas quais vemos as intimações, as denúncias, o corpo delito. Após os autos desse corpo, dos relatórios, existem alguns certificados judiciais: há também a data, a remessa, as intimações. Há, sobretudo, uma intimação que evidencia que o réu não foi facilmente citado para que se retratasse diante da denúncia:

---

<sup>242</sup> SILVA DIAS, Maria Odila Leite da. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

Certifico que em cumprimento do mandato retro, fui neste município na residência de Benjamin Nunes de Oliveira, não o intimando por não o ter encontrado; constando-me que o mesmo se acha foragido; e deixei de intimar a ofendida e testemunhas por não ter encontrado o denunciado. O referido é verdade e dou fé<sup>243</sup>.

No momento das intimações, Benjamin Nunes de Oliveira já era considerado foragido. Podemos tecer a trama dessa história, podemos enfim alcançar aquele dia, se pensarmos, contudo, na movimentação que esse acontecimento causou. Era uma cidade que à época contava com menos habitantes na urbe do que no meio rural. Imaginemos, pois, uma comunidade rural que tem muitas casas, mais indivíduos que a cidade, uma vida relativamente agitada — ou pelo menos mais movimentada que a cidade<sup>244</sup>. Seria inconveniente precisar o número, pois não possuo esse dado. Contudo, sabemos que são muitos os que moram no campo neste momento em que as cidades estão em franco processo de expansão e que já existe uma tímida e incipiente industrialização<sup>245</sup>.

Destaca-se agora que as representações dos discursos que sinalizam a realidade são evidentes nas posições a que são submetidas às mulheres. Na construção da defesa e nas formulações que tangenciam o universo feminino, percebemos as diferenças das que são pobres, prostitutas ou simplesmente órfãs — aqui, há uma justaposição dos discursos que instigam a análise. No dia 03 de julho de 1912, a Promotoria denuncia Benjamin Nunes de Oliveira, segundo penas que decorrem do Artigo 268, Art. 267, combinado com o Artigo 272, ambos do Código Penal. Entretanto, a sua defesa diz não ter à Promotoria provas suficientes. Ainda,

não existem provas nem indícios veementes da criminalidade do acusado, como vamos demonstrar.

A ofendida Maria José dos Santos depondo, vide 1ª narra o fato que deu origem a denúncia. Mas indiscutível é que a ofendida é testemunha inábil, porque,

Tramarino na sua obra “A lógica das provas” em matéria crime, tradução de Alves de Sá tratando os defeitos do testemunho da ofendida diz:

Duas são, pois, as espécies a que se reduzem todas as suspeitas derivadas da pessoa da testemunha:

Suspeitas de engano e suspeitas e vontade de enganar. Por isso opina Viveiros de Castro: as declarações da ofendida devem ser recebidas com prudência e reserva do juiz confirmadas por outros elementos. Delitos contra a honra da mulher p.77 *Inline*. No caso vertente, porém, a afirmação da ofendida é despida de toda e qualquer prova porquanto:

a) as testemunhas Ignácio Xavier dos Santos, Francisco Xavier dos Santos, avô e tios da ofendida, vem apenas reproduzir em juízo o que lhes narrara a menor; juridicamente, nada adiantam e não servem, portanto, de amparo as declarações da

<sup>243</sup> APERGS. Secretaria da Justiça. Cartório Cível e Crime de São Francisco de Paula. Maço 5.

<sup>244</sup> SILVA TEIXEIRA, 2002, op. cit.

<sup>245</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.

ofendida, e muito menos

b) o auto de corpo de delito em virtude do qual o defloramento antigo, superior a trinta dias, vide prazo em que nenhum dado mais habilita discriminar época.<sup>246</sup>

A vontade de enganar seria algo próprio da mulher esse comportamento, segundo considera a defesa de Benjamin Nunes de Oliveira. Maria José estaria em conluio com os seus familiares para enganar, formulando, assim, uma defesa amparada na Literatura Criminal que discriminava os atos passíveis da Humanidade<sup>247</sup>.

Dentro da fórmula engano e vontade de enganar, reconhecemos os entremeios que surgem com as palavras, direcionadas ao sujeito feminino<sup>248</sup> — ainda que formular defesas seja próprio para o advogado responsável pelo caso, ainda que todas as variáveis pudessem não encaixar. Mesmo assim, esse discurso encontra ressonância naqueles que pensam a mulher dessa forma — como se sabe, segundo Maria Izilda de Santos Matos, os discursos religiosos e médicos corroboram essa análise<sup>249</sup>. O que seguirá à argumentação da defesa parece mais emblemático ainda. Possivelmente, aqui, Benjamin Nunes de Oliveira encontraria respaldo e seria por fim absolvido.

Esta fraquíssima prova da acusação ficou destruída por completo pelas testemunhas da defesa que afirmam:

a) que José Xavier dos Santos declarou a elas há mais de um ano que ele José Xavier dos Santos foi o autor do defloramento da menor, neta do velho Ignacio Xavier dos Santos.

b) que José Xavier dos Santos, irmão de Francisco Xavier dos Santos, ex noivo da menor antes de contar o fato as testemunhas trabalhou dois meses em casa de Ignacio Xavier dos Santos, avô da ofendida.

c) que a família deste não é uma família respeitável e séria porque tem relações com as prostitutas que frequentam a casa do velho Ignacio para encontrar-se com os sobrinhos deste e a ofendida.

d) que o denunciado que é homem sério e trabalhador, retirou o gado do campo do velho Ignacio porque o venderá a Godofredo José de Freitas. Disto se deduz:

Que o amplo e desenvolvido canal da vagina, isto é, a grande dilatação da vagina, indica que, na espécie não retrata de uma virgem deflorada e máxima considerando que ela viveu e vive em companhia de prostitutas; finalmente.

Que em vista do exposto, a denuncia deve ser julgada, data venia, imprudente, em face do princípio:

Actore non probante reus absolvitur<sup>250</sup>.

Demonstrou com seu discurso a defesa de Benjamin Nunes de Oliveira, baseado em

<sup>246</sup> APERGS. Secretaria da Justiça. Cartório Cível e Crime de São Francisco de Paula. Maço 5.

<sup>247</sup> APERGS. Secretaria da Justiça. Cartório Cível e Crime de São Francisco de Paula. Maço 5

<sup>248</sup> APERGS. Secretaria da Justiça. Cartório Cível e Crime de São Francisco de Paula. Maço 5

<sup>249</sup> SANTOS DE MATOS, Maria Izilda. *Meu lar é o botequim: alcoolismo e masculinidades*. São Paulo: Companhia Editorial, 2000.

<sup>250</sup> APERGS. Secretaria da Justiça. Cartório Cível e Crime de São Francisco de Paula. Maço 5.

conhecimento específico sobre os casos criminais, a improbidade do caso e da acusação. Estava, portanto, consumado o destino que seguiria Maria José dos Santos — ainda sobre a custódia dos seus avós —, o crime que havia agitado e mobilizado algumas pessoas da comunidade. Vejamos o que arbitra o juiz:

Na conclusão do processo, Benjamin Nunes de Oliveira é denunciado, como incurso na sanção do Art. 268 do Cod. Penal, pelo fato descrito na denuncia de fls., isto é, por crime de estupro. A figura delituosa em questão, integra-se quando concorrem os dois elementos componentes:

a) a violência

b) a cópula

O primeiro elemento, isto é, a violência, no caso, é presumida e decorre, nos termos do Art. 272.

A ofendida afirma são quatorze anos, a prova testemunhal e a acusação não contesta. O segundo elemento é também afirmado pela ofendida, mas negado pela defesa é necessário, pois, ir buscar outros elementos de convicção. A narração da ofendida é inconcebível e repugna ao bom senso. A prova testemunhal humana das declarações da ofendida. Entretanto contra tudo a opôs os depoimentos das testemunhas de fls. 4,35,36 e 38.

É como que, José Xavier dos Santos, depondo o fls. Nega ter sido o autor do defloramento da ofendida, mas o que não da afirmar que: está disposto a casar-se com a menor ofendida, uma vez que ela queira. Esta afirmativa si não bem valeu para destruir a negativa inicial, serve, entretanto, para se não a duvida, e na duvida a decisão deve ser favorável ao acusado. Nestas condições, considerando, que não está provado, nos autos, ter sido o acusado copula com a offendida; e considerando que, faltando este quesito, deixe de se entregar a figura delituosa. Não pronuncio o acusado Benjamin Nunes de Oliveira.

Custas pelo Estado<sup>251</sup>.

Não pronunciado, o que nos relata os autos, Benjamin fora absolvido. São os relatos das fontes referentes a esse caso, os quais teço a análise. Às fontes escritas, oficiais e oficiosas, acrescentam-se e se mesclam as versões interpretativas e os boatos tecidos no cotidiano, incluindo o mal-dizer, os detalhes colhidos pelo ouvir contar, e acabando por fazer, de cada evento acontecido, um provável teria sido.

Provavelmente as declarações acerca dos atos de Benjamin e de Maria Francisca ficariam perdidas nesse duvidoso “teria sido”, porque o contato com os autos pouco tempo depois se perderia — até que os indivíduos se ocupassem de outros casos, até que a vida encarregasse de colocar tudo no seu devido lugar, modernamente falando. Colocar as coisas em seu lugar implicaria Maria José arranjar-se com o primo, disposto a reparar-lhe o mal feito por outrem, Benjamin voltar para casa e ser aceito como inocente, ainda que se saiba a controvérsia que paira em relação à sua inocência. Às outras mulheres, deveriam ficar no

<sup>251</sup> APERGS. Secretaria da Justiça. Cartório Cível e Crime de São Francisco de Paula. Maço 5.



lugar que ocupavam desde os tempos imemoriais — a resistência, aqui, só apareceria em doses imperceptíveis para que não alterasse a ordem natural das coisas.

Isso explica o que fez Ângela Amália permanecer — segundo testemunhas, e é o que nos conta os autos, no seu lugar. Pobre infeliz, distinguiu-a um vizinho que lhe conheceu desde que viera morar no lugarejo denominado Linha Edith. Ela estava, pois, em universo cercado de privações — desde que casou com Rostirollo Sebastião, a vida lhe era demasiada dura. Naquele 05 de julho de 1917, já era viúva, com 43 anos de idade, presa, na cadeia civil da vila denominada São Francisco de Paula de Cima da Serra:

(...) Pelo exposto, que é confissão espontânea da denunciada fica perante a autoridade policial do distrito, embora não coerente com as declarações posteriores na inquirição procedida na sala de audiências desse juízo, está plenamente provado que a denunciada Ângela Amália Mascarello na madrugada do dia cinco de julho do corrente ano, causou a morte de seu marido Rostirollo Sebastião, e que seu filho de nome Antônio presenciou o facto como verifica no relatório da autoridade policial e mais peças que a esta acompanham<sup>252</sup>.

Vemos, sobretudo, nesse processo contra Ângela Amália a ruptura: para se desvencilhar do seu algoz, ela cometeu o crime que todos lhe cobriam, inclusive os seus filhos, testemunhas do atentado.

Pensamos, porém, no quanto aquela vida havia sido dura até ali, como nos descreve os autos do processo e a voz das testemunhas. De fato, os maus tratos fizeram cotidianamente parte da vida feminina — o que resta é afugentar essas desordeiras.<sup>253</sup>

Vale trazer agora o pensamento de Raquel Soihet que trata sobre a violência doméstica sofrida pelas mulheres ao investigá-las na ordem urbana.

Ao comportamento condenável de espancar sua esposa e de comprometer a formação dos filhos, opondo-se as exigências morais da nova ordem, Marcolino não mais desempenhava seu papel prioritário na família, ou seja, “não mais cuidava de seu trabalho; sendo a depoente quem fazia o serviço da lavoura e do fabrico de carvão”.

Contrariando às expectativas, invertiam-se o papéis. E, continuava Arminda a narrativa do seu drama, que culminava num quadro escabroso com tentativas de Marcolino de “rasgá-la”, introduzindo os dedos no seu ânus, ameaçando tirar-lhe a

<sup>252</sup> APERGS. Secretaria da Justiça. Cartório Cível e Crime de São Francisco de Paula. Maço 1.

<sup>253</sup> Utilizamos aqui o termo *desordeiras*, pois a “desordem” parecia incidir mais sobre as mulheres. É recorrente nos processos o termo, motivo das prisões.

vida<sup>254</sup>.

Também se deve destacar que a violência sexual representa uma das tantas faces da violência doméstica que irá permear as relações entre homem e mulher e que por vezes encontram resistência feminina, haja vista o caso de Ângela Amália. Além disso, a tortura física, moral por que passavam mulheres e filhos é algo recorrente nos depoimentos que estudamos. Indícios de subversão e resistência são menos comuns — porém, eles existem. O mais comum são processos que tratam de defloramentos, uma violência eminentemente sexual, em que poucas vezes se ouve a voz da vítima.

Nos documentos que examinei, isto é, nos processos-crime e nos relatórios criminais, Ângela Amália salta aos olhos, pois é a única em um conjunto de processos que vai de 1910 a 1930 a assassinar aquele que lhe impunha uma pesada pena cotidiana. Com efeito, a pena judicial já não lhe era tão assombrosa quanto a pena que vivia ao lado de Sebastião. Por isso:

Historiadores de hoje têm em conta que o fazer histórico — ou seja, a construção de uma narrativa sobre o acontecido — envolve estratégias ficcionais de reconstituição do fato ocorrido, onde se preenchem lacunas e silêncios, tal como se realizam opções na seleção das marcas de historicidade e da sua combinação em um enredo, se valendo as estratégias argumentativas de convencimento que, através de uma retórica bem articulada, constroem as versões plausíveis, verossímeis, factíveis. Como teria dito Walter Benjamin, o historiador volta ao passado para concluir um inacabamento.<sup>255</sup>

Inacabadas estariam, pois, as histórias de Ângela, de Maria e de Zeferina. Coexistiram entre conflitos e consensos, estiveram perto do abismo e perto da libertação — esta é ambígua, podendo a libertação estar por demasiado perto de uma nova clausura. O fato é que existe singularidade na vida destas agentes instauradoras de uma outra realidade, de um outro real, pontuado pelos reveses do cotidiano, codificado pela imprensa, sempre presente para situar o homem.

Na linha Elizabeth, estava Ângela Amália, na cozinha da casa que foi sua e de Sebastião. No quarto jazia o corpo apunhalado: isso é o que relata o primeiro relatório do processo; em contrapartida, os peritos que foram até o local fazer o exame que comprovou a morte escrevem de modo diverso, seguindo o roteiro estabelecido pelos autos de corpo delicto. Deste modo, relataram:

<sup>254</sup> SOIHET, 2007, op. cit., p. 372.

<sup>255</sup> PESAVENTO, Sandra J. *Os sete pecados da capital*. Porto Alegre: Hucitec, 2008. p. 17.

em consequência passaram os peritos a fazerem os exames e investigações ordenados e os que considerarem necessarios concluido tudo declaram o seguinte. Que em uma sala e único compartimento da casa, em uma cama própria para casal na beira de fora se achava o cadáver de Rostirollo Sebastião deitado de costas, cobertos até os peitos, cabeça recostada num travesseiro, a mão direita em cima do peito e a esquerda no baixo abdômen, pernas estendidas, olhos fechados, boca aberta, que passaram a examinar o corpo encontraram um ferimento que partiu a região anterior do pescoço e foi atingir as regiões laterais, esquerda e direita cortando o oco do pescoço na profundidade de uma polegada, e que portanto respondem ao primeiro quesito, sim, ao segundo, instrumento cortante pesado; ao terceiro, sim; ao quarto, quinto, sexto, sim-não e ao oitavo finalmente arbitraram o dano causado em doze contos de réis (12000\$000) e são estas as declarações que em suas consecuencias e debaixo o compromisso prestado tem a fazer, o senhor sub-delegado apreendeu uma machadinha que foi encontrada na comp., digo na cama onde estava o cadáver, por nada mais haver deu-se por findo, o exame referido e de tudo lavrou-se o presente auto que depois de lido e assignado pelo sub-delegado e testemunhas<sup>256</sup>.

Na riqueza dos detalhes de que nos fala o processo, podemos reconhecer as penas que ainda tiveram que padecer todos os envolvidos nesse caso: Ângela Amália permaneceu na cozinha com seus filhos até que o dia amanhecesse. Os fantasmas deste dia certamente nunca se apagaram; certamente, não era confortável o destino a que uma mulher pobre, lavradora e assassina estava submetida. Mas a coragem que Ângela Amália mostrou ao romper com o cotidiano até ali estabelecido, sob pena do rechaço e da cadeia a que foi submetida, podendo inclusive perder a guarda de seus filhos, nos traz os sinais do desespero que fazia parte da sua vida.

Ainda, os maus tratos serão falados pela ré no relatório policial que dará conta do ocorrido naquele dia:

No dia cinco do corrente mês ao meio dia fui avisado pelo senhor subintendente deste distrito do fato de que tratam estes autos, tomei as providencias cabíveis e concluindo o exame no cadáver de Rostirollo Sebastião, perguntei sua mulher Ângela Mascarello como tinha se dado tão violento atentado, respondeu-me; que de todas os tempos seu marido Rostirollo a jurava e lhe maltratava muito; que as vezes ameaçava deixá-lo e ir para casa de seu pai, ouvindo sempre; se assim procederes lá te matarei, que especialmente quando embriagado também machucava seus filhinhos, isto desde quinze dias após o casamento, conforme prova com seus vizinhos. Que o dia antes do ocorrido tinha saído de casa bem disposto e alegre com o fim de comprar um porco gordo, voltando muito tarde da noite sem trazer o referido porco que ela depoente levantara para aprontar a janta, seu marido resolveu que havia comer sopa no pão, que a testemunha lhe fez ver que não havia pão em casa e então travou-se a discussão. Nesse ponto Rostirollo começou a comer sallame e ella testemunha foi deitar-se. Dahi algum tempo entrou no quarto Rostirollo com uma machadinha na mão dizendo: hoje não estamos em São Marcos, onde há autoridades, se me contares historias te farei em pedacinhos, soltou a machadinha em cima da cama, botou algum dinheiro em baixo do travesseiro, tirou o paletot e deitou-se de costas, fechando os

<sup>256</sup> APERGS. Secretaria da Justiça. Cartório Cível e Crime de São Francisco de Paula. Maço 1.

olhos ficou como a dormir, tinha o lampião aceso e seus filhinhos, um de quatorze para quinze anos acordados. Que ella tomada de medo do marido dera-lhe dois fortes talhos no pescoço com a machadinha que estava em cima da cama, vindo-lhe a morte instantanea, que em seguida chamando seus filhinhos para a cosinha esperou o dia logo que amanheceu fora a casa de seu vizinho mais próximo pedir que esse comunicasse a autoridade competente como foi feito. Enqueri os filhos que, talvez ensinados, cumpriram o que a mãe havia dito. Cumpre-me dizer que tudo que foi dito pode ser uma boa arrumação da acusada nessas condições efetuei a prisão da mesma que acompanhava estes autos para o senhor coronel delegado deste município para os fins convenientes<sup>257</sup>.

Tem-se aqui “uma boa arrumação” da acusada, da mulher e de suas imagens de dissimulada. Ao reconhecermos o discurso criminal em consonância ao universo em que as mulheres estão inscritas, vemos que a arte da dissimulação é algo pertencente ao reino feminino. As provas testemunhais nesse momento teriam que ser averiguadas, pois tudo poderia ser um grande arranjo de Ângela.

No termo de declaração prestado pela indiciada Ângela Mascarello, temos também a riqueza dos processos-crime no que concerne às informações sobre o crime — isso nos permite analisar os conteúdos e os discursos recorrentes. Ao falar sobre o seu marido e contar como ocorreu o crime:

(...) o qual caiu banhado em sangue. Em nessa ocasião ela depoente retirou-se para a cozinha não vendo mais seu marido que não sabe se matou ou não. Disse mais que está certa que seu marido na ocasião que agrediu-a no quarto tinha tensões de assassiná-la pois que desde os primeiros dias após o casamento seu marido a espancou-lhe não só ela como a seus onze filhos tendo o mais velho de seus filhos quatorze para quinze anos. Disse, finalmente, que se assim procedeu, vendo-se obrigada a matar seu marido foi só não para defender sua vida como a seus filhinhos pois que seu dito marido ameaçava matá-los todos, tanto assim que alguns anos estando a depoente grávida seu marido na ocasião que a espancava dando-lhe pontapés no ventre e arrastando-a pelos cabelos matou seu filho que estava para nascer como é publico no distrito onde mora. E como nada mais disse.<sup>(258 ...)</sup>

Como se sabe, outras mulheres sofreram situações similares às de Ângela Amália: há muitos processos sobre espancamentos, das mais diversas ordens, com diferentes motivações e com características peculiares. Estreitamos, porém, nossos laços com Ângela Amália, Zeferina Ferreira, as meninas Maria José e Maria Francisca, Sebastiana, Ambrosina de Tal, Ana e Maria José dos Santos.

Sem sombra de dúvida, é raro na sociedade patriarcal encontrarmos comportamentos

<sup>257</sup> APERGS. Secretaria da Justiça. Cartório Cível e Crime de São Francisco de Paula. Maço 1.

<sup>258</sup> APERGS. Secretaria da Justiça. Cartório Cível e Crime de São Francisco de Paula. Maço 1.

masculinos que mereçam ocupar um status de atípico. Em geral, os homens quase sempre mantêm o que está explícito ou implícito nos códigos de conduta. Nos casos de defloramento, as mulheres teriam provocado a reação masculina para tal violência. Nos casos de infanticídio e suicídio, as mulheres têm um fraco pensar, por isso agem desmedidamente<sup>259</sup>.

Em 11 de julho, foi pedida a prisão preventiva da ré Ângela Amália — esta não sabe ler e nem escrever. Devo frisar que há uma controvérsia nesse momento do depoimento: a ré diz ter 33 anos de idade, diz ser natural da Itália, ter como profissão os serviços domésticos e o trabalho na lavoura — isso se opõe, todavia, ao seu primeiro depoimento que diz ser natural da freguesia de São Francisco de Paula e ter 43 anos.

Na página 23 do processo, tem-se o depoimento da primeira testemunha, o filho Antônio Luiz Rostirollo, de 14 para 15 anos de idade, solteiro, natural daquela cidade, segundo constam nos autos do processo, “daquele Estado”. Ele disse ser filho da vítima e da ré. Seu pai

Sebastião Rostirollo chegando a casa pediu a sua mãe com muitos bons modos logo respondeu que somente havia em casa para comer era salame, feijão e outras cousas e seu pai com muito bons modos respondeu que queria sopa no pão, ponderando sua mãe que em casa não havia pão e assim foi que seu pae entrou no quarto de dormir do casal trazendo consigo uma machadinha na mão direita vendo allí sua mãe disse a esta o seguinte;

Hoje não estamos em São Marcos onde há autoridades e se me conta historias te farei em pedacinhos, e proferidas que foram estas palavras colocou a machadinha em cima da cama do casal, tirou o casaco que vestia e guardou o dinheiro que trazia debaixo do travesseiro, deitou de brusos na dita cama e pareceu que estava com os olhos fechados como quem dorme, ou dormindo mesmo que ele depoente neste ponto não pode afirmar se de facto seu pai dormiu logo ou não. Disse mais que em tudo isto estava acesa em lampião e tanto ele depoente como seus irmãos menores de nomes: Francisco, Maria, Ângelo, Virginia e os demais pequenos estavam todos acordados devido ao medo que tinham do seu pae, que sua mãe também tomada de medo igualmente estava acordada e assim foi que de repente seu pae disse que só esperava que todos dormissem e que sua mãe lhe pagaria pelo que sua mãe tirou-lhe a machadinha e com a mesma a deu-lhe pois talhos no pescoço de seu pai ferindo ao mesmo e causando-lhe a morte. Chamando sua mãe, a dele depoente e aos seus irmãos menores para irem para a cozinha, o que aconteceu e onde eles esperaram o dia logo que amanheceu sua mãe foi chamar o vizinho João para este dar parte a autoridade. Disse mais que sua mãe teve razões para assim proceder porque era maltratada por seu pai, que este não tinha razões porque sua mãe procedia muito bem e que em vista dos mãos tratos que lhe dava seu pai, sua mãe vivia com a cabeça atordoada, parecendo até que estava fora do juízo e já vivia cansada de tantos sofrimentos que lhe causava seu pai. E como nada mais disse deu o juiz por findo este depoimento que sendo lido foi achado conforme assina o juiz<sup>260</sup>.

<sup>259</sup> AHERGS. Secretaria da Justiça. Cartório Cível e Crime de São Francisco de Paula. Maço 4

<sup>260</sup> APERGS. Secretaria da Justiça. Cartório Cível e Crime de São Francisco de Paula. Maço 1.

A segunda testemunha, José Perossi, com 53 anos de idade, casado, natural da Itália, lavrador e residente no Município de São Francisco de Paula de Cima da Serra, no dia 16 de agosto de 1917, prestou o compromisso legal de depor no caso Rostirollo Sebastião e Maria Amália Mascarello:

(...) que ele depoente afirma que a ré Ângela Amália era uma mártir, vivia continuamente espancada por seu marido Sebastião Rostirollo, principalmente quando elle estava embriagado; pois que muitas vezes Ângela Amália para livrar-se dos mãos tratos do seu marido e evitar de ser espancada, Ângela fugia para a casa dele depoente, que assim evitava e livrava Ângela das mãos de seu marido e por isso ele depoente pensa que Ângela Amália teve razão no fato que cometeu, por quanto já estava cansada de sofrer continuamente há dezesseis anos, mais ou menos, e esse infeliz casal sempre foi vizinho dele depoente. Razão porque ele depoente pode afirmar a que acaba de dizer sobre a vida íntima do dito casal. Como também acredita ser verdade o que Ângela disse-lhe com relação ao fato narrado por ela. E como nada mais disse nem lhe foi perguntado deu-se por findo<sup>261</sup>

A voz das testemunhas parece esclarecer aquele momento específico da vida daquela mulher: parece penetrar a vida privada, o cotidiano doméstico em que estava inserida Ângela Amália. Tem-se, mais do que nunca, o penar da falta do alimento, a privação de uma vida com significados maiores que apenas os afazeres de um dia após o outro. Finalmente, ela foi absolvida, passou pelo inquérito e foi atestada inocente, assim como Zeferina Ferreira.

Outros casos não foram solucionados: as irmãs Maria Francisca e Maria José permaneceram onde estavam, o pai não foi preso e não pagou pela abreviação da primeira mocidade. Sebastiana, Ambrosina de Tal, juntamente com as outras mulheres defloradas dessa história permaneceram “de Tal” — uma metáfora que simboliza a pouca consideração que é dada às violências sofridas pelas mulheres e que atesta o seu anonimato naquele início de século XX nos Campos de Cima da Serra.

---

<sup>261</sup> APERGS. Secretaria da Justiça. Cartório Cível e Crime de São Francisco de Paula. Maço 1.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizar esta Micro-História das mulheres dos Campos de Cima da Serra e considerar aspectos relevantes que contribuem para uma História do sujeito feminino relacionado ao sujeito masculino são os objetivos alcançados neste trabalho de pesquisa. Mais do que nunca, responder a questões objetivas é o princípio norteador da ciência. Como se sabe, objetivos, justificativas e problemas fazem parte do cotidiano do pesquisador. Entretanto, este trabalho também foi guiado pelas questões subjetivas do sujeito, também se inspirando em uma História das Sensibilidades. Por isso, a conclusão parece ser o momento mais difícil: diagnosticar comportamentos masculinos e femininos e inseri-los neste ou naquele escaninho nunca foi o alvo desta análise — tampouco, chegar através das fontes ao que de fato aconteceu, buscando, desta maneira, uma verdade questionável — porque a verdade, sobretudo, polemiza.

Mas é prudente refletir sobre algumas questões que ocorreram desde o início desta trajetória — entre estas, a mulher, o homem e a violência. Recordo, agora, uma metáfora empregada por Rodrigo de Azevedo Weimer em sua pesquisa sobre a região: “É possível que eu tenha tentado abrir janelas que não foram descerradas totalmente. Em todo o caso, diante da penumbra, algumas frestas são bem-vindas, e podem facilitar sua abertura posterior” (WEIMER, 2008, op. cit., p.333).

Assim, as frestas abertas apresentam meninas que, na ordem do dia, conviviam com a violência perpetrada pelo sujeito masculino. As frestas ainda evidenciam que, na consolidação dos ideais positivistas do ser homem e do ser mulher, surgem as contravenções. Sim, porque as Ambrosinas de Tal que, antes de dançar querem tomar um trago, não fazem parte dos ideais relacionados aos sexos no emblemático início do século XX.

Há, ainda, na esteira da Modernidade, a reflexão renitente a respeito da mulher do campo — esta última tão presente no cotidiano daquelas sociedades que têm na ruralidade a sua marca, e ao mesmo tempo tão ausente dos escritos históricos. Os estudos que foram utilizados na formulação desta escrita e que influenciaram de alguma forma esta narrativa nos trazem à tona uma mulher que não faz parte desse cotidiano estabelecido como mote para se pensar esse feminino. Deste modo, sublinho os múltiplos femininos que fazem parte da

História e que muitas vezes apenas consideramos um destes aspectos. De fato, analisando os dados de que dispunha e levando em consideração os textos que foram leitura obrigatória nesta jornada, nada me é tão claro quanto os múltiplos eus femininos.

Uma fresta maior permite olhar Ângela Amália, com onze filhos e com o marido que a prometeu fazê-la em pedacinhos. Certamente, não foi a única que esteve na contramão da ordem, mas é a que esteve registrada e que deixa de estar adormecida nos arquivos graças à minha pesquisa.

As mulheres, a História ou a sua falta de História são perspectivas que muitos pesquisadores se debruçam nos últimos anos. As questões masculinas, juntamente com as femininas, sobretudo o aspecto relacional entre um e outro não são facilmente analisados. Sem sombra de dúvida, a complexidade que envolve os gêneros, para além do feminino e do masculino, o ser mulher e o ser homem, imiscui-se no cotidiano que designa e que busca alardear as diferenças.

Nesse tornar-se um e outro, há elementos substanciais que fogem a estigmas perpetrados pela História. Neste sentido, as imagens cristalizadas do que é ser homem e do que é ser mulher passam pelos sujeitos que analisei nesta pesquisa: as campesinas.

Também devo registrar aqui que a violência que aflorou no passado não é menos intensa hoje — temos constantes casos veiculados nos meios de comunicação de massa que corroboram tal afirmação. O que é importante ressaltar é que o passado nos evidencia como os processos históricos permanecem sombrios no que diz respeito à mulher e à violência — deste modo, o corpo fora velado e encerrado em um ou em outro sujeito. Deste corpo, designaram-se papéis, deste corpo da mulher do campo, finalmente se souberam dos defloramentos presenciados e investigados por peritos. O passado nos traz, desta forma, elementos preciosos para a análise e para a reflexão dos indivíduos.

Mais do que nunca, as ruínas do que restou daqueles sujeitos foram remontadas aqui — com isso, busquei entender como estavam na contramão dos homens e as mulheres da ordem moderna, longe dos ideais. Eles pouco sabiam do fascínio pelo moderno, da vida moderna, dos ideais entre ser homem e ser mulher — certamente não lhes era dado a conhecer tudo isso. Eles representam, pois, modelos que não pertenciam aos ideais positivistas daquela



sociedade rio-grandense do início do século XX, exceto pela virilidade própria dos homens da sociedade rio-grandense.

Dito isso, é oportuno considerar agora a abrangência dos discursos modernos, que evidenciam comportamentos que fogem das realidades dadas como verdadeiras, até aqui ignoradas. Aqui, assinalam-se as mulheres que estão no escopo desta escrita, a saber, Ângela Amália, Ambrosina de Tal e Zeferina.

As Marias, contudo, pertencem a outra ordem: os defloramentos, que não raro, assombravam o cotidiano e que eram violência recorrente. Mas estes ainda são desprezados e esta é uma questão que parece pertinente voltar: as fontes referentes a violências e às mulheres. De fato, poucos estudos contrastam a violência. Os matizes dessa violência apareceram e evidenciaram a realidade imputada às mulheres. Nas poucas frestas ainda hoje abertas, deu para espiar o cotidiano daqueles moradores dos campos.

Espiar elas através das lentes da micro-história, são porém, histórias breves, mas com força e competência de mostrar fatos desconhecidos sobre o contexto maior da região estudada- os campos de Cima da Serra- no período entre 1910 e 1930.

## BIBLIOGRAFIA

ALBECHE, Daysi Langue. O tropeiro em Luís Araújo Filho. In: SGARBI SANTOS, Lucila Maria; COSTA VIANNA, Maria Leda; MACIEL BARROSO, Vera Lúcia (orgs.). *Bom Jesus e o tropeirismo no Brasil Meridional*. Porto Alegre: Est., 1995.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

\_\_\_\_\_. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

AZEVEDO, Lia Calabre de. *Na sintonia do tempo: uma leitura do cotidiano através da produção ficcional radiofônica (1940-1946)*. Rio de Janeiro, UFF, 1996. Dissertação de Mestrado.

BADINTER, Elizabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BAKOS, Margaret M. Duas palavras. In.: SILVA, M. (org.). São Paulo, EDUSP, 2010 (no prelo)

BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo; Brasília: Hucitec; Ed. da UNB, 1993.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1991.

BAUMER, Franklin L. *O pensamento europeu moderno: séc. XVII e XVIII*. v. 1. Lisboa: Edições 70, 1977.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo I: a experiência vivida*. V.2. São Paulo: Difel, 1967.

BECKER, Gisele. *Uma História polifônica: mulheres e laços de família em Porto Alegre (1858-1908)*. Porto Alegre, PUCRS, 2001. Dissertação de Mestrado.

BENJAMIN, Walter: *A Modernidade e os modernos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

BHABA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

BLOCK, Marc. *Apologia da História ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BURKE, Peter. Abertura: a Nova História, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992a.

\_\_\_\_\_. *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992b.

\_\_\_\_\_. *O que é História cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARELI, Sandra. *Texto e contexto: virtude e comportamento sexual adequado às mulheres na visão da imprensa Porto-Alegrense da segunda metade do século XIX*. Porto Alegre, UFRGS, 1997. Dissertação de Mestrado.

CASTRO, Carmem Lúcia. *Ferro de brasa, tacho de cobre, puxados úmidos: cotidiano das mulheres escravizadas em Porto Alegre (século XIX)*. Porto Alegre, PUCRS, 1994. Dissertação de Mestrado.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Narrativa e História Oral. *Revista Humanas*, Porto Alegre, v.19-20, 1996-1997.

CRESCENTI BERNARDES, Maria Thereza Caiuby. *Mulheres de ontem? Rio de Janeiro-séc. XIX*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1988.

DEL PRIORE, Mary. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil*. Colônia 2.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.

\_\_\_\_\_. *A mulher na História do Brasil*. Raízes históricas do machismo brasileiro: a mulher no imaginário social: lugar de mulher é na História. São Paulo: Contexto, 1988.

DEL PRIORE, Mary (org.); BASSANEZI, Carla (coord. de textos). *História das mulheres no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente*. 1300-1800, uma cidade sitiada. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: DEL PRIORE, Mary (org.); BASSANEZI, Carla (coord. de textos). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000.

DUARTE, Manoel. *No Planalto: epizódios e paizajens sôbre o nordeste riograndense*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1930.

DUBY, Georges. A mulher, o amor e o cavaleiro. *Revista L'Historie/ Seuil*. Amor e sexualidade no Ocidente, Porto Alegre, 1992.

\_\_\_\_\_. *Idade Média, idade dos homens: do amor e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

DURKHEIM, Émile. *O suicídio: estudo de Sociologia*. São Paulo: Martins Fontes, 1973.

ENGEL, Magali. O médico, a prostituta e os significados do corpo. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). *História e sexualidade no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

FIGUEIREDO, Luciano. *O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais do século XVIII*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Editora da UNB, 1993.

FLECK, Eliane. D.; KORNDÖRFER, Ana Paula; CADAVID, Aline K. O julgamento moral dos corpos – a infância abreviada pela violência (Porto Alegre-1890-1904). *Revista Justiça e História*, Porto Alegre, v. 4, n. 7, 2004.

FLORES, Moacyr. O tropeirismo e a economia colonial. In: SGARBI SANTOS, Lucila

Maria; COSTA VIANNA, Maria Leda; MACIEL BARROSO, Vera Lúcia (orgs.). *Bom Jesus e o tropeirismo no Brasil Meridional*. Porto Alegre: Est, 1995a.

FLORES, Hilda. A mulher no contexto social do RS: séculos XVIII a XX. In: SGARBI SANTOS, Lucila Maria; COSTA VIANNA, Maria Leda; MACIEL BARROSO, Vera Lúcia (orgs.). *Bom Jesus e o tropeirismo no Brasil Meridional*. Porto Alegre: Est, 1995b.

FONSECA, Cláudia. Honra, humor e relações de gênero: um estudo de caso. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (orgs.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos tempos, 1992.

\_\_\_\_\_. Ser mulher, mãe e pobre. In: DEL PRIORE, Mary (org.); BASSANEZI, Carla (coord. de textos). *História das mulheres no Brasil* 2. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade de saber*. v. 1. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

\_\_\_\_\_. *História da sexualidade: o uso dos prazeres*. v. 2. Rio de Janeiro, Graal, 1984.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

GAY, Peter. *A educação dos sentidos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

\_\_\_\_\_. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

\_\_\_\_\_. *Relações de força: História, Retórica, Prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

\_\_\_\_\_. *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001

GIRON, Loraine Slomp. *Dominação e subordinação*. Porto Alegre: Sulina, 2008.

GUARALDO, Olívia. *Pensadoras de peso: o pensamento de Judith Butler e Adriana*

Cavarero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 15, n. 3, 2007.

HABERMAS, Jürgen. *O discurso filosófico da Modernidade*. Lisboa: Dom Quixote, 1990.

HAHNER, June E. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

HEIDEGGER, Martin. *Que é isto, a Filosofia? Identidade e diferença*. Rio de Janeiro; Petrópolis: Vozes, 2006.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a História*. São Paulo: Paz e Terra, 1970.

HOUBRE, Gabrielle. Inocência, saber, experiência: as moças e seu corpo fim do século XVIII/ começo do século XX. In: SANTOS DE MATOS, Maria Izilda; SOIHET, Rachel (orgs). *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Editora da UNESP, 2003.

JARDIM, Rejane B. *Revelando o implícito*. Irmãs de caridade e parteiras na formação do saber médico em Porto Alegre – 1872 a 1940. Porto Alegre, PUCRS, 1998. Dissertação de Mestrado.

\_\_\_\_\_. *Ave Maria, Ave senhora de todas as graças!* Um estudo do feminino na perspectiva das relações de gênero na Castela do século XIII. Porto Alegre, PUCRS, 2006. Tese de Doutorado.

ISMÉRIO, Clarice. *Mulher: a moral e o imaginário-1889-1930*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

LABRA, Maria Eliana.(org.). *Mulher, saúde e sociedade no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1989.

LEAL, Elizabete da Costa. *O Positivismo, o Partido Republicano Rio-Grandense, a moral e a mulher (1891-1913)*. Porto Alegre, UFRGS, 1996. Dissertação de Mestrado.

\_\_\_\_\_. *Filósofos em tinta e bronze: Arte, Positivismo e Política na obra de Décio Villares e Eduardo de Sá*. Tese de Doutorado, UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

LEAL, Caroline P. *As mulheres no Reinado de Momo: lugares e condições femininas no Carnaval de Porto Alegre (1869-1885)*. Porto Alegre, PUCRS, 2008. Dissertação de Mestrado.

LE GOFF, Jacques. *A Nova História*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

\_\_\_\_\_. *As mentalidades: uma História ambígua*. In: —. *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1976.

LOURO, Guacira Lopes. *Prendas e antiprendas: uma escola de mulheres*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1997.

LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

\_\_\_\_\_. *O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade na República Velha*. In: FAUSTO, Boris (org.). *III O Brasil Republicano: estrutura de poder e Economia (1889-1930)*. São Paulo: Difel, 1977.

LYOTARD, Jean-François. *O inumano: considerações sobre o tempo*. Lisboa: Editorial Estampa, 1989.

MAGALHÃES, Marion Brephol de. *História e violência: contribuição ao estudo das paixões na política*. *História UNISINOS*. Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, v.1, n. 1, 2001.

MAINGUENEAU, Dominique. *Termos-chave da análise do discurso*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.

MARTINI, Liana Pulita; OLIVEIRA, Lucimara. *Bravas Desordeiras*. Monografia de Graduação. Caxias do Sul: UCS, 2006. (inédito)

MATOS, Marlise. *Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências*. *Revista Estudos Feministas*, v.16, n. 2, 2008.

MEDEIROS, Laudelino. *As cidades*. In: CESAR, Guilhermino et alii. *Rio Grande do Sul: terra e povo*. 2. ed. Porto Alegre: Editora Globo, 1969.

MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge. Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, 1999.

MOERBECK, Guilherme Gomes. *A forma, o discurso e a política: as gerações da tragédia grega no século V a. C.* Rio de Janeiro, UFF, 2007. Dissertação de Mestrado.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

PAULILO, Maria Ignez; SILVA, Cristiani Bereta. A luta das mulheres agricultoras: entrevista com D. Amélia Schimitz. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 1999.

PEDRO, Joana Maria. *Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1994.

\_\_\_\_\_. Aborto e infanticídio: práticas muito antigas. In: \_\_\_\_\_. *Práticas proibidas: práticas costumeiras de aborto e infanticídio no século XX*. Florianópolis: Cidade Futura, 2003a.

\_\_\_\_\_. Mulheres do Sul. In: DEL PRIORE, Mary (org.); BASSANEZI, Carla (coord. de textos). *História das mulheres no Brasil* 2. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

\_\_\_\_\_. *Práticas proibidas: práticas costumeiras de aborto e infanticídio no século XX*. Florianópolis: Cidade Futura, 2003b.

\_\_\_\_\_. As representações do corpo feminino nas práticas contraceptivas, abortivas e no infanticídio - século XX. In: SANTOS DE MATOS Maria Izilda; SOIHET, Rachel (orgs.). *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Editora da UNESP, 2003.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

\_\_\_\_\_. *Minha História das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.

\_\_\_\_\_. Os silêncios do corpo da mulher. In: SANTOS DE MATOS, Maria Izilda; SOIHET, Rachel (orgs.). *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Editora da UNESP, 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.



\_\_\_\_\_. *A burguesia gaúcha: dominação e disciplina do trabalho (1889-1930)*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

\_\_\_\_\_. *Os sete pecados da capital*. São Paulo: Hucitec, 2008.

PESAVENTO, Sandra Jatahy; LANGUE, Frédérique (orgs.). *Sensibilidades na História: memórias singulares e identidades sociais*: Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

PORTER, Roy. História do corpo. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DE PAULA. *São Francisco de Paula: ontem, hoje e sempre*. Administração 93/96. 1996.

RAGO, Margareth. As marcas da pantera: Michel Foucault na Historiografia brasileira contemporânea. *Anos 90*. Revista do Curso de Pós-Graduação em História: tendências recentes da Historiografia, Porto Alegre, 1993.

\_\_\_\_\_. Novos modos de subjetivar: a experiência da organização Mujeres Libres na Revolução Espanhola. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 16, n. 1, 2008.

\_\_\_\_\_. Pensar diferentemente a História, viver femininamente o presente. In: BARCELLOS GUAZELLI, Cesar Augusto; FERRAZ PETERSEN, Sílvia Regina; SCHMIDT, Benito Bisso; LIMA XAVIER, Regina Célia (orgs.). *Questões de teoria e metodologia da História*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

\_\_\_\_\_. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. Os feminismos no Brasil: dos “anos de chumbo” à era global. *Revista Labrys*, Estudos Feministas, n. 3, p.2, jan./jul. 2003.

\_\_\_\_\_. Trabalho feminino e sexualidade. In: DEL PRIORE, Mary (org.); BASSANEZI, Carla (coord. de textos.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2007.

\_\_\_\_\_. Poder, violência e exclusão. XIX Encontro Regional de História - ANPUH, *Anais*, São Paulo, 2008.

SAFFIOTTI, Heleieth I. B. Violência de gênero no Brasil contemporâneo. In: SAFFIOTTI, Heleieth I. B. ; VARGAS, Monica Muñoz (orgs.). *A mulher brasileira é assim*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994.

SAMARA, Eni de Mesquita. A mulher e a família na Historiografia latino-americana recente. *Anos 90*. Revista do Pós-Graduação em História: tendências recentes da Historiografia. Porto Alegre, 1993.

SANTOS DE MATOS, Maria Izilda. Delineando corpos: as representações do feminino e do masculino no discurso médico. In: SANTOS DE MATOS, Maria Izilda; SOIHET, Rachel (orgs.). *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Editora da UNESP, 2003.

\_\_\_\_\_. *Melodia e sintonia, o feminino, o masculino e suas relações em Lupicínio Rodrigues*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

\_\_\_\_\_. *Por uma História da mulher*. Bauru: EDUSC, 2000.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

\_\_\_\_\_. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v.16, jul./dez. 1990.

SCOTT, Russerl Parry. Ruralidade e mulheres responsáveis por domicílios no Norte e no Nordeste. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 15, 1999.

SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil*. República: da Belle Époque à era do rádio. v. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA DIAS, Maria Odila Leite da. Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (orgs.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1992.

\_\_\_\_\_. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SILVA TEIXEIRA, Maria Lúcia da. *São Francisco de Paula: nossa terra, nossa gente*. Porto Alegre: Evangraf, 2002.

SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

\_\_\_\_\_. Mulheres pobres e violência no Brasil. In: DEL PRIORE, Mary (org.); BASSANEZI, Carla. (coord. de textos). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2007.

SORJ, Bila. O feminismo na encruzilhada da Modernidade e da Pós-Modernidade. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (orgs.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1992.

THEML, Neyde. O que é a História ou quem é o historiador? *PHOÊNIX*, Laboratório de História Antiga/UFRJ, 1998

TOPOLSKY, Jerzy. *Metodologia de la Historia*. Madrid: Cátedra, 1985.

TOURAINÉ, Alain. *Crítica à Modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1998.

VELLINHO, Moysés. A formação histórica do gaúcho. In: CESAR, Guilhermino et alii. *Rio Grande do Sul: terra e povo*. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1969.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Maternidade negada. In: DEL PRIORE, Mary (org.); BASSANEZI, Carla (coord. de textos). *História das mulheres no Brasil* 2. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

VERAS SALES, Celecina de Maria. Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v.15, 1999.

XAVIER, Elódia. *Que corpo é esse? O corpo no imaginário feminino*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2007.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *Os nomes da liberdade*. Ex-escravos na Serra Gaúcha no Pós-Abolição. São Leopoldo: Oikos, 2008.

WITTER, Nikelen Acosta. *Dizem que foi feitiço*. Curadores e práticas de cura no Sul do Brasil (Santa Maria, 1845 a 1880). Porto Alegre, PUCRS, 1999. Dissertação de Mestrado.

WOLFF, Cristina Scheibe. Escrevendo a História no feminino. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v.13, 2005.

## FONTES

Processos Criminais- Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

1.Cartório Cível e Crime

Nºs do processos: 01 a 17

Maço: 1

Estante: 15

Anos: 1915 a 1919

1.1- Cartório Cível e Crime

Nºs processos: 070 a 225

Maço: 5

Estante: 15

Ano: 1900 a 1931

1.2- Cartório cível e Crime

Nºs processos: 168 a 180

Maço: 6

Estante: 15

Ano: 1902 a 1924

1.3- Cartório Cível e Crime

Nºs processos 181 a 205

Maço: 7

Estante: 15

Anos: 1888 a 1931

1.4- Cartório Cível e Crime

Nºs 108 a 133

Maço: 7

Anos: 1913 a 1929

1.5- Cartório Cível e Crime

Nºs 226 a 236

Maço: 14

Estante: 104

Anos: 1915 a 1922

1.6- Cartório Cível e Crime

Nºs 226 a 236

Maço: 14

Estante: 15

Anos: 1915 a 1922

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)